

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Kamila Soares Leal**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Estudo de caso da Colônia de  
Pescadores Z26 do município de Praia Norte/TO.**

**Taubaté – SP**  
**2020**

**Kamila Soares Leal**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: Estudo de caso da Colônia de  
Pescadores Z26 do município de Praia Norte/TO.**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira  
Coorientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

**Taubaté – SP  
2020**

**Sistema Integrado de Bibliotecas SIBi/UNITAU**  
**Biblioteca Setorial de Gestão e Negócios/Civil**

L435e Leal, Kamila Soares Leal  
Economia solidária como elemento de desenvolvimento econômico:  
estudo de caso da colônia de pescadores Z26 do município de Praia  
Norte/TO. / Kamila Soares Leal - 2020.  
127f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de  
Gestão e Negócios, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, Departamento de Gestão  
e Negócios.

1. Gestão. 2. Desenvolvimento regional. 3. Pesca artesanal.  
4. Economia solidária. 5. Colônia de pescadores. I. Título.

CDD 361.3

**KAMILA SOARES LEAL**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores Z26 do município de  
Praia Norte/TO.**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira  
Coorientador: Prof. Dr. Moacir José dos Santos

**DATA:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**RESULTADO:** \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Priscila Enrique de Oliveira

Faculdade de São Sebastião

Assinatura \_\_\_\_\_

A Deus por seu imenso amor e misericórdia, a minha família, fonte permanente de apoio e afeto.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicio meus agradecimentos por DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta! E também por me conceder a benção da maternidade durante essa trajetória. Obrigada, Deus, pelo meu filho, Rômulo Soares Ramalho.

Aos meus pais, José Garcia e Maria Aglaê, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade e me acharam A MELHOR de todas, mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser A MELHOR, mas a dá o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

Ao meu querido esposo, Rômulo Ramalho, por ser tão importante na minha vida. Sempre a meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais do que imagino. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pode ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Às minhas irmãs, Jordânia Soares e Bianca Soares, meu agradecimento especial, pois, a seu modo, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho e me inspiram a querer ser mais do que fui até hoje! Obrigada pela confiança.

À amiga, Shamara Pinheiro, que esteve comigo durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa. Obrigada pelo apoio.

A todos os alunos da turma 24i do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da UNITAU, pelos momentos divididos juntos, sempre fomos verdadeiramente uma equipe. Muito obrigada.

Agradeço imensamente o meu orientador, Prof. Dr. Edson Trajano Vieira, não só pela ajuda profissional, mas por ser uma pessoa simples, sempre disposta a contribuir. Obrigada de verdade!

Obrigada a todos pelo apoio!

Finalmente, gostaria de agradecer à Universidade de Taubaté, na pessoa do Prof. Dr. Edson Aparecida Araújo Querido, por abrir as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Proporcionaram-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, mas uma LIÇÃO DE VIDA. Ninguém vence sozinho...

**OBRIGADA A TODOS!**

## RESUMO

A pesca sempre esteve presente dentre as atividades de natureza extrativista praticadas no Brasil. Só que ao contrário de outras atividades, ela veio crescendo ao longo dos anos e ocupando lugar de destaque na história brasileira, e as primeiras ações para regularização dessa atividade ocorreram em 1846, com a criação das colônias de pescadores. Nesse contexto, existe no município de Praia Norte/TO uma colônia de pescadores denominada Z26, fundada em 2005, que passou a representar, gerenciar e orientar os pescadores do município no desenvolvimento da pesca artesanal. Diante do exposto, o objetivo da pesquisa foi analisar a colônia de pescadores Z26, segundo a ótica da economia solidária, e sua contribuição para o desenvolvimento econômico da atividade pesqueira do município de Praia Norte/TO. Quanto à metodologia utilizada, desenvolveu-se um estudo de caso da colônia em análise, e para subsidiar o estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, esta em sua dimensão pública (dados da Firjan, IBGE e SEAGRO) e privada (Estatuto da Colônia Z26). Seguiu-se ainda uma abordagem qualitativa e quantitativa. E quanto ao objeto, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva. Com os resultados obtidos, concluiu-se que após a implantação da colônia de pescadores Z26, a atividade pesqueira no município expandiu, possibilitando o crescimento econômico e social daquela localidade. Assim, 93% dos pescadores manifestam satisfação quanto à colônia, vez que quando fundada trouxe melhorias para o desenvolvimento da pesca artesanal, bem como para os próprios associados, que passaram a exercer uma atividade regularizada; 98% dos entrevistados manifestam que após a implantação da colônia, a atividade pesqueira passou a ser regulamentada, contribuindo para a previdência social e assim podem usufruir dos benefícios, como o seguro defeso, auxílio doença, auxílio acidente, salário maternidade e aposentadoria; 96% dos pescadores manifestam que já usufruíram dos benefícios ou têm conhecimento desse direito. Com a aplicação da análise de SWOT e do Método GUT, o estudo propõe estratégias para alavancar a atividade pesqueira, como armazenagem seletiva, transporte refrigerado e criação de peixe em tanques-redes. O estudo ainda concluiu que a atividade pesqueira da colônia Z26 poderia estar mais desenvolvida, visto que 70% dos associados vivem com menos de um salário mínimo. Porém, a mesma ainda não está aplicando as regras da economia solidária, onde todos os associados produzem visando a um objetivo comum.

**Palavras-chave:** Gestão. Desenvolvimento Regional. Pesca artesanal. Economia solidária. Colônia de pescadores.

## ABSTRACT

### **SOLIDARY ECONOMY AS AN ELEMENT OF ECONOMIC DEVELOPMENT: Case Study of the Z26 Fishermen Colony of Praia Norte / TO.**

Fishing has always been present among the activities of an extractive nature practiced in Brazil. However, unlike other activities, it has grown over the years and occupies a prominent place in Brazilian history, and the first actions to regularize this activity occurred in 1846, with the creation of fishermen colonies. In this context, in the municipality of Praia Norte / TO there is a fishing colony called Z26, founded in 2005, which started to represent, manage and guide the fishermen of the municipality in the development of artisanal fishing. Given the above, the objective of the research was to analyze the Z26 fishing colony, from the perspective of the solidarity economy, and its contribution to the economic development of the fishing activity in the municipality of Praia Norte / TO. As for the methodology used, a case study of the colony under analysis was developed, and to support the study, bibliographic and documentary research was used, which is in its public dimension (data from Firjan, IBGE and SEAGRO) and private (Statute of Colony Z26). A qualitative and quantitative approach was also followed. As for the object, exploratory and descriptive research was used. With the results obtained, it was concluded that after the establishment of the Z26 fishing colony, fishing activity in the municipality expanded, enabling the economic and social growth of that location. Thus, 93% of the fishermen express satisfaction with the colony, since when founded it brought improvements to the development of artisanal fishing, as well as to the members themselves, who started to exercise a regularized activity; 98% of the interviewees stated that after the establishment of the colony, the fishing activity started to be regulated, contributing to social security and thus they can enjoy the benefits, such as closed insurance, sickness insurance, accident aid, maternity salary and retirement; 96% of fishermen say that they have already enjoyed the benefits or are aware of this right. With the application of SWOT analysis and the GUT Method, the study proposes strategies to leverage fishing activity, such as selective storage, refrigerated transport and fish farming in net-tanks. The study also concluded that the fishing activity of the Z26 colony could be more developed, since 70% of the members live on less than one minimum wage. However, it is still not applying the rules of the solidarity economy, where all members produce aiming at a common goal.

**Key words:** Management. Regional Development. Artisanal fishing. Solidarity economy. Colony of fishermen.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ANA** – Agência Nacional de Água

**CEP** - Comitê de Ética em Pesquisa

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano

**INSS** - Instituto Nacional da Seguridade Social

**MPA** – Ministério da Pesca e Aquicultura

**P&D** - Pesquisa e Desenvolvimento

**PESCART** - Plano de Assistência à Pesca Artesanal

**PIB** – Produto Interno Bruto

**SEAGRO** - Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins

**SUDEPE** - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

**TO** – Tocantins

**DAP** - Declaração de Aptidão ao Pronaf

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação Economia Capitalista e Economia Solidária .....	30
Quadro 2 - Graus de influência. ....	92
Quadro 3 - Análise de GUT .....	95

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de Pescado na região Norte do Brasil .....	55
Gráfico 2 - Produção de pescado no Tocantins 2016-2018.....	56
Gráfico 3 - Caracterização dos pesquisados por gênero .....	60
Gráfico 4 - Comparação dos gêneros antes e depois da colônia de pescadores .....	61
Gráfico 5 - Comparação da faixa etária dos pescadores antes e depois da colônia .....	63
Gráfico 6 - Distribuição dos pescadores por tempo de atividade .....	64
Gráfico 7 - Caracterização do estado civil dos pesquisados.....	65
Gráfico 8 - Caracterização dos pesquisados por grupo racial .....	66
Gráfico 9 - Caracterização por escolaridade dos pesquisados.....	67
Gráfico 10 - Comparativo da escolaridade antes e depois da colônia de pescadores .....	68
Gráfico 11 - Distribuição dos pescadores por renda mensal .....	70
Gráfico 12 - Caracterização dos pesquisados por profissão.....	71
Gráfico 13 - Comparação entre os rendimentos dos pescadores .....	72
Gráfico 14 - Distribuição dos pescadores segundo o recebimento ou não do seguro defeso .....	74
Gráfico 15 - Distribuição dos pescadores segundo o acesso a Seguridade Social....	75
Gráfico 16 - Distribuição dos pescadores segundo a percepção de melhorias no desenvolvimento da pesca.....	76
Gráfico 17 - Conhecimento dos pescadores acerca de regulamentação da pesca ..	79
Gráfico 18 - Participação dos pescadores em atividades educativas .....	80
Gráfico 19 - Destinação da produção pesqueira de Praia Norte.....	82
Gráfico 20 - Participação dos pescadores em projetos de piscicultura.....	84
Gráfico 21 - Pescadores com financiamento da atividade .....	86
Gráfico 22 - Percepção de melhorias no desenvolvimento da pesca .....	88

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração conceitual de desenvolvimento econômico .....	21
Figura 2 - Linha do Tempo da história da pesca .....	33
Figura 3 - Cadeia Produtiva do Pescado.....	39
Figura 4 - Resumo da metodologia utilizada na pesquisa .....	47
Figura 5 - Mapa do Tocantins com destaque para a microrregião do Bico do Papagaio. .....	48
Figura 6 - Colônia de Pescadores Z-26, Praia Norte/TO .....	48
Figura 7 - Mapa do município de Praia Norte com indicação da localização da colônia de pescadores .....	52
Figura 8 - Localização das Colônias de Pesca do Bico do Papagaio com destaque para colônia de pesca de Praia Norte .....	54
Figura 9 - Cadeia produtiva do peixe em Praia Norte.....	89
Figura 10 - Análise de SWOT com suas quatro vertentes.....	91
Figura 11 - Pontos levantados para execução da análise de SWOT da cadeia produtiva da colônia z26.....	91
Figura 12 - Resultado da Análise de SWOT.....	93
Figura 13 - Estratégia para ampliação da cadeia produtiva do peixe da colônia Z26. .....	97

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização por idade dos pesquisados .....	62
Tabela 2 - Grau de influência de cada fator .....	93
Tabela 3 - Matriz de GUT da cadeia produtiva da colônia Z26.....	95

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
1.1	PROBLEMA	16
1.2	OBJETIVOS	16
1.2.1	OBJETIVO GERAL	16
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	17
1.5	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	18
<b>2</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>	<b>19</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE MULTIDISCIPLINAR	19
2.2	EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO	24
2.2.1	PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	25
2.2.2	AUTOGESTÃO: ELEMENTO CONSTITUTIVO FUNDAMENTAL DOS EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS	27
2.2.3	ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA CAPITALISTA	29
2.3	A PESCA E AS COLÔNIAS DE PESCADORES NO BRASIL	31
2.3.1	FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PESCA E SUAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	31
2.3.2	OS TIPOS DE PESCA E O CONCEITO DE PESCADOR ARTESANAL	34
2.3.3	ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCA	35
2.4	CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	37
2.4.1	ELOS DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO A PARTIR DA PESCA ARTESANAL	37
2.4.2	FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE	40
<b>3</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>45</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA	45
3.2	UNIDADE CASO	47
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA	49
3.4	INSTRUMENTOS	49
3.5	COLETA DE DADOS	50
3.6	ANÁLISE DE DADOS	50
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>51</b>

<b>4.1</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA PRAIA NORTE E A PRODUÇÃO DE PESCADO...</b>	<b>51</b>
4.1.1	A PRODUÇÃO PESQUEIRA NO TOCANTINS E NO BICO DO PAPAGAIO .....	54
<b>4.2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM PRAIA NORTE.....</b>	<b>57</b>
4.2.1	IMPLANTAÇÃO E ATUAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES .....	57
<b>4.3</b>	<b>IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCA.....</b>	<b>60</b>
4.3.1	PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PESCADOR DE PRAIA NORTE .....	60
4.3.2	IMPACTOS PERCEBIDOS NA RENDA DOS PESCADORES .....	69
4.3.3	REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM PRAIA NORTE ...	78
4.3.4	ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA .....	81
<b>4.4</b>	<b>CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z26.....</b>	<b>89</b>
4.4.1	ANÁLISE DE SWOT DA CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA Z26 .....	90
4.4.1	MATRIZ DE GUT DA CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA Z26 .....	94
4.4.1	PROPOSTA ESTRATÉGICA PARA AMPLIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE DA COLÔNIA Z26 .....	96
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO I.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE B – FORMULÁRIO II.....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>123</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo segue a linha do desenvolvimento econômico, que engloba crescimento econômico. E vai além, alcançando fatores como educação, saúde, trabalho, industrialização e outros.

Cabe destacar que até meados da década de 1970, desenvolvimento e crescimento econômico eram vistos como sinônimos, sendo hoje elementos completamente distintos. E para alguns autores, como Lewis (1960), o crescimento econômico é uma das principais chaves para o alcance do desenvolvimento.

As discussões sobre a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico tiveram início ainda no século XX, quando Joseph Schumpeter, um dos mais importantes economistas dessa época, “atribui ao crescimento uma característica apenas expansiva, enquanto que o desenvolvimento somente ocorreria na presença de inovações tecnológicas, por obra de empresários inovadores, financiados pelo crédito bancário” (SOUZA, 1999, p.16 apud MATOS et al. 2019, p. 2).

O crescimento econômico se restringe ao aumento da capacidade produtiva. Já o desenvolvimento tem uma perspectiva multidisciplinar, pois agora não se trata apenas do aspecto econômico. Discute-se também o desenvolvimento social, político e cultural.

Por sua vez, “essas causas estão associadas, seja ao fenômeno da globalização das economias, seja ao fenômeno de a economia regional deixar de ocupar um lugar secundário na ciência econômica” (AMARAL FILHO, 2019, p. 2).

A presente dissertação trabalhou com o fenômeno do desenvolvimento econômico dentro da Colônia de Pescadores Z26, onde se utiliza a economia solidária, visando ao crescimento da atividade da pesca artesanal.

É importante ressaltar que o modelo de economia solidária teve seus primeiros passos após o surgimento do capitalismo industrial, que trouxe consigo a propagação das máquinas e, conseqüentemente, o desemprego. Para Gonçalves e Sobrinho (2011), com o intuito de reprimir a carência de emprego provocada pelas inúmeras transformações que ocorreram com o crescimento da industrialização, os operários se organizaram em pequenos grupos para encontrar formas que pudessem gerar emprego e renda, por meio de laços solidários.



No final do século XX, o Brasil adotou experiências de economia solidária como alternativa para a crise do desemprego no período. Porém, com o passar dos anos, essa alternativa foi se propagando e hoje abrange diversos grupos laborais, dentre eles, as colônias de pescadores. Essa expansão da economia solidária foi projetada por Singer (2002) como uma das formas de seu desenvolvimento, nas primeiras décadas do século XXI. Para o autor, a projeção da crise da década de 1990 poderia significar, para a economia solidária, o seu crescimento como uma forma complementar da economia capitalista, ou ainda, os primórdios de um modelo econômico superior. De toda forma, previa-se a sua expansão.

Esse modelo de economia foi implantado dentro da colônia de pescadores Z26, instalada no município de Praia Norte, Estado do Tocantins, no ano de 2005.

As colônias de pescadores desenvolveram um papel fundamental na história do Brasil. Para Moraes (2018), as primeiras colônias foram criadas após a primeira guerra mundial, para defender a costa brasileira. Já para Costa e Lopes (2017), do ponto de vista econômico, as colônias facilitaram a vida dos pescadores artesanais, visto que elas correm atrás da negociação do pescado, almejam aumento da rentabilidade e acompanham todo o desenvolvimento da atividade.

A pesca artesanal é reconhecida desde os povos mais antigos como um meio de sobrevivência para as comunidades ribeirinhas no Brasil. No município de Praia Norte/TO, a atividade pesqueira constitui atividade econômica principal, dela dependendo também as atividades comerciais, e ainda exerce influência sobre o turismo local.

O estudo busca conhecer a pesca artesanal desenvolvida no município de Praia Norte/TO, que hoje é gerenciada pela colônia de pescadores Z26, que surgiu através de laços solidários. O município está localizado no extremo norte do Estado, possuindo uma população de 8.365 pessoas, com uma densidade demográfica de 26,50 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019).

O município em tela possui 30 (trinta) anos de emancipação e sempre contou com famílias que sobrevivem da pesca artesanal. No entanto, somente no ano de 2005 foi fundada uma colônia de pescadores, denominada Colônia dos Pescadores Z-26, uma entidade civil com objetivos democráticos e sem fins lucrativos que passou a representar, orientar e gerenciar seus associados (ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z – 26, 2010).

## **1.1 PROBLEMA**

A pesca era desenvolvida no município de Praia Norte, estado do Tocantins, sem qualquer acompanhamento ou orientação, funcionando sem gestão ou logística até meados do ano de 2005. Nesse contexto, os pescadores realizavam suas atividades sem qualquer direcionamento e/ou apoio do governo.

Assim, em 2005, após a fundação da colônia Z-26, a atividade pesqueira passou a funcionar de forma regular, fundamentada pelo estatuto da colônia de pescadores locais e regulamentada pela Constituição Federal de 1988.

Desse modo, a partir da organização dessa atividade no município, objeto de estudo, o presente trabalho questiona: como a colônia de pescadores, segundo a ótica da economia solidária, contribuiu para o desenvolvimento econômico da atividade pesqueira de Praia Norte/TO?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a colônia de pescadores Z26, segundo a ótica da economia solidária, e sua contribuição para o desenvolvimento econômico da atividade pesqueira de Praia Norte/TO.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apresentar de que forma a atividade pesqueira era desenvolvida antes da implantação da colônia Z-26;
- Caracterizar a formação da cadeia produtiva do pescado da colônia de pescadores Z26;
- Avaliar os impactos econômicos na atividade pesqueira após a implantação da colônia de pescadores.

### **1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

A microrregião do Bico do Papagaio, Estado do Tocantins, conta com 25 (vinte e cinco) municípios, dentre os quais 12 (doze) possuem colônias de pescadores.

No entanto, a pesquisa delimita-se a analisar a colônia de pescadores Z-26 no município de Praia Norte, Estado do Tocantins, com o intuito de buscar ferramentas para melhorar a atividade pesqueira, bem como proporcionar uma nova perspectiva de aumento na renda familiar dos pescadores vinculados à colônia.

Com o estudo, objetiva-se explorar o desenvolvimento da pesca no município em tela sob duas dimensões: econômica e social. A pesquisa iniciou-se com estudos que buscaram conhecer a cadeia produtiva da colônia de pescadores Z26, apontando como a pesca era desenvolvida antes da implantação da colônia, o que só ocorreu em 10 de setembro de 2005, bem como apresentar as modificações que ocorreram no desenvolvimento da atividade pesqueira após a fundação da colônia.

### **1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

Durante seus 30 anos, o município de Praia Norte/TO sempre contou com a pesca artesanal para a geração de renda. Porém, essa atividade era desenvolvida apenas como meio de sobrevivência, sem nenhuma orientação ou acompanhamento.

Somente no ano de 2005 foi implantada uma colônia de pescadores na cidade, denominada Z-26, e por meio dela os pescadores puderam registrar-se como pescadores artesanais, e hoje ela contribui com a Seguridade Social e seus associados usufruem de seus benefícios.

É garantido ao pescador contribuinte o acesso a muitos benefícios, como o seguro defeso, auxílio doença, auxílio acidente, salário maternidade e aposentadoria (INSS, 2018).

Com a colônia, que auxilia, gerencia e representa os pescadores associados, essa atividade começou a expandir-se para as cidades circunvizinhas, os pescadores começaram a receber salário durante o período da piracema e a serem reconhecidos pela previdência social.

Dessa forma, esse estudo faz-se relevante, no sentido de identificar se a implantação da colônia de pescadores Z26 no município de Praia Norte/TO, sob a ótica da economia solidária, contribuiu para a organização e o crescimento da pesca artesanal já desenvolvida antes na cidade.

## **1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

A dissertação está organizada em cinco seções, a saber: introdução, referencial teórico, método, resultados e discussões e conclusão.

O referencial teórico do estudo apresenta uma discussão sobre os temas do desenvolvimento, economia solidária, atividade pesqueira e cadeias produtivas. Trata-se de assuntos importantes que se relacionam com o objeto do estudo, cujo entendimento é indispensável para a melhor compreensão dos resultados da pesquisa.

A seção seguinte expõe os métodos que foram utilizados na pesquisa. A exposição dos métodos e procedimentos aplicados demonstra todas as variáveis que condicionaram os resultados alcançados.

A seção com resultados e discussão apresenta os resultados obtidos na pesquisa e a dissertação sobre eles.

Por fim, a última seção traz as principais conclusões que a pesquisa proporcionou a partir dos objetivos propostos.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 DESENVOLVIMENTO: UM DEBATE MULTIDISCIPLINAR

No início do século XX, o potencial de desenvolvimento de uma localidade era medido conforme a sua disponibilidade de recursos naturais, mas, a partir de 1950, o elemento de definição do desenvolvimento passou a ser o capital (WILLERS, 2016).

Naquele contexto, quando crescia o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que é um índice determinado pelo aumento nos rendimentos, significava que a região havia se desenvolvido (SOBRINHO, 2013). Ou seja, era um conceito restrito à economia. Fala-se, então, de desenvolvimento econômico. Mas o autor expõe que após o fim da segunda guerra mundial passou-se a pensar o desenvolvimento econômico com um significado diferente, e o capital também deixou de ser o seu fator determinante, pelo menos por si só.

Até a década de 1970, desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico (SILVA; AMADO; LONG, 2007). Mas a compreensão moderna de seu conceito engloba o crescimento como uma de suas dimensões. Portanto, antes de seguir a discussão, faz-se necessário apresentar a diferença entre esses dois termos.

A partir de 1970, as mudanças ocorridas no modelo de desenvolvimento econômico alcançam, por um lado, novas formas de produzir, e por outro, a discussão sobre natureza e papel do Estado (WILLERS, 2016). Nascendo, então, uma percepção diferente a respeito do crescimento e do desenvolvimento econômico.

Para Vieira e Santos (2012), o termo crescimento econômico é conceituado como o aumento da capacidade produtiva da economia e da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. Nesse caso, o crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB.

Outra autora que concorda com o pensamento apresentado acima é Souza (1993). Ela escreve que para Adam Smith e David Ricardo, economistas clássicos, o desenvolvimento econômico está diretamente ligado ao processo de crescimento, com ênfase na produção, que é resultado da organização produtiva.

É importante citar também o posicionamento de Lewis (1960), que considera importante o crescimento econômico para se alcançar o desenvolvimento, pois

permite maior liberdade de escolha de como melhor aproveitar o tempo. Para o autor, graças ao crescimento, é possível escolher entre ter mais tempo para o lazer ou mais bens e serviços.

Por exemplo, nas comunidades mais pobres, 60% ou 70% dos indivíduos precisam trabalhar na agricultura para que não falte alimento, ao passo que, nos países ricos, 12% a 15% são suficientes para atender a um padrão muito melhor. Ainda as nações mais ricas dispõem de profissionais de saúde, educação, cultura, o que é um luxo nos países mais pobres. O crescimento econômico é um aliado do desenvolvimento. Entretanto, para o autor, o excessivo materialismo e o individualismo podem resultar no aumento da desigualdade das possibilidades de escolha entre os indivíduos; no entanto, essa desigualdade pode ser coibida com ações institucionais de interesse da coletividade (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 353).

Seguindo o debate acerca do crescimento e desenvolvimento econômico, Erber (2011) escreve que crescimento econômico consiste em mais do mesmo, enquanto que desenvolvimento econômico vai mais a fundo, visto que implica em transformações estruturais relacionadas a um dispositivo cognitivo coletivo, composto por conhecimentos que permitam hierarquizar problemas e soluções e facilitar a coordenação entre os atores sociais.

A essa altura, é possível delinear o desenvolvimento sob uma perspectiva multidisciplinar, pois, agora não se trata apenas do aspecto econômico, e sim discute-se o desenvolvimento social, político e cultural. Em suma, fala-se de desenvolvimento humano. Assim, indicadores de rendimento, como o PIB *per capita*, que eram usados como referência de desenvolvimento, tornam-se obsoletos, porque não são capazes de mensurar as variáveis que esta concepção moderna e multidisciplinar sugere.

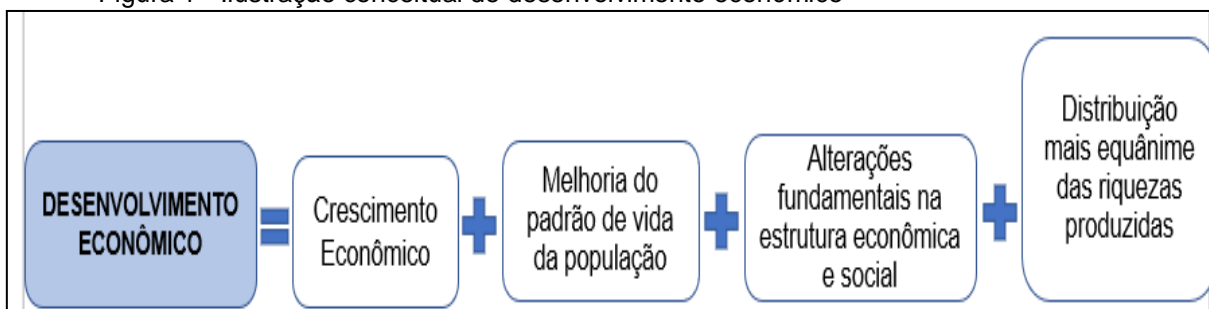
Portanto, o desenvolvimento de determinada localidade poderá ser medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, formulado pelos economistas Mahbud UI Haq e Amartya Sen. O IDH, além de considerar o PIB *per capita*, como já vinha se utilizando, alcança os fatores educação, saúde, trabalho, industrialização e outros (SILVA; AMADO; LONG, 2007).

Mesmo no campo econômico, o conceito de desenvolvimento não se limita aos fatos econômicos, e seu conceito corrobora com essa afirmação.

O desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social, que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Diante dessa primeira conceituação, já é possível pensar em desenvolvimento econômico, como ilustrado a seguir.

Figura 1 - Ilustração conceitual de desenvolvimento econômico



Fonte: Adaptações de Vieira e Santos, 2012.

Face essa explanação, percebe-se que desenvolvimento engloba o fenômeno do crescimento econômico e vai além. Dessa forma, passa-se a expor posicionamentos de autores sobre desenvolvimento econômico, base de estudo desse trabalho.

Para Sen (1999), desenvolvimento econômico significa aquilo que as pessoas desfrutam a partir de suas posses, e não essencialmente ter mais posses. Segundo ele, “uma região desenvolvida é aquela em que os indivíduos podem desfrutar das liberdades individuais, para atender a seus desejos, associada ao comprometimento social institucional”. O autor estabelece um novo paradigma na compreensão do que vem a ser o desenvolvimento, ao defender que ele é apenas um meio para o alcance da liberdade. Portanto, o mais importante é o combate à miséria, a redução das desigualdades e a emancipação do ser humano.

Simonsen (1975) defende que para alcançar o desenvolvimento econômico é preciso uma participação ativa do Estado na atividade econômica. Para a autora, a intervenção estatal deveria ocorrer em áreas com atuação ineficiente do setor privado, como eletrificação, siderurgia, petróleo e material bélico. Simonsen defendia ainda a substituição de importações por meio de elevadas tarifas de importação dos bens que poderiam ser produzidos no mercado interno.

Bresser-Pereira (2006, p.4) escreve que a nação é a principal agente para que aconteça o desenvolvimento econômico. Vejamos:

O agente por excelência do desenvolvimento econômico é a nação – é a sociedade nacional dotada de um destino comum que logra controlar um território e se dotar de um Estado. O fator principal a determinar o bom êxito do desenvolvimento econômico é a existência ou não de uma nação capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição. Na medida em que uma sociedade nacional se revela suficientemente coesa

ou solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela saberá aproveitará melhor seus próprios recursos para crescer: seus recursos naturais e principalmente humanos.

Percebe-se que enquanto Simonsen defende que para se alcançar o desenvolvimento econômico é necessário a participação efetiva do Estado, Bresser-Pereira afirma que o agente do desenvolvimento econômico é a nação. Segundo a interpretação de Maluf (1999), enquanto a nação se constitui sob o viés sociológico, através dos elementos de tradição, costume, aspirações e consciência nacional, o Estado é o ente político que organiza a nação, de modo que esta é o aspecto substancial do Estado. Para o autor, a nação é um direito natural e o Estado é uma criação da vontade humana. Portanto, ao destacar o Estado como responsável pela promoção do desenvolvimento, Simonsen acentua que isso requer uma atuação no âmbito político, ao passo que Bresser-Pereira, ao destacar o papel da nação, está atribuindo à própria sociedade o protagonismo do processo de desenvolvimento.

Outro posicionamento que vai de encontro ao de Bresser-Pereira é o de Sen (1999, p. 6). O autor escreve que a atuação mais direta dos indivíduos também contribui para o crescimento do desenvolvimento econômico, pois “os indivíduos são importantes para a formação de um capital social, resultante do clima de confiança estabelecido entre os membros de uma comunidade”. O exemplo dessa afirmação são “os contratos sociais estabelecidos entre os membros de uma determinada sociedade que acabam facilitando questões econômicas, bem como atendendo necessidades da coletividade”. Ou seja, enquanto Bresser-Pereira destaca o papel do Estado, Sen destaca o papel de indivíduo.

Para Bresser-Pereira (2006, p. 4), o desenvolvimento econômico é um “processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para setores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados”.

Conhecidos esses conceitos básicos, nasce o questionamento acerca dos fatores que influenciam o desenvolvimento, e de que forma os agentes podem atuar num sistema para provocá-lo.

O desenvolvimento não é instantâneo, nem espontâneo. Trata-se de um processo. A não espontaneidade implica na necessidade de políticas governamentais



que fomentem o desenvolvimento através de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), transferência e distribuição de renda, programas de incentivos fiscais etc.

Os fatores que determinam o desenvolvimento de determinada região podem ser fatores externos ou internos. Para que determinada região se desenvolva, é necessário identificar esses fatores e articular um conjunto de ações que os direcione ao desenvolvimento. Isso ocorrerá através do planejamento regional, o qual se desenvolve da interação de três aspectos: política econômica, ativação social e alocação de recursos (PIACENTTI, 2016).

Para a Teoria do Desenvolvimento Endógeno, que considera os fatores internos ao sistema, os aspectos que determinarão o desenvolvimento regional são a organização social, pesquisa e desenvolvimento, investimento em ciência e tecnologia e, principalmente, o capital humano, pois, segundo essa teoria, “os atores ou agentes locais são os protagonistas do desenvolvimento econômico, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região” (PIACENTTI, 2016, p. 124).

Neste sentido, pode-se afirmar que regiões que têm potencial para se desenvolver continuarão estagnadas se não houver estruturação que aproveite esse potencial. É o caso, por exemplo, de regiões que têm potencial agrícola, mas que não têm uma rede de transportes estruturada, mão-de-obra qualificada, dentre outras.

A partir dos posicionamentos anteriores, é possível entender que para uma região alcançar status de desenvolvida é preciso a participação tanto do Estado, através de investimentos e incentivos, quanto da nação, que caracteriza sua região através dos costumes e tradições. Para um desenvolvimento equilibrado, é preciso que haja uma união desses dois atores.

## 2.2 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO

O empreendimento solidário é a empresa, cooperativa ou associação, com fins econômicos, que se desenvolve através da autogestão, fundamentado nos princípios da solidariedade, cooperação e democracia, como será demonstrado no desenvolvimento desta seção. Nesse modelo, os participantes não têm salário fixo, como acontece nas empresas capitalistas, pois eles são coproprietários e dividem lucros e prejuízos entre si.

Singer (2008) conceitua economia solidária como sendo um modelo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, uma vez que a produção é de todos. Segundo De Faria e Sanchez (2012, p. 413), a “Economia Solidária vem sendo empregada para indicar a grande diversidade de atividades econômicas organizadas a partir dos princípios de solidariedade, cooperação e autogestão”.

Gadotti (2009) expõe que a economia solidária deve ser compreendida para além de um produto ou um simples sistema de empreendimentos solidários, mas que se trata da adoção de um conceito. Isto porque todo o contexto desse segmento requer a adoção de uma nova sistemática de valores e condutas sociais.

O surgimento de um empreendimento solidário pode se dar, por exemplo, quando uma empresa entra em processo de falência e seus funcionários, coletivamente, assumem sua gestão. Ou ainda, pelo arrendamento de uma empresa por um grupo de trabalhadores associados, entre outras formas (GADOTTI, 2016)

O objeto do empreendimento solidário é diversificado. De Faria e Sanchez (2012) expressam que a atividade econômica, na economia solidária, pode ser desde grupos informais de trabalhadores até grandes fábricas, e ainda, podem ser cooperativas urbanas ou rurais, que forneçam os mais variados serviços e produtos.

Como a economia solidária se dar de formas variadas, importa conhecer seus princípios e fundamentos, a fim de que seja possível a correta caracterização de um empreendimento solidário.

## 2.2.1 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando se estudam os princípios que norteiam a Economia Solidária, faz-se menção não apenas ao conjunto de valores que acompanham esse modelo de produção, mais também ao modo de funcionamento das organizações que compõem essa economia. Pois, como se verificará adiante, tais princípios não são apenas ditames éticos ou valorativos, eles estão ligados ao *modus operandi* da gestão dos empreendimentos solidários.

Apesar de todas as divergências conceituais, há na literatura pontos de convergência que permitem elencar como seus princípios a solidariedade, a cooperação e a democracia.

A solidariedade, como princípio da Economia Solidária, especifica-se pela solidariedade democrática, não se confundindo com a filantrópica, da qual decorrem ações sociais de cunho caridoso, mas de uma solidariedade que se pauta pela igualdade, pela reciprocidade e pela necessidade de se organizar para produzir.

A experiência histórica revela como a solidariedade foi importante para a definição de Economia Solidária. As primeiras cooperativas valiam-se da solidariedade entre os cooperados como meio de garantir empréstimos de capital, a exemplo do caso trazido por Singer (2002), em que as garantias reais eram substituídas pelo instituto do aval solidário, para mulheres que se responsabilizavam coletivamente pelos empréstimos umas das outras.

Observa-se a partir da dimensão histórica apresentada, a solidariedade, enquanto princípio da Economia Solidária, diz respeito também ao tratamento que será dado à propriedade privada, que, enquanto na Economia Tradicional trata-se da propriedade individual, neste modelo econômico tem-se a propriedade coletiva.

O princípio da cooperação, no âmbito da economia solidária, diz respeito ao modo como se darão as interações e trocas entre os associados. Se na economia tradicional ela revela sua importância quando empresas a aplicam como estratégia alternativa para melhorar seu desempenho econômico, nos empreendimentos solidários a cooperação trata-se de um valor intrínseco à sua existência (CENTENARO; LAIMER, 2017).

Concebe-se que na economia solidária as relações sociais serão regidas pela troca recíproca e não pela competitividade. Enquanto na competitividade a motivação das ações são os interesses e objetivos individuais, na cooperação os sujeitos atuam

como um conjunto, constituído a partir da soma das contribuições individuais, de forma coordenada, direcionadas a um objetivo comum. Essas contribuições individuais se organizam na estrutura administrativa cooperativa através da consensualidade.

É desafiador estabelecer e manter empreendimento solidário num contexto econômico capitalista. Nesse ponto, a cooperação pode também ser utilizada como ferramenta para potencializar a competitividade do empreendimento com seus concorrentes de mercado. É o que ocorre, por exemplo, quando se formam redes, através das quais as organizações ganham suporte para o desenvolvimento de suas atividades, se modernizam, organizam sua produção e ganham espaço no mercado e, assim, tornam-se mais competitivas (SILVA; SILVA, 2014). A criação de redes solidárias, então, com funcionamento pautado na cooperação, torna-se indispensável para a expansão desse modelo econômico.

O último princípio, o da democracia, confere à Economia Solidária a qualidade de ser o modo de produção que melhor dialoga com o social e o político. Isto ocorre porque não visa só a um crescimento financeiro, mas principalmente ao desenvolvimento humano, através de valores como a igualdade, a valorização do ser humano, satisfação das necessidades humanas, estímulo à liberdade e ao pensamento crítico. E a democracia é o princípio que instrumentaliza esses valores.

A democracia desenha-se como fundamental para a economia solidária. Sua ausência significa a descaracterização de empreendimento solidário, a exemplo das cooperativas de compra e venda, que têm a finalidade de unificação de recursos para viabilizar aquisições e comercializações, que apesar de estarem no âmbito da economia social, não são consideradas como empreendimento solidário. Como defende Singer:

[...] o cooperativismo de compras e vendas não se constitui num modo de produção alternativo ao capitalismo exatamente porque não estende a democracia e a igualdade à totalidade dos que trabalham nele. Ele preserva a divisão de classes, separando os pequenos produtores, como proprietários do capital cooperativo, dos trabalhadores que lhes prestam serviços de intermediação e de produção em troca de salários. (SINGER, 2002, p. 88)

Singer (2002) argumenta que as cooperativas de compra e venda só existem como o único meio de categorias profissionais resistirem ao mercado capitalista e não como meio de promoção de cidadania e democracia. Portanto, não se constituem em economia solidária.

A consequência imediata da adoção da democracia na economia solidária, em consonância com a autogestão, diz respeito à participação dos sócios e seu poder na tomada de decisões. Se na economia tradicional o peso do voto é conforme a participação societária, na Economia Solidária todos têm participação equitativa, um voto por pessoa.

O tratamento isonômico e igualitário dos sócios no empreendimento corrobora com o ideal de valorização do ser humano e não de sua propriedade.

### **2.2.2 AUTOGESTÃO: ELEMENTO CONSTITUTIVO FUNDAMENTAL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

Nos empreendimentos solidários, independente da natureza jurídica adotada (associação, cooperativa, empresa etc.), a administração dar-se-á através da autogestão, que tem sua importância defendida por sua condição de gerar igualdade entre os pares, como defende Szul e Moura (2017, p. 3): “Compreende-se que a autogestão como princípio norteador da Economia Solidária acaba por aumentar o contexto de igualdade e democracia dentro dos empreendimentos”.

A autogestão trata-se de um modelo de administração em que os trabalhadores são coproprietários, e isso rompe com a sistemática do trabalho alienado. É neste sentido que Lefebvre (2017, p. 141) escreve sobre o seu papel: “através da autogestão os membros de uma livre associação podem ter em mãos as suas próprias vidas, de forma que ela passe a ser sua obra. Isso também se chama: apropriação, desalienação”.

Para Faria (2016, p.5), a autogestão é a negativa à heterogestão, ao sistema capitalista, pois “autogerir não é democratizar a economia capitalista, mas mudar seus fundamentos. Autogerir a economia é determinar quais são os produtos úteis à condição humana e não os que permitirão aumentar ao máximo o lucro dos proprietários”.

Para Silva e Silva (2014, p. 4), a autogestão não funciona “levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantiram sua sobrevivência e sua auto sustentação no mercado”.

Em suma, a autogestão pode ser definida como uma metodologia de gestão com estrutura organizacional interna não-hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação ativa e democrática dos trabalhadores. Para viabilizar a produção, a estrutura organizacional possui chefes de departamento ou seção, que são responsáveis por coordenar as atividades dos trabalhadores. O órgão superior em uma autogestão é a assembleia geral, ocupada pela coletividade de trabalhadores.

Mesmo nos empreendimentos solidários, existe a divisão de trabalho por especialidade. Apesar disso, ainda prevalece o caráter do trabalho coletivo. Pois todos os associados precisam conhecer de todas as etapas da produção, diferentemente do modo de produção tradicional, em que o acesso à informação é limitado à responsabilidade que cabe àquele trabalhador, tornando-o alienado em relação à empresa como um todo, dificultando, inclusive, na tomada de decisões. Soma-se isto ao fato de que nesse modelo são partilhadas as responsabilidades e os direitos. Essa característica, específica da autogestão, se lança como fundamental para o bom funcionamento do empreendimento.

A participação ativa e democrática dos trabalhadores na administração é demonstrada como passo importante para o surgimento da Economia Solidária, pois muitos empreendimentos sociais surgiram do movimento de trabalhadores para evitar a falência de empresas capitalistas (GADOTTI, 2016). Evidenciando, dessa forma, o compromisso da Economia Solidária com a geração de renda, isto é, tê-la como uma ferramenta para evitar a falência de empresas, e conseqüentemente o fechamento de postos de trabalho.

Em decorrência dessa forma de organização diferenciada, nos empreendimentos autogeridos as ordens e instruções partem dos trabalhadores. Assim, as mudanças são provocadas de baixo para cima. Isso confere à autogestão maior transparência, com menor incidência de fraudes e desvios.

A aplicabilidade desse modelo de gestão encontra dificuldades. Os trabalhadores que não foram educados para gerenciar; e sim para serem gerenciados. Pode-se apontar que este seja um fator limitante à expansão da economia solidária. Há que se defender, então, a necessidade de uma “nova formação, já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva” (GADOTTI, 2016, p. 33).

### 2.2.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA CAPITALISTA

Para melhor compreender a interação com o capitalismo, bem como, para delinear ainda mais o que vem a ser a economia solidária, Coraggio (2013) escreve sobre três correntes de pensamento no âmbito da economia social e solidária.

A primeira corrente entende a economia social e solidária como um conjunto articulado de ações de promoção à integração social e combate à pobreza. Sua principal ferramenta é o empreendedorismo associativo. Desenvolve-se sob a ótica do capitalismo. Neste caso, não há que se falar em economia solidária como um modo de produção próprio e desvinculado.

Para a segunda corrente, a articulação de microempreendimentos associativos, como sugerido na primeira corrente, não é suficiente para o alcance dos objetivos de promoção social e redução de desigualdades. Portanto, articula-se como um subsistema funcional, através da criação de redes solidárias, sem, contudo, sair da égide do capitalismo.

A terceira corrente também trata a economia solidária como um sistema orgânico. Entretanto, propõe a superação do capitalismo, dando origem ao que se conhece por A Outra Economia. Em outras palavras, propõe a substituição do capitalismo por um novo modelo econômico, que seria a economia solidária.

Ante o exposto, observa-se que relação entre a economia solidária e a economia capitalista pode ser descrita sob duas perspectivas: a) a economia solidária é uma espécie de economia capitalista, em razão de também visar a lucros, diferindo apenas no modelo de gestão adotado; b) a economia solidária é um modo de produção antagônico ao capitalismo, por se fundamentar na solidariedade, cooperação e propriedade coletiva.

Quanto à essa primeira perspectiva, restou demonstrado no tópico anterior, que a autogestão é a chave da economia solidária. Mais do que uma diretriz a ser seguida, é sua essência. Assim, concebe-se que esta é a diferença entre a economia solidária e o capitalismo, visto que ela não se desvincula de outros fatores comuns a este, como a atuação no livre mercado e a busca pelo lucro. Trata-se, então, de uma espécie dentro do gênero capitalismo.

A Economia Solidária, em contraponto ao capitalismo, orienta-se pela emancipação sociopolítica do indivíduo, e tem a pretensão de gerar renda, e de promoção e inclusão social. Isto se deve aos seus pilares, enquanto o capitalismo se

rege pelo princípio da economia de mercado, “a Economia Solidária coloca a tônica na hibridação destes três princípios (mercado, reciprocidade e redistribuição)” (ALEIXO, 2014, p. 34-35).

Para além das diferenças na gestão, não se pode olvidar da divergência entre os objetivos dos dois modos de produção. Enquanto o capitalismo objetiva acumulação de capital, a economia solidária objetiva o desenvolvimento humano. Nesse ponto reside uma das diferenças fundamentais entre os dois modelos econômicos, verificada durante a discussão sobre solidariedade: propriedade individual no capitalismo *versus* propriedade coletiva na Economia Solidária.

Ao passo que a Economia Capitalista se centra na acumulação do capital, tendo por base os interesses individuais, a Economia Solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade (ALEIXO, 2014).

É esse também o entendimento de Gadotti (2009, p. 31), ao afirmar que enquanto a gestão capitalista se conecta ao ideal de lucratividade, “a gestão solidária está ligada à melhoria de qualidade de vida dos associados ao empreendimento econômico solidário”. Ainda para Gadotti (2009, p.41) “a economia solidária é um embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um novo modo de produção antagônica ao modo de produção capitalista”.

Uma compilação mais didática das características da Economia Solidária e da Economia Capitalista é dada no Quadro 1.

Quadro 1 - Comparação Economia Capitalista tradicional e Economia Solidária

<b>Crítérios</b>	<b>Economia capitalista</b>	<b>Economia solidária</b>
Interações sociais	Competição	Cooperação
Distribuição de renda	Assalariamento	Retiradas
Finalidade	Lucrativa (Acumulação de capital)	Desenvolvimento humano
Participação democrática dos sócios	1 voto por ação ou quota	1 voto por pessoa
Propriedade privada	Propriedade individual	Propriedade coletiva
Relação de mercado	Concorrência	Redes solidárias (colaborativas e cooperativas)

Fonte: Próprio autor



A discussão acerca da natureza da economia solidária é complexa e ainda está em desenvolvimento. Mas é convergente o entendimento de que ela oportuniza novas formas de fazer e pensar a sociedade e a economia.

## **2.3 A PESCA E AS COLÔNIAS DE PESCADORES NO BRASIL**

### **2.3.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DA PESCA E SUAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS**

Achados arqueológicos indicam que a pesca é praticada no Brasil desde a pré-história (CARDOSO, 2009). Portanto, a pesca sempre esteve presente dentre as atividades de natureza extrativista praticadas no país. Mas, ao contrário de outras, ela veio se alargando ao longo dos anos e ocupando lugar de destaque na história brasileira (MORAIS, 2018).

No período colonial a pesca era intensificada na região amazônica, em especial nas bacias dos rios Negro e Solimões, e as primeiras técnicas em pesca artesanal conhecidas no Brasil foram incorporadas das culturas indígenas, e incrementadas por técnicas trazidas por imigrantes europeus e povos africanos trazidos como escravos (FONSECA, 2008).

No Brasil Colonial e Imperial, em que prevalecia a mão-de-obra escrava, a pesca representou um meio para a liberdade, até certo ponto, pois não se perdeu o caráter de exploração da escravidão. Naquele cenário, os escravizados que praticavam a pesca eram enviados para longe de seus senhores, diferente daqueles que trabalhavam no âmbito doméstico, conseguindo, assim, trabalhar em um ambiente menos autoritário e submisso (RAMALHO, 2008).

Ainda para Ramalho (2008), os rendimentos da pesca eram divididos entre o senhor e o pescador escravizado, de forma que muitos deles conseguiam acumular dinheiro e comprar sua alforria.

Percebe-se que essa atividade é praticada desde os povos antigos, porém, era pouco reconhecida. Sua primeira conquista aconteceu ainda no período monárquico, com as primeiras ações governamentais de regulamentação da pesca. Em 1846, passa-se a exigir que os pescadores e suas embarcações sejam registradas nas Capitânicas dos Portos, e em 1923, passou-se a registrar também o quantitativo da

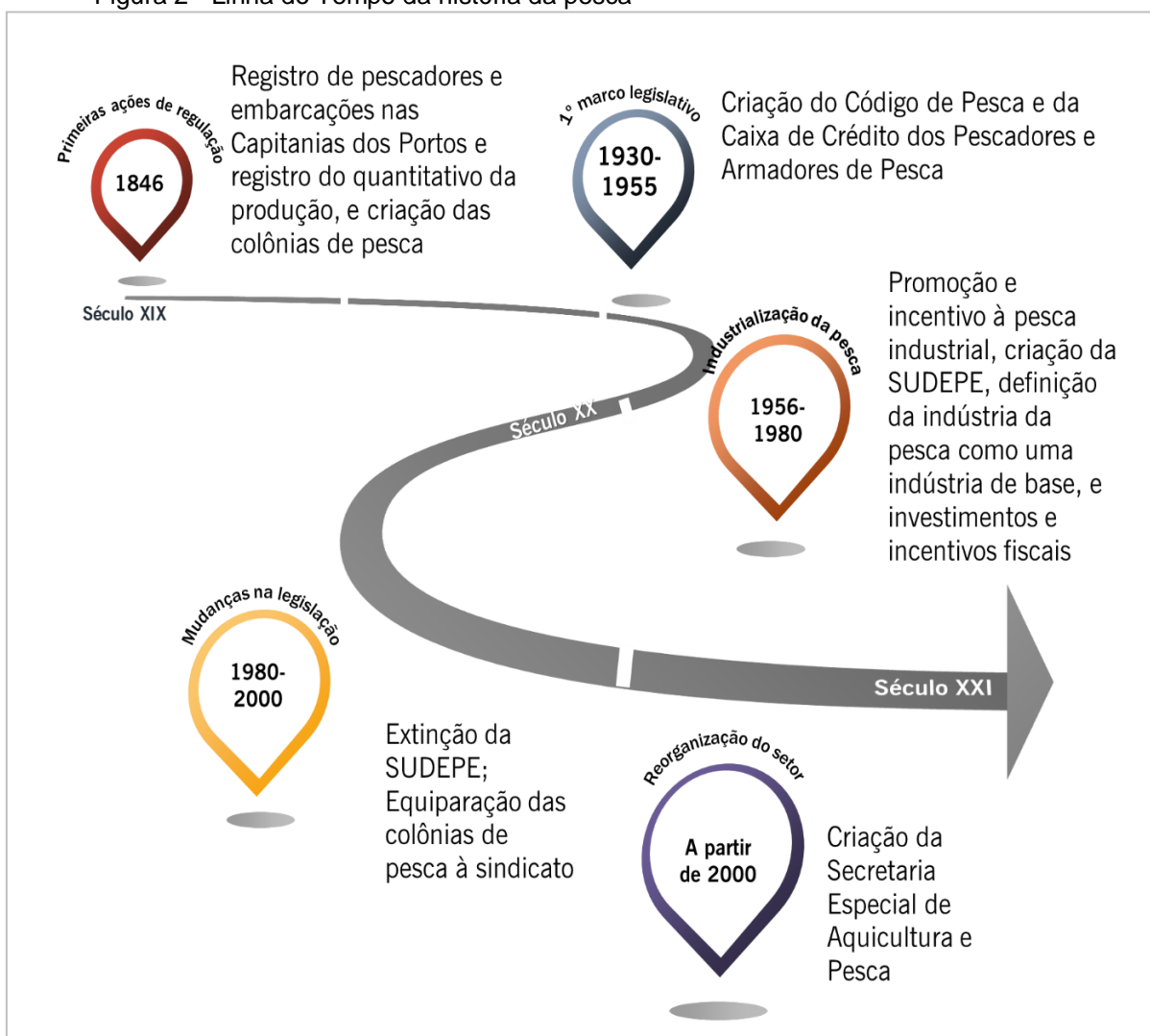
produção. Em 1942, Getúlio Vargas dar um passo maior para o desenvolvimento da pesca, com a criação do Código de Pesca e da Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca. A partir de 1956, com o Plano de Metas de Juscelino Kubistichek, iniciou-se um período de promoção e incentivo à pesca industrial. Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, e com a definição da indústria da pesca como uma indústria de base, o que lhe conferiu respaldo para receber mais investimentos e incentivos fiscais, em 1967, houve grande expansão e consolidação da pesca enquanto atividade econômica. (BORGES, 2008).

Goularti Filho (2016) classifica a criação da SUDEPE como um “processo de politização da pesca”. Segundo o autor, no decorrer das décadas de 1960 a 1970 houve forte expansão da pesca com as políticas públicas de fomento à industrialização. Mas o favorecimento da pesca industrial, em detrimento da pesca artesanal, afetou negativamente as comunidades tradicionais pesqueiras, que viviam sob péssimas condições sociais.

Para Maldonado e Dos Santos (2006, p. 325), “com o incentivo a cooperativas pesqueiras, a instituição de incentivos fiscais para a pesca promoveu basicamente a atividade pesqueira industrial, deixando a atividade artesanal à margem dos benefícios”. Para amenizar a situação, em 1973 foi criado o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (Pescart), para dar assistência aos pescadores. Na década de 1980, com a redemocratização o Estado Brasileiro e o fortalecimento do liberalismo, muitas autarquias foram extintas, dentre elas a SUDEPE. Em 2003 foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), no âmbito da Presidência da República (BRASIL, 2003), que mais tarde veio a se tornar o Ministério da Pesca e Aquicultura (BRASIL, 2009).

A Figura 2 apresenta a linha do tempo que sintetiza os principais marcos históricos dessa atividade.

Figura 2 - Linha do Tempo da história da pesca



Fonte: Próprio autor

Atualmente, as políticas de pesca voltaram a ser realizadas no âmbito da SEAP, que é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2019).

Alves (2015, p.1) escreve que “a pesca no país é caracterizada como uma admirável atividade socioeconômica que vem marcando e cruzando histórias de vida e está diretamente ligada ao sustento de variados grupos de pessoas”.

Porém, a história da pesca revela que esta nunca se dissociou do viés de atividade econômica com impacto global. Por esta razão, a pesca se revela atividade econômica de importância tradicional, ao mesmo tempo em que denota importância no contexto da globalização. Essa característica da atividade pesqueira revela a importância que ela tem dentro das comunidades em que é desenvolvida.

### 2.3.2 OS TIPOS DE PESCA E O CONCEITO DE PESCADOR ARTESANAL

O conceito de pescador artesanal pode ser extraído da Lei 11.959/09 que dispõe em seu art. 8<sup>a</sup>, inciso I, alínea a, que a pesca artesanal é aquela praticada por “pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte” (BRASIL, 2009b).

O Estado de São Paulo promulgou a Lei nº 11.165, de 27 de junho de 2002 - Código de Pesca e Aquicultura do Estado, que logo em seu artigo primeiro conceitua “pesca como toda ação destinada a extrair, colher, apanhar, apreender, capturar ou caçar organismos hidróbios”.

Portanto, o pescador artesanal é aquele que empreende a captura do pescado, com ferramentas e apetrechos artesanais, para fins comerciais e/ou de subsistência, em sede de economia familiar ou comunitária.

Os conceitos apresentados delimitam as diferentes características que existem entre a pesca artesanal, a piscicultura e a pesca industrial. A piscicultura é o cultivo de peixes em ambientes controlados, enquanto que a pesca o extrai direto da natureza, sem qualquer controle sobre o ambiente. Do mesmo modo, diferencia-se da pesca em escala industrial pelos meios e formas que se utiliza para a realização da atividade.

A produção artesanal é marcada pelo “uso de tecnologias relativamente simples pelos pescadores artesanais e distingue-os das atividades de pesca industrial: eles usam barcos menores, materiais mais baratos, incluindo redes de espera, linhagens e motores mais fracos” (TSAKANIKI et al. 2018, p. 3).

Partindo dessa base conceitual, e percebendo a importância da pesca na história brasileira, Ramires, Barrella e Esteves escrevem que:

No setor de pesca artesanal estima-se que aproximadamente 700.000 pescadores estejam envolvidos, sendo representados por 400 colônias distribuídos entre 23 Federações Estaduais. Em relação a distribuição por regiões, 21% atuam na Região Norte; 39% na Região Nordeste; 18% na Região Sudeste e 22% na Região Sul (2012, p. 1).

Analisando a distribuição por atuação nas regiões, o Norte possui 21%, e dentro dessa porcentagem está a colônia de pescadores da Cidade de Praia Norte no Estado do Tocantins, objeto de estudo desse trabalho.

### 2.3.3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE PESCA

A evolução da atividade pesqueira, e a importância social que ela tem, demonstrou a necessidade de regulamentação e organização que pudesse acompanhar tal crescimento.

A primeira forma de organização social dos pescadores surgiu em 1919, com a instituição das primeiras colônias de pescadores no Brasil. Importa destacar que a iniciativa de sua criação não foi dos pescadores, mas sim da Marinha Brasileira, cujos interesses se deram após a primeira guerra mundial, a fim de defender a costa brasileira (MORAIS, 2018).

Em outras palavras, a importância dos pescadores na história do Brasil surge durante esse período de pós-guerra, onde todos estavam aflitos e precisavam proteger a costa brasileira, com a ideia de fazer uso do saber do pescador que conhecia muito bem os segredos do mar, visto que ali trabalhava dia e noite.

O interesse do Estado nesses profissionais era tão significativo que a Marinha “guardava para si o direito de recrutar marinheiros e pescadores para compor seus quadros em caso de guerra” (CARDOSO, 2009, p. 3).

A Marinha também criou em 1º de janeiro de 1923 o primeiro estatuto das colônias de pescadores do Brasil. Nele era previsto que “para praticar a pesca, os pescadores eram obrigados a matricular-se nas colônias” (MORAIS 2016, p.1).

Como apontado anteriormente, desde 1846 esse registro era feito, só que nas Capitânicas dos Portos. Com a criação das colônias de pesca, esse controle e organização passam a ser feitos em uma instituição mais próxima do pescador.

A partir da mobilização social dos pescadores, considerada fundamental na consolidação dos direitos da categoria (CARDOSO, 2009, p.9), através do “Movimento Constituinte da Pesca”, com o apoio da Comissão Pastoral da Pesca, a Constituição Federal de 1988 equiparou as colônias de pesca aos sindicatos de trabalhadores rurais.

CF/1988 - art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...)

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

A Lei 11.699 de 2008 dá eficácia a esse dispositivo constitucional e reconhece as colônias como o órgão de classe dos pescadores artesanais. Com essa conquista, as Colônias de Pescadores tornam-se organizações independentes e autônomas, com forma e natureza próprias. Esse marco rompe com o histórico de sujeição e vinculação das colônias de pesca ao Estado.

Além disso, a pesca é praticada em conjunto, seja no âmbito familiar ou comunitário, e o ambiente em que a atividade é realizada é de uso comum e compartilhado. Assim, a própria natureza dessa atividade cobra que ela se organize socialmente e se desenvolva através de laços cooperativos. Esse fator impulsionou a consolidação das colônias de pesca como a principal entidade representativa da categoria.

Assim, a Colônia de Pescadores pode ser definida como a instituição representativa da categoria, que atua em defesa dos direitos dos pescadores, que organiza suas atividades e desempenha papel fundamental para que o pescador inicie e mantenha seu vínculo como segurado especial do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS, 2018).

Maldonado e Santos (2006) destacam que o avanço das organizações sociais pesqueiras é afetado negativamente pelo pouco conhecimento sobre gestão, legislação, cooperativismo e empreendedorismo. Assim, defende-se que os incentivos e investimentos no setor devem passar pela difusão da educação.

Willers (2016) defende que as mudanças estruturais são essenciais para o desenvolvimento regional. No mesmo sentido, Piacentti (2016) destaca que o desenvolvimento regional depende da capacidade de organização social e política local. Dentre as formas de organização, destacam-se as associações e colônias de pescadores, especialmente porque são formadas a partir da iniciativa dos próprios pescadores.

Neste sentido, as mudanças de paradigma que uma associação sob a égide da economia solidária provoca, como no caso da colônia de pescadores em estudo, são dignas de observação e avaliação para identificar de fato o potencial que tem para provocar o desenvolvimento da região em que está inserida.

## **2.4 CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **2.4.1 ELOS DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO A PARTIR DA PESCA ARTESANAL**

A produção do pescado é considerada a principal atividade econômica de muitos municípios da região norte do Brasil. Nesta mesma região, a atividade é desenvolvida, majoritariamente, através da pesca artesanal de espécies nativas e da piscicultura, em nível de agricultura familiar.

Um conceito bem completo sobre cadeia produtiva é trazido por Moreira Junior (2010, p. 2) que afirma ser “um conjunto de ações e atores que interagem entre si, compondo o sistema produtivo que engloba os fornecedores de insumo e serviços, das indústrias de processamento, distribuidores, comerciantes e consumidores”. As ações mencionadas pelo autor se relacionam entre si, obedecendo uma lógica que é organizada cronologicamente e vão seguindo um caminho de etapas que abrange desde a aquisição dos insumos até a venda ao consumidor final.

Prochnik (2002) também conceitua cadeia produtiva como um conjunto de etapas que vão transformando e transferindo os insumos e podem abranger diversos seguimentos de outras cadeias.

No caso da pesca artesanal, observa-se que a atividade tem sua importância social e cultural nos locais em que é desenvolvida. Nas comunidades pesqueiras tradicionais, a pesca, além de se constituir em atividade econômica, caracteriza-se por ser um modo de reprodução social do modo de vida das famílias locais.

Neste sentido, a compreensão sobre o funcionamento da cadeia produtiva do pescado enseja o conhecimento dos aspectos socioculturais locais, como bem defende Costa (2009, p. 29) ao afirmar que “o modo de vida é fundamental para o entendimento, visto que a forma de existência corresponde ao processo de produzir, e isso não se despende das relações sociais e econômicas da produção”. Dessa forma, cabe fazer as devidas considerações sobre o perfil das comunidades pesqueiras.

Pesquisas realizadas nos estados de Rondônia, Pará e Amapá revelam que nessas localidades a atividade da pesca é desenvolvida em família, geralmente entre companheiros ou pais e filhos. Ainda, quase metade das famílias depende

exclusivamente da pesca, e os demais realizam atividades complementares e contam também com programas de assistência financeira. A maior parte dos pescadores tem baixo nível de escolaridade, alguns não são alfabetizados e outros não concluíram o ensino fundamental; os produtores revelam ter em média 25 anos de dedicação à atividade pesqueira; a produção do pescado é destinada em parte para subsistência e em parte para o comércio; e por fim, é comum que as mulheres pescadoras, além da pesca em si, realizem atividades como a comercialização do pescado, remendo de redes, processamento artesanal da produção etc. (LIMA et al., 2012; RABELO et al., 2017; AMANAJÁS, 2018).

O perfil desenhado em tais pesquisas pode ser estendido a outras localidades da Região Norte, e revelam que os profissionais da pesca artesanal se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Como citado anteriormente, a produção do peixe pode ter sua origem tanto na piscicultura quanto na pesca artesanal. No presente estudo, é necessária a apresentação da cadeia produtiva cuja produção tem origem na pesca extrativista.

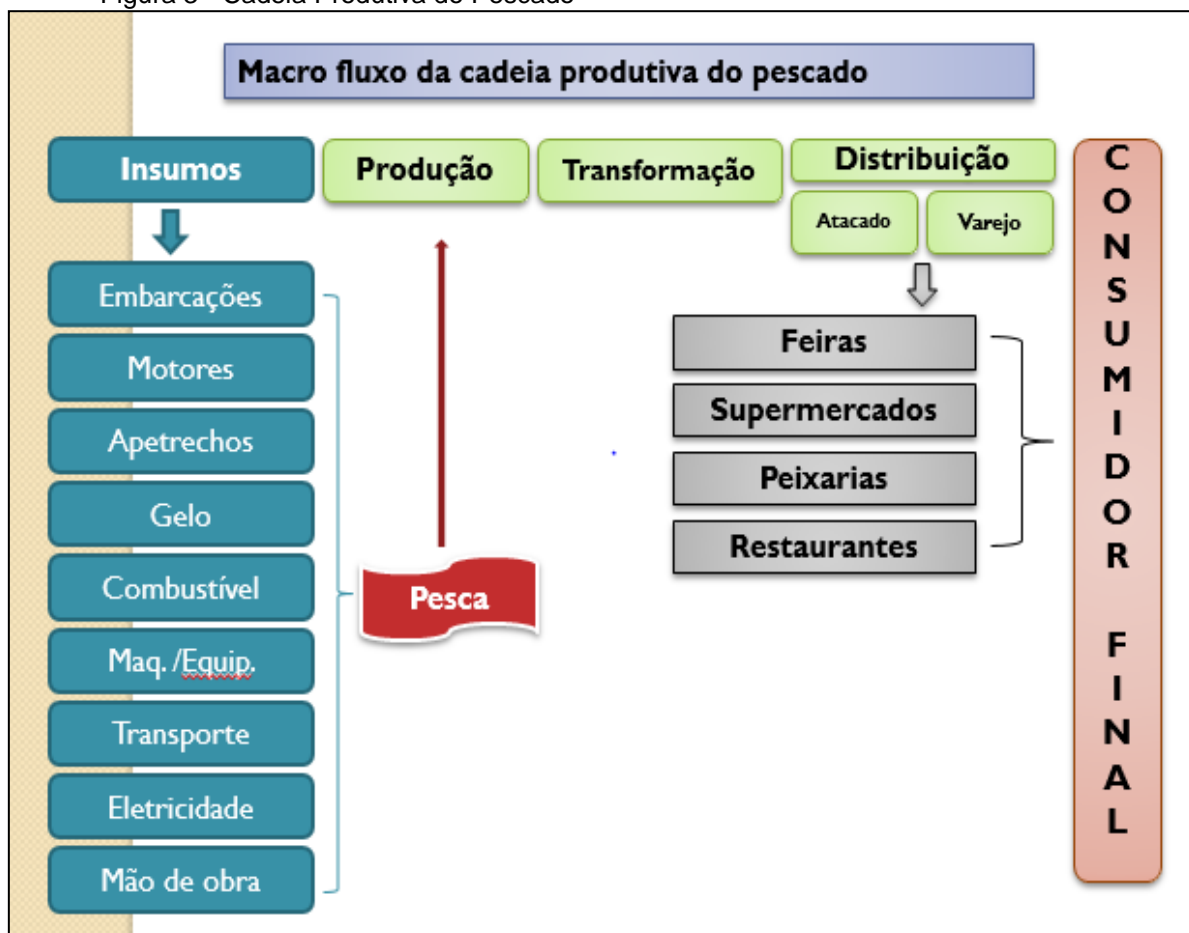
A economia do pescado apresenta vários agentes produtivos: pescadores, intermediários (pombeiros, geleiros, marchantes), peixarias, fábricas de gelo, atacadistas, estabelecimentos de varejo, processadoras do pescado, indústrias, dentre outros (CARDOSO, 2009, p. 7)

Barcelos e Maciel (2018, p.4) relatam que “a cadeia produtiva do pescado tem três segmentos importantes relacionados: a captura; o beneficiamento e a comercialização de pescado”. Pinheiro (2014) acrescenta, destacando que os segmentos básicos são cinco, a saber: fornecimento dos insumos, produção, transformação do pescado, distribuição e, por fim, o consumidor. Esta disposição demonstra ser mais exata, visto que a aquisição dos insumos é etapa importante para a produção.

Fazendo uma análise da Figura 3, adaptada do Scorvo Filho (2010), que apresenta o Macro Fluxo da Cadeia Produtiva do Pescado, percebe-se que ela engloba todas as etapas necessárias para que o peixe chegue ao consumidor final.



Figura 3 - Cadeia Produtiva do Pescado



Fonte: Scorvo Filho (2010)

A cadeia inicia-se com os insumos, que são as ferramentas necessárias para que a atividade pesqueira seja realizada. Conforme a região ou mesmo a técnica aplicada, os apetrechos necessários mudam. Mas é possível apontar como principais insumos os materiais utilizados na captura, como as redes de pesca, na logística, que são as embarcações, e na conservação, que são as caixas e gelo.

A aquisição dos insumos pode ocorrer no comércio local, fomentando a economia regional. Parte destes materiais é confeccionada artesanalmente, através de trabalhadores que fazem a construção e manutenção de barcos, e também a confecção e o remendo das redes de pescas, quase sempre no ambiente familiar (TINOCCO, 2001)

Posteriormente, acontece a produção, com a pesca propriamente dita. Essa etapa se inicia com a captura do pescado, compreendendo sua conservação durante o período de pescagem, até o momento da venda no porto. No porto, geralmente, um atravessador desempenha a função de intermediação entre o pescador e o

distribuidor. O atravessador (ou intermediário, e outras denominações a depender da região) é um sujeito importante na cadeia de produção do peixe, especialmente por duas razões:

O primeiro, vinculado a laços afetivos entre eles e os pescadores, visto que, em geral, os intermediários são pessoas da comunidade, ou ex-pescadores que se especializaram na comercialização e possuem fortes laços de compadrio com aqueles dos quais compram a produção. O segundo se refere aos tradicionais sistemas de financiamento da produção. O intermediário possui um ágil, informal e flexível sistema de financiamento, baseado em relações de confiança, sistema que, embora possa ser considerado “escravizante”, não encontrou substituto nos sistemas formais e burocratizados postos à disposição pelas cooperativas a seus associados. (MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 325)

Após essa etapa, o pescado chega à parte final da cadeia, que é a sua distribuição no atacado ou varejo, momento em que o pescado chega às feiras, supermercados, peixarias e restaurantes, e conseqüentemente alcança o consumidor final. A produção oriunda da pesca artesanal, quando não é para subsistência, é para o comércio regional. Consideradas as citadas etapas da cadeia produtiva, é possível observar que há a interação de muitos atores, como os pescadores, os comerciantes locais, os atravessadores e os consumidores. Cada sujeito da cadeia produtiva desempenha papel importante na produção. É importante, então, que o desenvolvimento provocado pelo setor alcance todos os que participam e contribuem para seu funcionamento.

#### **2.4.2 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE**

Importa ressaltar que quando se estuda uma cadeia produtiva é possível identificar as oportunidades e potencialidades ainda não desvendadas no negócio, bem como é possível compreender os impactos que podem ser causados pelas ações externas e internas da cadeia (SOUSA et al. 2008). No mesmo sentido, o conhecimento sobre a cadeia é útil na identificação dos gargalos na produção, que são as fraquezas e ameaças existentes.

O associativismo se constitui como uma das principais forças da cadeia produtiva da pesca. Isso porque a organização da categoria profissional, através da associação, aumenta a competitividade do produtor, afetando toda a economia, como pontuam Costa e Nunez (2017, p. 13):

A formação de uma associação ou cooperativa em uma determinada dominialidade socioeconômica e ambiental tem um impacto na economia (seja na escala local ou extra-local), na sociedade e nos fornecedores e compradores que com ela se relacionam.

Outra vantagem que decorre do associativismo é a redução dos custos de produção, como defende Vieira (2014, p. 38), ao afirmar que o associativismo “pode ser uma alternativa para que a agricultura familiar tenha escala e, conseqüentemente, maior poder de negociação na cadeia produtiva”.

Outra importante força da cadeia produtiva é a tradição e o conhecimento da atividade pesqueira. O conhecimento empírico dos pescadores, que se constrói na experiência do dia a dia, e também se recebe dos mais antigos, constitui o *know-how* destes profissionais. É neste âmbito que se introduz o conceito de Conhecimento Ecológico Local, que no caso da pesca, engloba “a variabilidade e a versatilidade das pescarias artesanais multiusos e das tecnologias utilizadas, bem como os direitos de uso coletivo não-oficiais e informais dos territórios de pesca” (TSAKANIKI et al. 2018, p. 4). Além do necessário para a prática produtiva, o saber tradicional também diz respeito ao “conhecimento sobre os ecossistemas, à biologia e ecologia desses recursos, os quais são transmitidos, culturalmente, entre as gerações de pescadores” (SILVA et al. 2014, p. 356).

O ambiente institucional e organizacional da pesca é composto pelas agências de crédito e fomento, entidades de fiscalização, e o aparato legal da atividade, como as leis ambientais, normas de vigilância sanitária, as leis de regulamentação da atividade etc. A desorganização, ou mesmo a inatividade, desse ambiente constitui uma fraqueza dentro da cadeia de produção, pois, segundo Moreira Junior (2010), todos os segmentos da cadeia produtiva são influenciados por esses ambientes.

Dentro do mesmo tema, cabe relatar que o acesso dos pescadores aos serviços de assistência técnica e extensão rural ainda é limitado em algumas regiões do país; também, que se faz necessária a destinação de recursos públicos para fomento da atividade; e, ainda, a disponibilização do microcrédito com condições específicas à categoria econômica (SANTOS, 2005).

As deficiências na infraestrutura para o desenvolvimento da pesca também é um dos gargalos da produção. Por estrutura entenda-se o aparato estrutural, físico e logístico necessário em cada fase da cadeia produtiva, como “estradas, disponibilidade de energia elétrica, usinas de beneficiamento, entre outros” (SILVA;

COSTA, 2017, p.63). O ambiente estrutural não é hegemônico, muda conforme a localidade. No Estado do Tocantins, por exemplo, as microrregiões Bico do Papagaio, Jalapão e Dianópolis são apontadas como precárias no quesito infraestrutura (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2019). Os autores ainda apontam que o estado precisa avançar em infraestrutura de transportes, armazenamento e processamento de suas produções.

Em se tratando das oportunidades, destaca-se o crescimento deste segmento. Dentre as atividades econômicas do país, a cadeia produtiva do pescado ocupa um lugar de destaque, visto que tem abastecido o mercado nacional e internacional, além da geração de emprego, renda e alimento para a população (PINHEIRO, 2014).

Muitos fatores contribuem para que em breve o Brasil se torne o maior fornecedor mundial de peixes. Souza et al. (2008) relaciona as causas:

- Ser um dos únicos países que ainda possui abundância em água a baixo custo;
- Grande produtor e exportador de milho e soja, que formam a base da alimentação de peixes;
- Possui uma grande extensão do país com clima tropical, o que permite um crescimento dos peixes durante todo o ano;
- Possuir um mercado consumidor crescente que irá demandar mais peixes, assim que sua disponibilidade aumente e os preços declinem.

Cabe ressaltar que mesmo com o desenvolvimento da piscicultura e da pesca industrial, a pesca artesanal é responsável por cerca de 70% da produção nacional (MASSAMBA, 2016). Portanto, o crescimento desse mercado potencializa, sobretudo, essa atividade tradicional.

Doutro modo, observa-se que a atividade é ameaçada pela redução gradual do número de pescadores artesanais. Isso ocorre em função de ser uma prática tradicional, passada de pai para filho, e os mais jovens mostram-se cada vez menos interessados em perpetuar a atividade. Esse fenômeno pode ser explicado a partir dos dados socioeconômicos dos profissionais da pesca, pois os pescadores são pessoas mais velhas e com baixa escolaridade, enquanto que os jovens têm propensão a se dedicar mais ao estudo e buscar o desenvolvimento profissional em outras áreas (NETO, 2017; ARAÚJO, 2017; FREITAS et al. 2016),

O avanço de atividades econômicas industriais em comunidades pesqueiras, como as petrolíferas, hidrelétricas e a pesca industrial, também tem ameaçado a

pesca artesanal. Em ambos os casos, o ambiente em que a atividade é desenvolvida é cada vez mais reduzido, para dar espaço à industrialização. A fim de combater tal ameaça, existem movimentos sociais organizados que lutam pela regularização dos territórios de comunidades tradicionais de pesca (PAULA, 2015).

Os fatores apresentados devem ser objetos de ações e programas que potencializem as forças, e extirpe as fraquezas. Com isso, a cadeia produtiva se tornará mais eficiente e com resultados melhores.

O desenvolvimento regional não se dissocia do desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, remete a uma interação saudável entre a sociedade e a natureza. A existência de múltiplas etapas na cadeia produtiva do peixe demonstra a necessidade de ampliar os estudos acerca da Tecnologia do Pescado, para que os produtos sejam concebidos sob critérios de economicidade, sustentabilidade e segurança alimentar.

Beduschi Filho (2014) defende que há uma nova concepção da relação entre o desenvolvimento rural e a sustentabilidade. Para o autor, é necessária uma produção econômica que busque a conservação do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais.

Por isso, pode-se afirmar que a produção sustentável não se limita ao viés da conservação do meio ambiente, mais também trata de elementos sociais, culturais e políticos. Cuida-se de produzir com o menor impacto ambiental, a maior eficiência econômica, a distribuição equânime das riquezas, a melhoria da qualidade de vida e a emancipação política dos sujeitos envolvidos (VIEIRA, 2014).

Menezes et al. (2016, p. 23) reforça esse entendimento, destacando que o desenvolvimento deve se aliar à “prudência ecológica, satisfação das necessidades básicas e promoção da equidade, autonomia e redefinição do conceito de eficiência econômica”.

Uma das maneiras de sobrevir o desenvolvimento sustentável é dar protagonismo às práticas que aproveitem ao máximo as funções do ecossistema, sem o esgotamento dos recursos naturais, como por exemplo, as práticas de “sistemas agroflorestais, integração entre agricultura e pecuária, sistemas combinados de produção de alimentos, fibras e energia” (BEDUSCHI FILHO, 2014, p. 23).

Uma questão relevante em torno da sustentabilidade ambiental, na atividade pesqueira, é o período defeso durante a piracema, que é o período reprodutivo dos peixes. Durante esse tempo, a pesca é proibida, pois a exploração desregrada pode

provocar a interrupção do ciclo de reprodução da espécie, e conseqüentemente a extinção em massa, e a violação do período defeso constitui crime ambiental. (VIEIRA; OLIVEIRA, 2018). Na região em estudo, a piracema ocorre entre os meses de novembro a fevereiro. Para prover a subsistência das famílias, os pescadores contam com o auxílio da Seguridade Social, através do Seguro Defeso (LEAL et al. 2018).

A adoção de uma produção sustentável emerge não apenas das necessidades sociais e políticas já apresentadas, como também é uma tendência no sistema econômico. O setor privado se destaca quando se antecipa e atende as demandas socialmente relevantes por parte dos consumidores. Portanto, o engajamento em práticas sustentáveis é uma estratégia promissora que lhes confere valor agregado (HOMMEL; GODARD, 2001).

Não se pode olvidar que os saberes acumulados “fornecem elementos para a ação dos pescadores frente às questões ambientais, tornando importante a contribuição do conhecimento dos pescadores na definição das políticas para o setor” (CARDOSO, 2009, p. 11). E, que o planejamento de ações fora da realidade local, e sem considerar o conhecimento tradicional destas comunidades, pode tornar o processo não inclusivo e prejudicial à atividade econômica (TSAKANIKI et al. 2018).

Portanto, o planejamento de políticas públicas no setor da pesca artesanal, incluindo nestas as políticas para desenvolvimento sustentável, deve contar com a participação ativa dos pescadores, para evitar que tais mudanças descaracterizem a atividade que sempre foi desenvolvida através de saberes e costumes tradicionais.

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Trata-se de um estudo de caso da Colônia de Pescadores Z26, localizada no município de Praia Norte - Tocantins. Nessa modalidade, a pesquisa é aquela cujo estudo é feito onde, quando e como ocorreu. Nesse tipo de estudo “o pesquisador precisa definir o que é e como irá apreender a realidade. Desta forma, mesmo que utilize métodos como o quanti-qualitativo, as matérias devem ser coletadas de forma sistematizada, sem qualquer tipo de manipulação”. (LIMA, 2008, p. 56)

Para subsidiar o estudo de caso, utilizaram-se pesquisas bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica significa para Lima (2008, p. 49) “procurar no âmbito dos livros, periódicos e demais documentos escritos, as informações necessárias para progredir na investigação de um tema de real interesse do pesquisador”.

A pesquisa documental foi usada como apoio à pesquisa bibliográfica. Através dela, foram explorados documentos privados como o estatuto da Colônia de Pescadores Z26, bem como documentos públicos, tais como: Dados da Firjan, IBGE e SEAGRO. Lima (2008, p. 56) escreve que a pesquisa documental corresponde a “qualquer suporte que contenha informações registradas, formando uma unidade que possa servir para consulta, estudo ou prova, incluindo impressos, manuscritos e outros dessa natureza”.

Quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa, pois buscou conhecer o processo de transformação da colônia, apontando como se realizava a pesca antes e depois da sua implantação. Richardson (1999, p.71) explica que “o método qualitativo justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

A pesquisa também teve abordagem quantitativa, e esse método caracteriza-se pelo “emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informação quanto no tratamento delas, por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, às mais complexas, como coeficiente de correlação”. (RICHARDSON, 1999, p.71)

Quanto ao objeto, o estudo foi de natureza exploratória e descritiva, pois buscou uma maior familiaridade do pesquisador com o objeto pesquisado, ou seja, buscou conhecer as características do grupo de pescadores da colônia Z26 de Praia Norte. Vergara (2000, p. 47) argumenta que a pesquisa descritiva “expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza”. Já a pesquisa exploratória “procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno” (RICHARDSON, 1989, p. 281).

Após a coleta dos dados, aplicação dos formulários e visitas “in loco”, o estudo aplicou a análise de SWOT, que estuda a competitividade de uma organização segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Insta ressaltar que por meio destas quatro variáveis é possível conhecer as forças e fraquezas de uma empresa, bem como suas oportunidades e ameaças. (SILVA, et al., 2018 apud RODRIGUES, et al., 2005).

Posteriormente a análise de SWOT, o estudo utilizou-se do método GUT, que segundo Fáveri (2016, p. 8) “essa ferramenta gerencial é utilizada para priorizar a tomada de decisão, levando em consideração a gravidade, a urgência e a tendência do evento relacionado”. Percebe-se que partindo dessas variáveis é possível tomar decisões conscientes dentro da empresa. O autor ainda relata que “o gestor pode agir com base em um escalonamento, identificando quais complicações devem ser resolvidas primeiro”. Na verdade, esse é o maior diferencial do Método GUT: além de muito simples para utilizar, ainda é possível atribuir valores para cada caso concreto de maneira objetiva.

Com a utilização da análise de SWOT foi possível identificar os pontos fortes e fracos que existem dentro da colônia de pescadores Z26, bem como suas oportunidades. Logo em seguida, utilizou-se o método GUT, para gerenciar a tomada de decisões e, dessa forma, a colônia pode utilizar o estudo para alavancar sua produção.

A Figura 4 apresenta um resumo da metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa.



Figura 4 - Resumo da metodologia utilizada na pesquisa



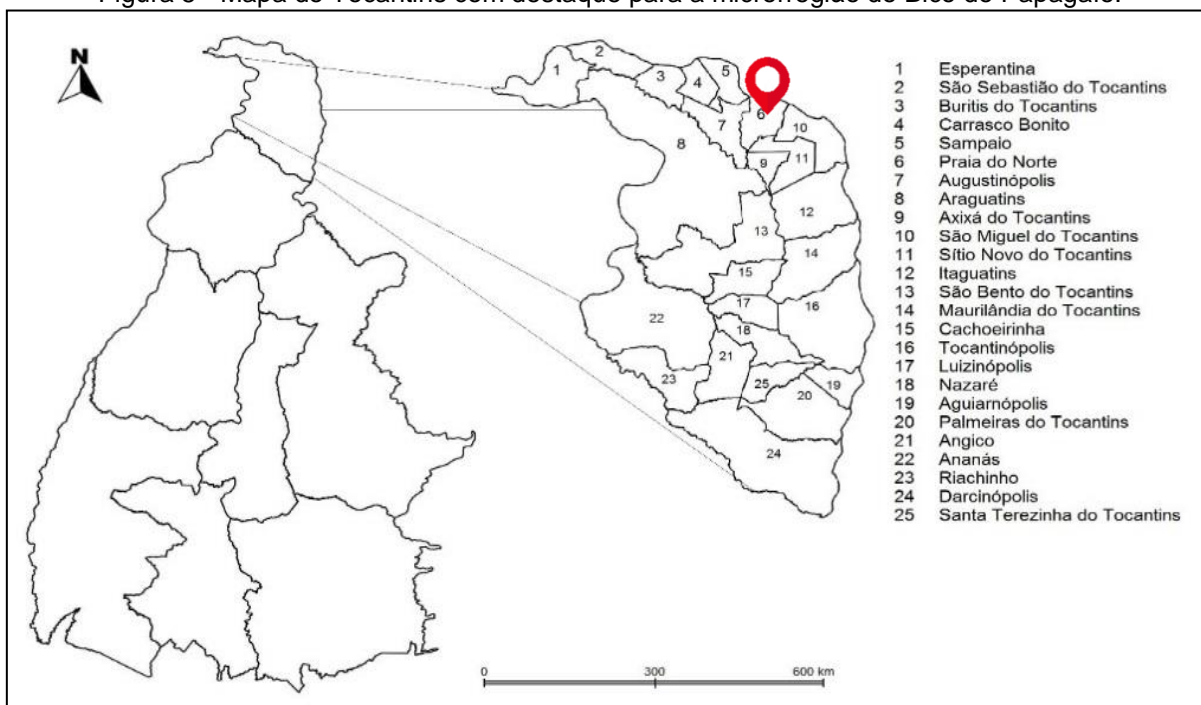
Fonte: Próprio autor.

### 3.2 UNIDADE CASO

O estudo foi realizado na colônia de pescadores Z-26 do Município de Praia Norte/TO, localizado na microrregião do Bico do Papagaio, onde a população estimada pelo IBGE para 2018 era de 8.365 pessoas, com densidade de 26,50 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2019).

A Figura 5 apresenta o mapa do Estado do Tocantins, com destaque para a região do Bico do Papagaio, extremo norte do estado, onde o município de Praia Norte está localizado.

Figura 5 - Mapa do Tocantins com destaque para a microrregião do Bico do Papagaio.



Fonte: Google imagens (2018)

A Figura 6 apresenta a colônia de pescadores denominada Z26, que se localiza no município de Praia Norte e foi o objeto estudado.

De acordo com o Estatuto da Colônia de Pescadores Z – 26 (2010), trata-se de uma organização de representação de classe, formada pelos pescadores artesanais do município de Praia Norte/TO. Ela foi constituída em setembro do ano de 2005, sediada na Avenida Beira Rio, nº 1099, Centro, Cidade de Praia Norte/TO e é uma entidade sem fins lucrativos.

Figura 6 - Colônia de Pescadores Z-26, Praia Norte/TO



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, 2018.

### **3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

A população da pesquisa foram os pescadores associados à colônia de pescadores Z26, composta por 284 associados, 177 homens e 107 mulheres. Esta foi selecionada com o intuito de se conhecer sua natureza, como se dava a pesca artesanal antes da implantação da colônia de pescadores, visto que esta foi fundada apenas no ano de 2005, bem como conhecer as modificações que ocorreram quando a colônia começou a gerenciar a atividade pesqueira no município.

Considerando o quantitativo da população, 284 associados, e esperando uma margem de erro de 5%, para que a pesquisa tenha uma amostrar consideravelmente eficaz, o formulário foi aplicado para 140 pescadores.

Para chegar a esse resultado, utilizou-se o Comento, disponível no site: <https://comento.com/calculadora-amostal/>, que forneceu ao estudo uma amostra confiável.

### **3.4 INSTRUMENTOS**

Por tratar-se de um estudo de caso, onde se buscou conhecer a colônia de pescadores Z-26 do mencionado município, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados fontes privadas - estatuto da colônia, e fontes públicas, através de dados da Firjan, IBGE e SEAGRO, bem como a aplicação de formulário aos pescadores.

O formulário foi elaborado com questões fechadas e aplicado aos associados, através de contato direto.

Utilizaram-se dois tipos de formulário: o formulário I, composto por 22 (vinte e duas) questões, que foi aplicado para pescadores que já exerciam a pesca artesanal antes da implantação da colônia de pescadores no município; e o formulário II, composto por 18 (dezoito) questões, que foi aplicado aos pescadores que passaram a trabalhar na atividade pesqueira somente depois da fundação da colônia, ou seja, depois do ano de 2005.

### **3.5 COLETA DE DADOS**

Inicialmente, foi estabelecida uma reunião com o Presidente da Colônia de pescadores Z-26, para apresentação da Declaração de Pesquisador Responsável, evidenciando os objetivos e pretensões do estudo. Após a aceitação, o Presidente da colônia ofertou ao pesquisador a Declaração de Instituição Participante, demonstrando a sua aceitação em participar da pesquisa.

Após isso, o projeto foi encaminhado para o comitê de ética, para análise e aprovação, uma vez que se trata de pesquisa que envolve seres humanos. Posterior à emissão do parecer do CEP (n. 3.265.881), foi realizado um teste-reteste dos formulários, a fim de assegurar sua eficácia.

Em seguida, foram marcadas três reuniões com os associados para aplicação dos formulários. O tempo máximo para aplicação do formulário foi de 10 minutos.

Nessas reuniões, inicialmente, foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (anexo) onde conteve o tema da pesquisa, objetivo geral, metodologia e demais informações sobre os riscos e benefícios do estudo.

### **3.6 ANÁLISE DE DADOS**

Após a coleta dos dados, estes foram estudados, analisados e posteriormente tabulados e apresentados por meio de gráficos e tabelas.

O tratamento dos dados foi por meio de análises estatísticas em sua dimensão descritiva, que segundo Lima (2008, p. 94) “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados coletados”.

Dentro a dimensão descritiva, utilizou-se a modalidade moda, que representa “o valor ou categoria da variável que ocorreu com maior frequência em um conjunto, ou seja, a distribuição de dados permite ao pesquisador identificar os casos mais típicos”. (LIMA 2008, p. 97)

Uma vez tabulados, os dados foram utilizados para análise de SWOT e matriz de GUT.

A utilização desses métodos demonstrou os dados obtidos na pesquisa, subsidiando ao leitor uma compreensão mais ampla frente aos resultados e discussões.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DE PRAIA NORTE E A PRODUÇÃO DE PESCADO**

O Bico do Papagaio é uma das oito microrregiões do Estado do Tocantins. Localiza-se no extremo norte do estado e é composta por 25 municípios. Dentre as microrregiões do Tocantins, é a maior em número de municípios, porém, é a menor em extensão territorial, sendo esta de 15.768 km<sup>2</sup> (FRANÇA; COSTA, 2016).

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Bico do Papagaio, no período de 2010 a 2013, foi de 24,8% a média geral, sendo de 8% no setor agronegócio; 27,4% na indústria; 29%; na administração pública; 23,4% nos serviços e uma queda de 10,6% nos impostos (FIETO, 2016). Ainda assim, em se tratando de desigualdades sociais, o Bico do Papagaio é a região do Tocantins que concentra a maior porcentagem de pobres do estado (RODRIGUES; NEVES, 2017).

Por ter sua economia voltada mais para o agronegócio, o Bico do Papagaio reúne características peculiares de sua população: 66.533 pessoas vivem na zona rural (33,88% do total da região), e desse total, 7.201 vivem da agricultura familiar, 5.732 famílias moram em assentamentos, e existem duas terras indígenas do povo Apinajé (FRANÇA; COSTA, 2016).

Quanto à educação superior e tecnológica, além de instituições que ofertam ensino à distância, a microrregião possui 06 instituições com a modalidade presencial, distribuídas nos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Tocantinópolis (MEC, 2019). O aparato educacional, tanto para a oferta de ensino superior quanto técnico, demonstra a capacidade para qualificação de mão-de-obra local e desenvolvimento científico.

A região tem localização privilegiada, do ponto de vista logístico, pois perfaz limite com dois estados de duas regiões diferentes: Pará e Maranhão. Além de rodovias estaduais, a infraestrutura de trânsito conta com as rodovias federais BR-230 e BR-226. Os fatores de população, PIB, recursos hídricos, educação e localização caracterizam a região como pobre e pouco desenvolvida, porém, contendo potencial para crescimento e desenvolvimento agroindustrial.

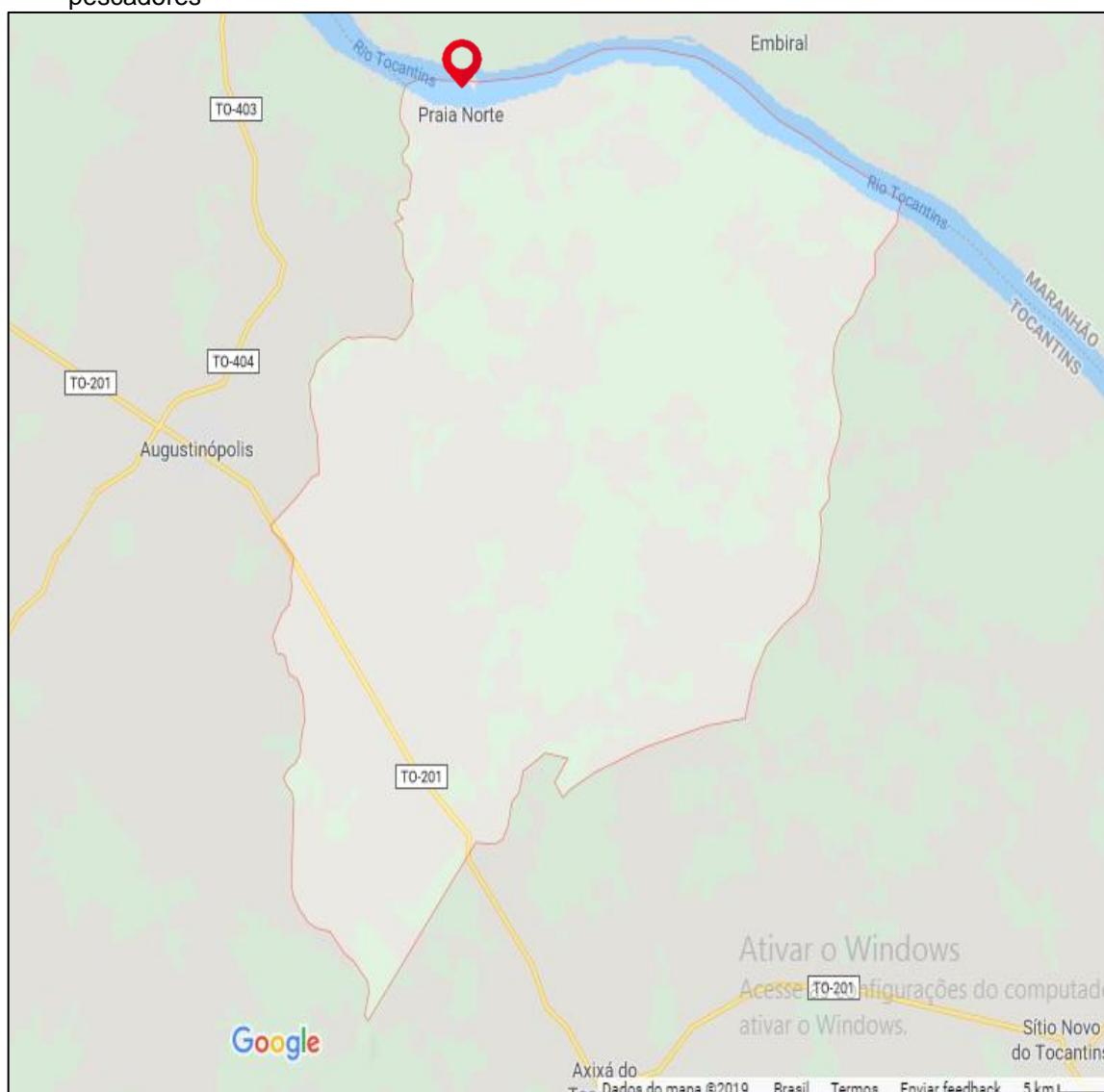
Entre os seus 25 municípios, encontra-se a cidade de Praia Norte, que antes era chamado de Praia Chata. “Esse nome foi dado devido a uma grande praia

achatada que havia em frente ao pequeno povoado, às margens do rio Tocantins, no ano de 1939, quando chegaram os seus primeiros habitantes”. (PRAIA NORTE, 2019)

Ressalte-se que seus municípios vizinhos são: Sampaio, Augustinópolis e Axixá do Tocantins. Praia Norte se situa a 40 km ao Norte-Oeste de Imperatriz – MA, a maior cidade dos arredores.

Situado a 113 metros de altitude, Praia Norte tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 5° 23' 40" Sul, e Longitude: 47° 48' 41" Oeste. (CIDADE-BRASIL, 2019).

Figura 7 - Mapa do município de Praia Norte, com indicação da localização da colônia de pescadores



Fonte: Google Maps (2019)

O primeiro residente local foi Genésio Gomes, que construiu sua residência às margens do rio Tocantins, e a partir dela apareceram muitas outras, e o povoado de

Praia Chata foi construído. O Estado do Tocantins foi criado pelo art. 13º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. No mesmo ano houve um plebiscito e em 1989 o povoado ganhou status de cidade (Praia Norte), junto com a formação do Estado (TOCANTINS, 2017). Dessa forma, o município de Praia Norte pertence ao Estado do Tocantins. Os seus habitantes se chamam praianortenses. Dados do Cidade-Brasil (2019) relatam que “o município se estende por 289,1 km<sup>2</sup> e contava com 7.659 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 26,5 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município”.

Quanto à ocupação e renda, em Praia Norte verifica-se que cerca de 61,64% da população tem rendimento médio de até um salário mínimo, e que maior parte da população ocupada se concentra em atividades agropecuárias (50,60%), e a parte menor da população se divide entre construção (6,61%), indústria da transformação (1,60%), utilidade pública (0,33%), comércio (8,62%), serviços (30,03%) e indústria extrativa (0,36%), onde se concentra a atividade pesqueira do município. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Praia Norte, em 2010, era de 0,583, o que representa um crescimento de 55,8% em relação a 2000. A conjuntura de baixo desenvolvimento humano que Praia Norte apresenta é puxado, especialmente, pela Educação, com IDHM de 0,517, e a renda com 0,526. A dimensão que apresenta desenvolvimento maior é a Longevidade, como IDHM de 0,730. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2019)

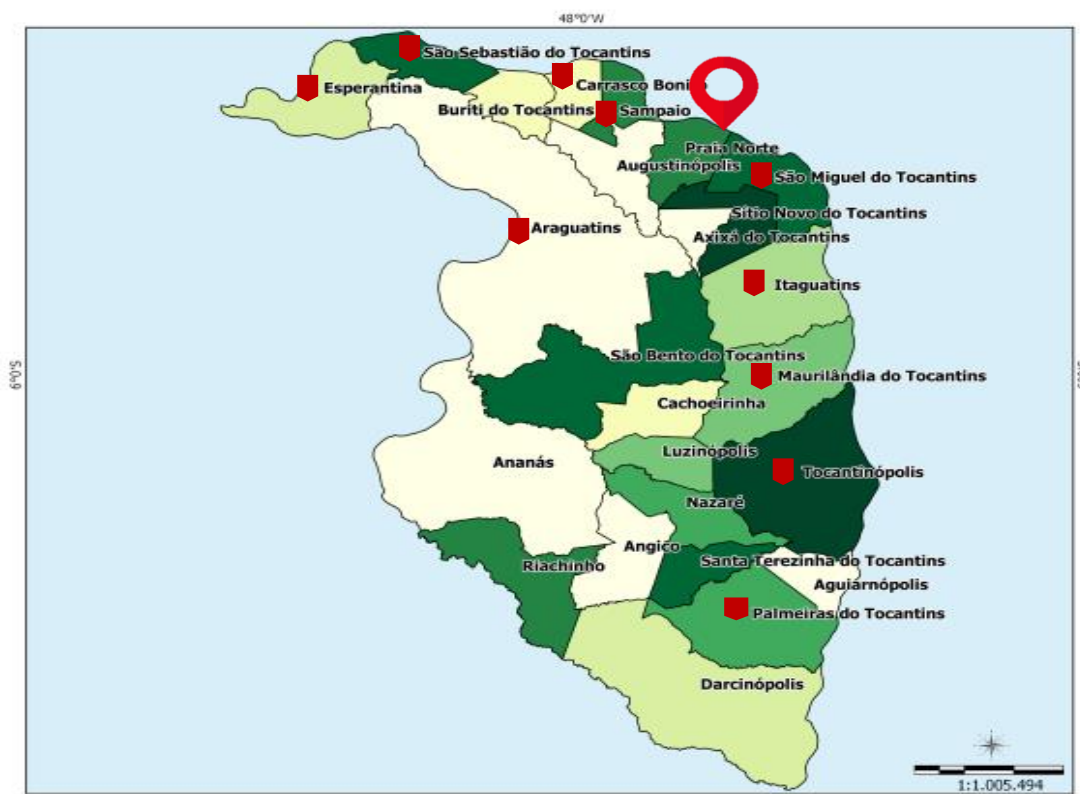
Políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento regional são extremamente necessárias, visto que um dos maiores problemas locais é o combate à pobreza.

#### 4.1.1 A PRODUÇÃO PESQUEIRA NO TOCANTINS E NO BICO DO PAPAGAIO

A produção de pescado, no estado inteiro, deriva da pesca e da aquicultura. Quanto à pesca, a produção da Microrregião do Bico do Papagaio é essencialmente artesanal, e se classifica em pesca de águas continentais. A região é rica em recursos hídricos. A bacia do rio Tocantins passa pelos municípios de Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Carrasco Bonito, Sampaio, Praia Norte, São Miguel do Tocantins e Itaguatins. E o rio Araguaia passa por Araguatins e Esperantina.

Os dados mais recentes sobre a pesca no Tocantins são de 2006. Naquele ano, o estado possuía 2.369 pescadores registrados na Secretaria de Aquicultura e Pesca (MAPA, 2006). Baseado nos dados do Diagnóstico da Pesca (2005), produzido pela Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Tocantins (SEAGRO). Estima-se que pelo menos 40% destes atuam em municípios do Bico do Papagaio. Os pescadores da região são organizados através de colônias de pescadores. Ao todo, existem onze colônias de pesca, conforme apontado no mapa:

Figura 8 - Localização das Colônias de Pesca do Bico do Papagaio com destaque para colônia de pesca de Praia Norte



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Imagens (2019)



Em relação à produção de pescado a partir da piscicultura, o Tocantins possui 2.338 estabelecimentos de aquicultura, e as espécies mais cultivadas são o tambaqui, o tambatinga e o piau (PEIXE BR, 2019). Há cerca de 1.000 produtores de peixes no estado, com geração de 5.400 empregos diretos e 8.100 indiretos (SEAGRO, 2018). Ainda de acordo com a secretaria, na região do Bico do Papagaio, os municípios que mais se destacam na aquicultura são Araguatins e Tocantinópolis. O modo de produção mais utilizado pelos aquicultores do Estado é o de barragens:

Os principais sistemas de cultivo utilizados no Tocantins são os de barragem e de viveiros escavados, responsáveis por cerca de 70% e 25% da produção, respectivamente. Apenas 5% dos peixes são cultivados em tanques-rede, entretanto, este é o sistema com maior perspectiva de crescimento. (FIETO, 2018, p. 43-44)

Em comparação aos demais estados da Região Norte do Brasil, o Tocantins é o quinto que mais produz (Gráfico 01). O potencial hídrico, no estado todo, é elevado. Contudo, sua capacidade não é explorada. Caso fosse, estima-se que a produção anual seria de 900.000 toneladas (FIETO, 2018).

Gráfico 1 - Produção de Pescado na região Norte do Brasil

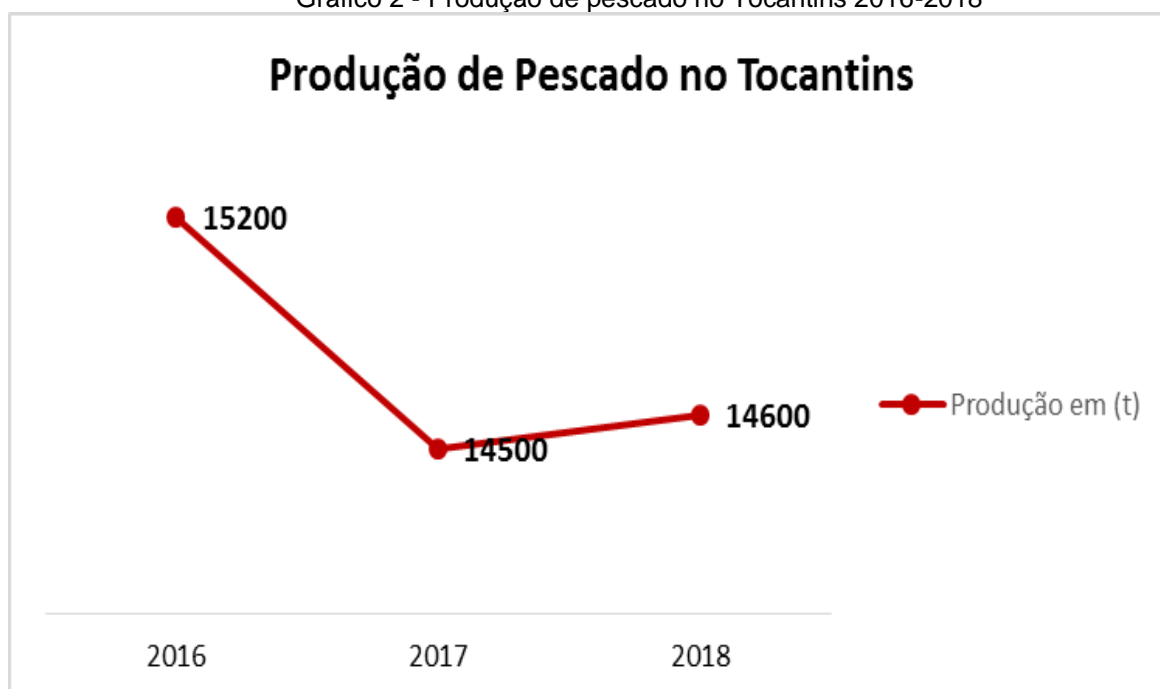


Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de Peixe BR (2019)

Considerando pesca e aquicultura, a produção estadual em 2018 teve um crescimento tímido em relação ao ano de 2017 (gráfico 1), que foi de apenas 0,7%. Contudo, a média da região Norte é de uma queda de 15,5% (PEIXEBR, 2019). Portanto, o baixo crescimento não pode ser considerado como um fator negativo para o setor.

O saldo negativo da região é puxado pelo Estado do Amazonas, o qual teve queda de 45,5% na produção. No estado, essa queda se deve à constatação de problemas sanitários nos centros produtivos e a consequente dificuldade para emissão das licenças ambientais.

Gráfico 2 - Produção de pescado no Tocantins 2016-2018



Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de Peixe BR (2019)

O baixo crescimento é prejudicial para a economia do setor e contrasta com o grande potencial do estado. Por isso, a SEAGRO-TO tem realizado ações para estimular o setor da aquicultura, como “Capacitação continuada para formação de técnicos e produtores em aquicultura; Realização do censo da piscicultura pelo Ruraltins; Criação do plano de desenvolvimento da aquicultura e do conselho estadual de aquicultura” (SEAGRO, 2018, p 10).

No âmbito da pesca artesanal, buscando o desenvolvimento da atividade, a Embrapa Pesca e Aquicultura coordena projetos que pretendem ampliar o uso de tecnologias na atividade para reduzir os impactos ambientais e beneficiar as

comunidades tradicionais, nos estados do Tocantins, Pará e Roraima (PEIXE BR, 2019).

O potencial hídrico da bacia do rio Tocantins, bacia na qual os pescadores de Praia Norte atuam, apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento regional, a partir da expansão do turismo relacionado à pesca esportiva e do turismo. Verifica-se o esforço direcionado para essa tendência de desenvolvimento a partir da promoção de torneios de pesca em muitos municípios da região hídrica do Rio Tocantins, assim como o envolvimento dos pescadores nas atividades turísticas durante o verão local. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006).

## **4.2 DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM PRAIA NORTE**

### **4.2.1 IMPLANTAÇÃO E ATUAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES**

A colônia de pescadores Z-26 foi fundada em Praia Norte em setembro do ano de 2005, com a finalidade de gerenciar a pesca artesanal, estabelecendo os pescadores sob a forma de empreendimento solidário, e organizar a atividade pesqueira, que era desenvolvida no município de modo informal.

Atualmente, a Colônia de Pesca Z26 possui 284 (duzentos e oitenta e quatro) pescadores associados, os quais estão registrados na Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Tocantins (LEAL et al. 2018).

O art. 1º do Estatuto Social da Colônia de Pescadores Z-26 ressalta seu caráter representativo de classe, sua finalidade não lucrativa e a sua equiparação a uma organização Sindical, em atendimento ao parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal de 1988, combinado com o art. 1º da Lei nº 11.699/08. Apesar de sua finalidade não lucrativa, ressalta-se a presença da finalidade econômica na constituição da Colônia, visto que se pretende através dela fomentar a economia do pescador artesanal no município de Praia Norte.

A colônia tem seus objetivos voltados para o estudo, a defesa e a coordenação da categoria de trabalhadores que fazem da pesca e/ou aquicultura, no município de Praia Norte, a sua profissão ou principal meio de vida (COLÔNIA DE PESCADORES Z26, 2010). Assim, verifica-se que com a formação da Colônia se pretendia organizar

os pescadores locais enquanto trabalhadores e organizar a produção local do pescado.

Enquanto entidade representativa, o art. 3º do estatuto dispõe que a Colônia de Pesca Z26 possui a prerrogativa de atuar em nome dos pescadores, em questões relativas ao desenvolvimento da atividade pesqueira, perante as autoridades administrativas e judiciais.

A colônia pode, inclusive, representá-los perante instituições de Previdência Social, Educacional e Financeira, com a finalidade de alcançar assistência financeira para o desenvolvimento social, assistência social para os pescadores, apoio para desenvolvimento educacional de seus associados, dentre outros. Foi através de tal representação que a Colônia de pescadores Z26 passou a articular a concessão do seguro defeso para os pescadores de Praia Norte.

Para associar-se à colônia de pescadores Z/26, requer-se o exercício da atividade pesqueira, direta ou indiretamente, e/ou ter a pesca como o seu principal meio de vida. Ressalte-se que além dos pescadores profissionais e aquicultores, poderá se associar à colônia, como sócio cooperador, qualquer cidadão que, comprovada a sua idoneidade, deseje contribuir para o desenvolvimento da categoria, sem exigir da colônia qualquer benefício que se aplique aos sócios efetivos.

Aos pescadores associados, o art. 6º do estatuto imputa, dentre outros direitos, a participação nas assembleias e eleições, o direito de usufruir de benefícios e prerrogativas que são atribuídos por lei aos pescadores profissionais artesanais e aquicultores, bem como a possibilidade de representação contra atos administrativos da diretoria, e recorrer aos órgãos confederativos superiores, ou seja, Federação Tocantinense dos Pescadores-FETOPESCA e Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores-CNPA.

Entre os deveres, destaca-se a necessidade de comparecimento regular à colônia e a participação ativa em todos os movimentos de interesse da categoria. Verifica-se que através do estabelecimento desses deveres, houve a preocupação em estabelecer o exercício da gestão participativa e democrática, que segundo Singer (2002, p.96) é a razão de ser do empreendimento solidário.

A estrutura organizacional da colônia é composta por uma diretoria administrativa, um conselho fiscal e a Assembleia Geral (COLÔNIA DE PESCADORES Z26, 2010). Essa configuração organizacional torna as atividades da Colônia viáveis, pois é impraticável a realização de assembleias gerais com

frequência, sendo necessário que as decisões de rotina sejam tomadas por diretores eleitos pelos associados (SINGER, 2002).

A pesquisa de campo em tela constatou que 6% dos pescadores acumulam as atividades de pesca com o exercício de algum cargo na Colônia de pescadores Z26. Os demais associados (94%) participam da gestão por meio das assembleias gerais.

As assembleias gerais ordinárias ocorrem uma vez ao mês, por disposição do art. 19 do estatuto da colônia Z26. Além de discutir a prestação de contas e previsão orçamentária, a Assembleia Geral deve discutir as propostas apresentadas por seus associados, conforme direito que lhes assiste de apresentar e submeter questões de interesse social e também de propor medidas interventivas, como dispõe inciso III, do art. 6º.

Assim, observa-se que todos os associados atuam na organização e aprimoramento da atividade econômica que realizam. Fazendo uso da autogestão, elemento essencial da economia solidária, que pode ser definida como uma metodologia de gestão com estrutura organizacional interna, não hierarquizada, fundamentada no trabalho coletivo e participação ativa e democrática dos trabalhadores.

Ademais, o art. 1, § 2º dispõe que um dos objetivos da Colônia de pescadores é a promoção da solidariedade entre seus pescadores associados. Evidenciando um dos pilares da economia solidária.

Com todo o exposto, verifica-se que a colônia de pescadores de Praia Norte foi constituída com o propósito de gerenciar a pesca artesanal por meio da economia solidária, que, segundo Singer (2008), é um modelo de produção caracterizado pela igualdade de direitos.

Observar-se-á que esta instituição possibilitou aos pescadores várias oportunidades, porém, diante do tempo de fundação (14 anos) poderia ser mais organizada e contribuir ainda mais com o crescimento dessa atividade, promovendo inclusive o desenvolvimento local.

A constituição da colônia de pescadores Z26 sob a forma de economia solidária é constatada a partir de seus princípios norteadores e diretrizes estatutárias. Contudo, a aplicabilidade de tais princípios e diretrizes tem encontrado problemas, como será melhor explorado na sequência.

### 4.3 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCA

#### 4.3.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PESCADOR DE PRAIA NORTE

Este estudo fundamenta-se em dados obtidos a partir de análises do Estatuto da colônia de pescadores Z26 e aplicação de formulários com questões fechadas para pescadores artesanais associados. Os primeiros questionamentos têm como objetivo identificar o perfil dos pescadores vinculados à colônia em análise.

A pesquisa ora realizada foi aplicada por acessibilidade àqueles que dispuseram-se a participar. Foi composta por 140 pescadores, entre homens e mulheres, caracterizados conforme a seguir.

Gráfico 3 - Caracterização dos pesquisados por gênero

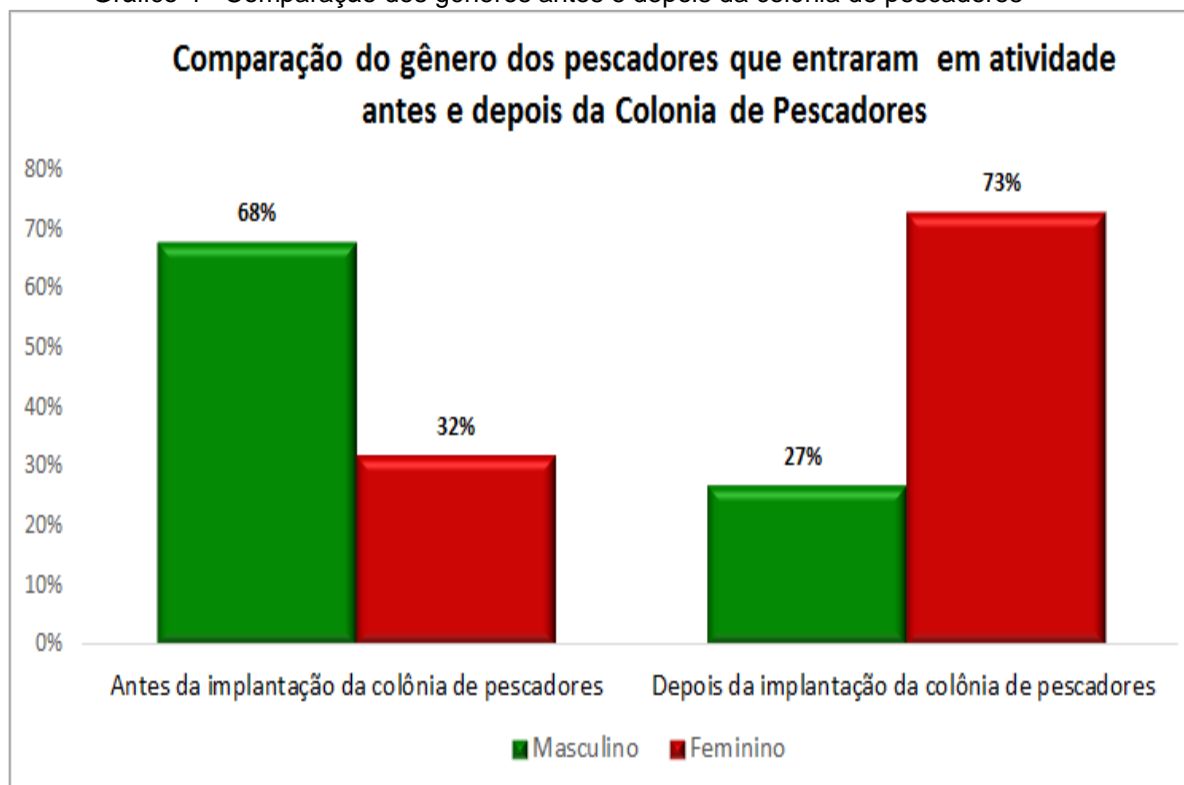


Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O resultado indica equilíbrio na distribuição dos pescadores segundo o gênero, pois o número de associados do sexo feminino se aproxima da quantidade de associados do sexo masculino. Infere-se que a implantação da colônia Z26 no município teve contribuição significativa para a construção deste quadro de equilíbrio, visto que possibilitou a inscrição de um número significativo de pescadoras.

O Gráfico 4 demonstra que o número de mulheres que passaram a exercer a atividade pesqueira aumentou após a implantação da colônia. Antes, a maioria dos pescadores do município de Praia Norte era do sexo masculino.

Gráfico 4 - Comparação dos gêneros antes e depois da colônia de pescadores



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A expressividade da participação feminina após a fundação da colônia Z26 pode ser atribuída ao fato do reconhecimento da profissão, bem como dos benefícios que passaram a usufruir os associados, como recebimento de seguro defeso e contribuição junto à seguridade social.

Outro fator que pode justificar o aumento de associadas do sexo feminino diz respeito à possibilidade de inscrição de pessoas que exerciam atividades que antes poderiam ser consideradas de apoio, e não de pesca propriamente dita. Isto porque a Lei nº 11.959/09 dispõe que as atividades de “confeção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (BRASIL, 2009), são consideradas atividades pesqueira artesanais.

A revisão bibliográfica demonstrou que é comum às mulheres a cumulação entre da pesca, propriamente dita, e das atividades de apoio. Mas, por consequência

da divisão sexual do trabalho, estas são de atribuição exclusiva das mulheres, e passadas de uma geração para outra através do convívio familiar (FONSECA et al. 2016, p. 236). Isso implica na redução da pescadora à função de auxiliar e torna invisível a sua importância produtiva.

A legislação precitada estabelece medida de proteção social e inclusão produtiva ao considerar tais atividades como de pesca. Assim, a regulamentação da atividade a partir da implantação da colônia de pescadores trouxe eficácia à referida legislação. Por consequência, houve aumento no número de pescadoras do sexo feminino e o consequente equilíbrio entre na distribuição dos pescadores por gênero.

Outro ponto levantado dentro da pesquisa diz respeito à faixa etária dos pescadores. Os resultados da pesquisa indicam que há uma concentração dos pescadores nas faixas etárias que vão de jovens até a meia-idade, pois as faixas que vão de 26 até os 40 anos acumulam o percentual 54%. A Tabela 1 mostra a distribuição dos pescadores segundo a faixa etária.

Tabela 1 - Caracterização por idade dos pesquisados

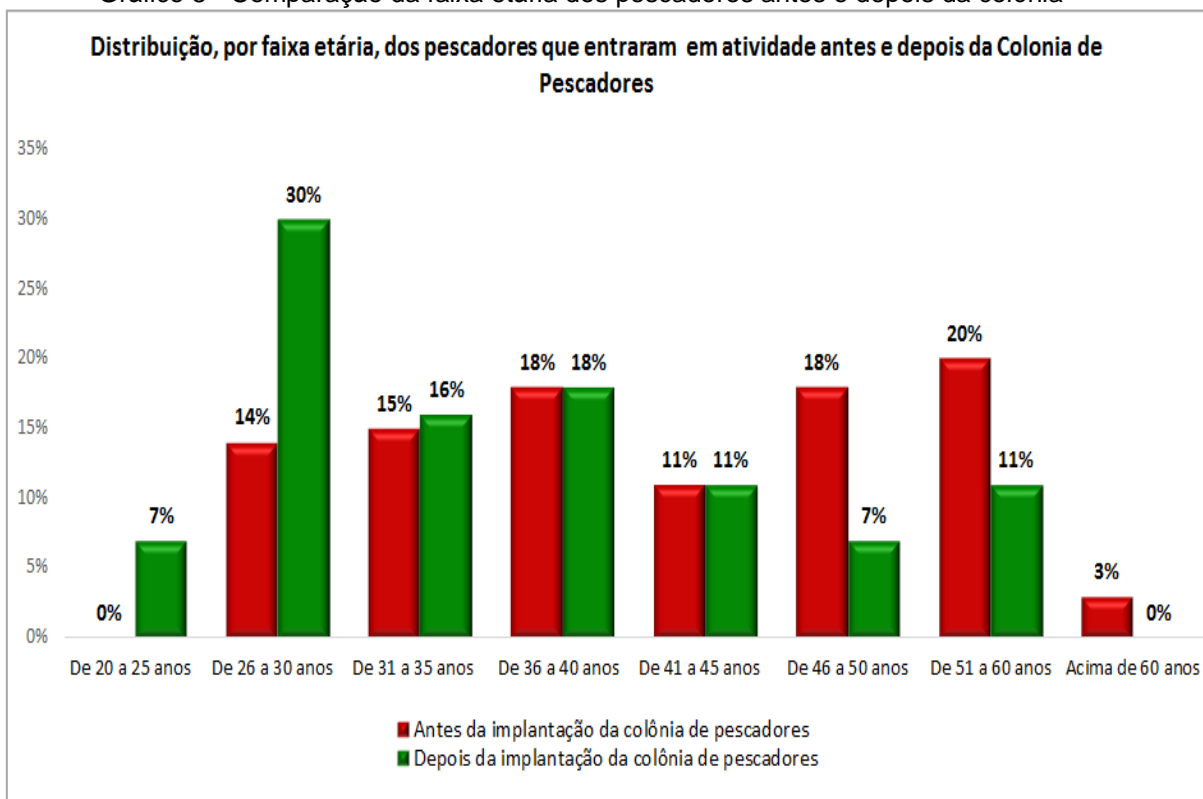
<b>Distribuição dos pescadores por faixa etária</b>	
<b>Faixa</b>	<b>Percentual</b>
De 20 a 25 anos	2%
De 26 a 30 anos	20%
De 31 a 35 anos	15%
De 36 a 40 anos	19%
De 41 a 45 anos	11%
De 46 a 50 anos	14%
De 51 a 60 anos	17%
Acima de 60 anos	2%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

É importante destacar que antes da colônia ser implantada no município, os pescadores se concentravam em faixas etárias mais altas, em idades que variavam entre 35 e 50 anos. Outrossim, com a fundação da colônia, pessoas mais jovens iniciaram na atividade pesqueira, conforme demonstrado a seguir.



Gráfico 5 - Comparação da faixa etária dos pescadores antes e depois da colônia



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

O rejuvenescimento constatado no quadro dos pescadores vai de encontro ao que se tem observado em outras localidades, pois identificou-se na revisão bibliográfica que cada vez menos os jovens têm interesse em dar continuidade à atividade da família, e tentam buscar crescimento profissional em outras áreas. Trata-se do caso de pescadores mais jovens que buscam em outros setores melhor escolarização, trabalho e renda (GOIS, 2019).

Contudo, a pesca é uma atividade transgeracional, e por isso a iniciação na pescaria começa ainda na infância, e na juventude o pescador passa a integrar o grupo familiar de pesca (OLIVEIRA; VIEIRA; JÚNIOR, 2018), ainda que sob a forma de complementariedade.

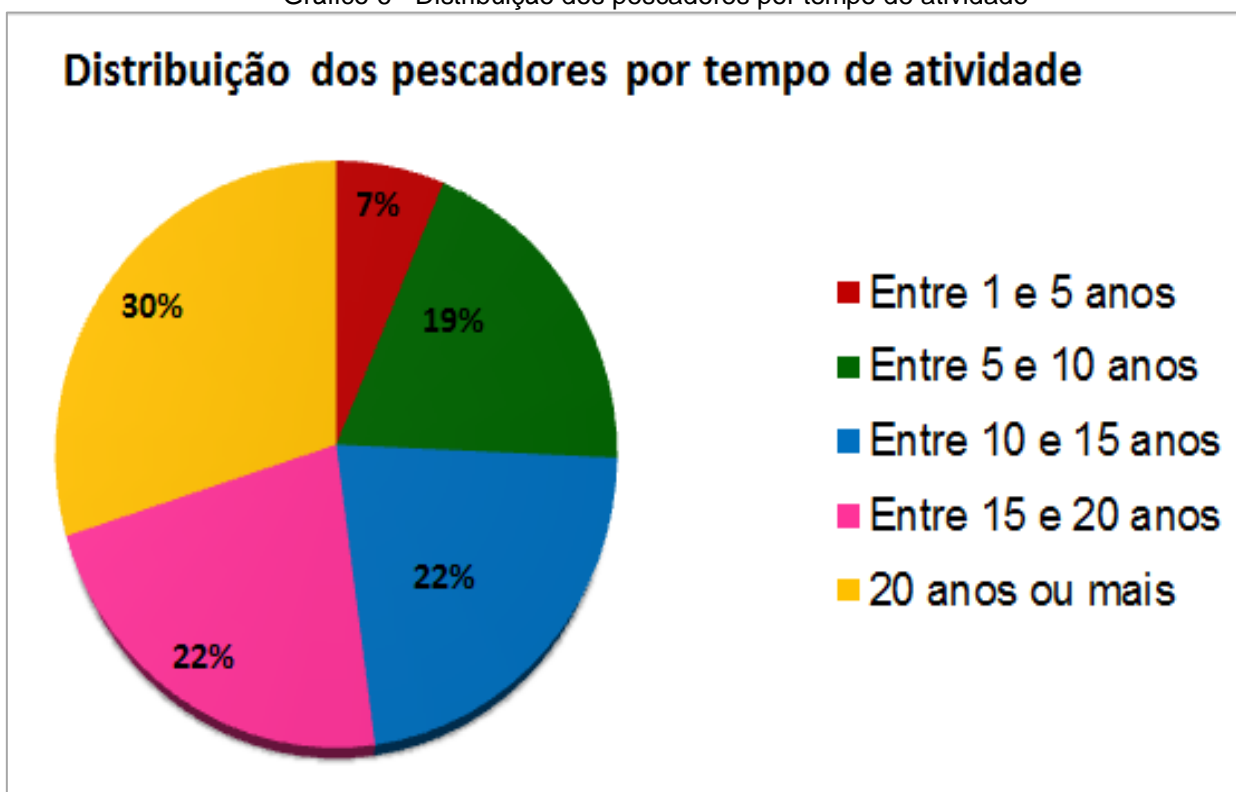
Isso explica, pelo menos em parte, o fato de que na comunidade em estudo houve crescimento na participação de pessoas mais jovens, pois a implantação da colônia de pescadores Z26 possibilitou o registro dos jovens que desempenham a atividade pesqueira em regime familiar, mas que não têm a pesca como atividade principal. Corroboram com esta afirmação o fato de que apesar dessas necessidades de se desenvolver em outras áreas, muitos jovens dão continuidade à atividade

pesqueira, aprendida com seus pais, devido à falta de oportunidades no mercado formal. (FREITAS et al, 2016).

Outro fator que pode justificar a associação de jovem à colônia são as condições da cidade de Praia Norte/TO. Como visto anteriormente, o município é considerado pobre e pouco desenvolvido, não oferece oportunidades de empregos aos moradores, restando a atividade pesqueira, já praticada pelos pais, como uma saída para o desemprego.

Correlaciona-se com o fator idade, o tempo de profissão que os pescadores têm. A frequência alta de pescadores com mais idade faz com que também seja alta a frequência de pescadores com muito tempo de pesca. A distribuição dos pescadores por tempo de atividade pesqueira se encontra no Gráfico 6.

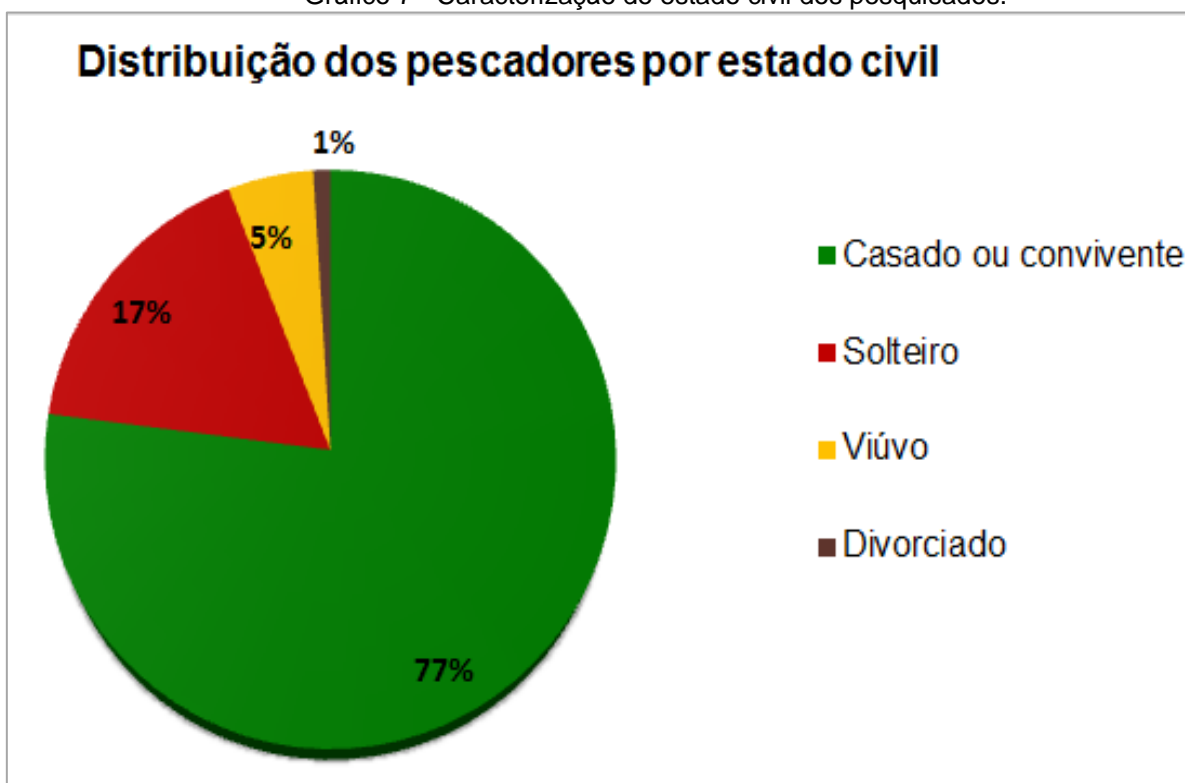
Gráfico 6 - Distribuição dos pescadores por tempo de atividade



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Com relação ao estado civil, os pescadores estão distribuídos em quatro categorias: casado ou convivente, solteiro, viúvo e divorciado. O resultado é de que a maioria pertence ao primeiro grupo, estes correspondem a 77% do total. Os dados estão no gráfico 7.

Gráfico 7 - Caracterização do estado civil dos pesquisados.



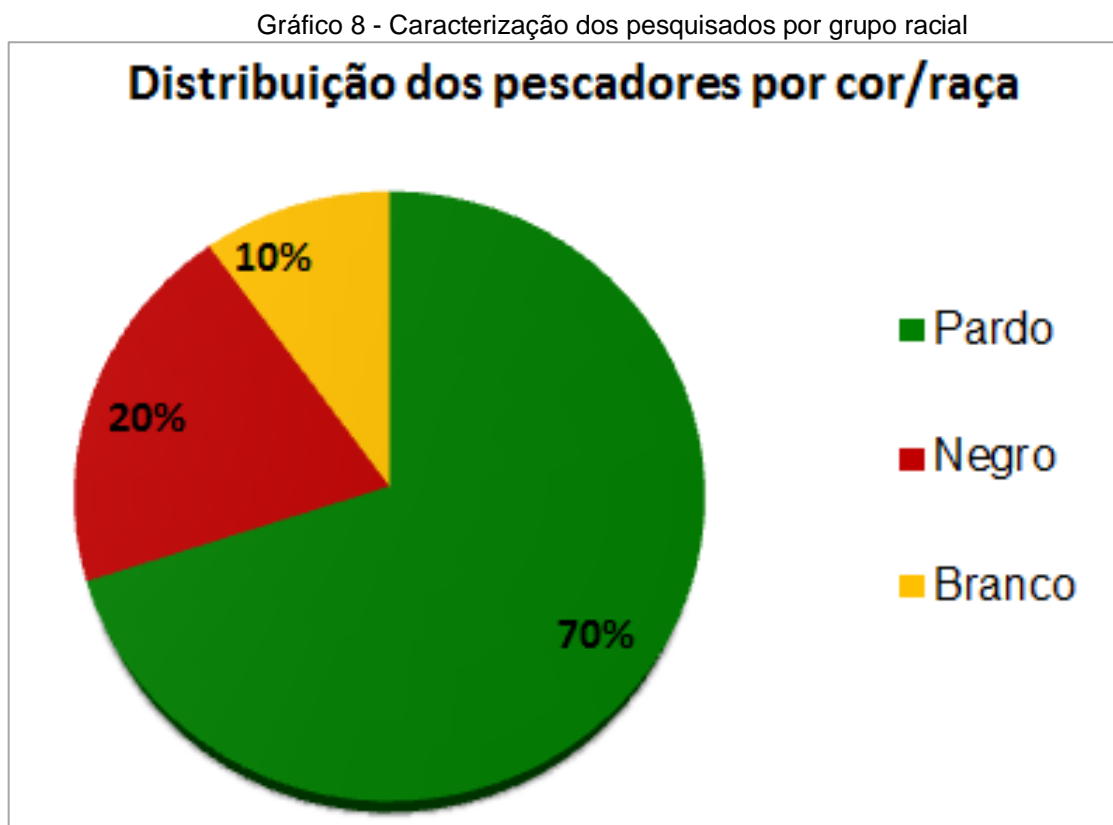
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A partir desse resultado, associado à existência de um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres existentes na colônia de pescadores Z26, é possível inferir que na maioria dos casos o casal atua junto na pesca artesanal. Pesquisas apontam que em comunidades pesqueiras as famílias possuem pelo menos dois membros sendo pescadores (DORIA, 2016), evidenciando o caráter de unidade familiar produtiva que as famílias dos pescadores possuem.

Uma das razões para que a atividade se desenvolva de modo intrafamiliar é a seleção do companheiro de pesca pelos critérios de confiança, sincronia e companheirismo, que resultam na escolha de pessoas com quem se tenha o laço familiar, que irá atender integralmente os critérios supracitados (RAMALHO; SANTOS, 2018).

Do resultado apresentado, também pode-se inferir que a pesca é realizada por sujeitos que carregam a responsabilidade de sustentar suas respectivas famílias. Por consequência, é possível concluir que a pesca é a atividade que possui maior relevância na composição da renda familiar local. Fato confirmado na presente pesquisa, como se aprofundará adiante, visto que 71% das famílias percebem renda maior através da pesca que através de outras atividades econômicas.

A distribuição em relação ao grupo racial, conforme a autoidentificação, considerou as opções de branco, pardo e negro. Os dados indicam que a maioria se identifica como pardo (70%), seguidos dos que se identificam como negros (20%) e em menor participação, os que se reconhecem como brancos (10%). Os dados estão no Gráfico 8.



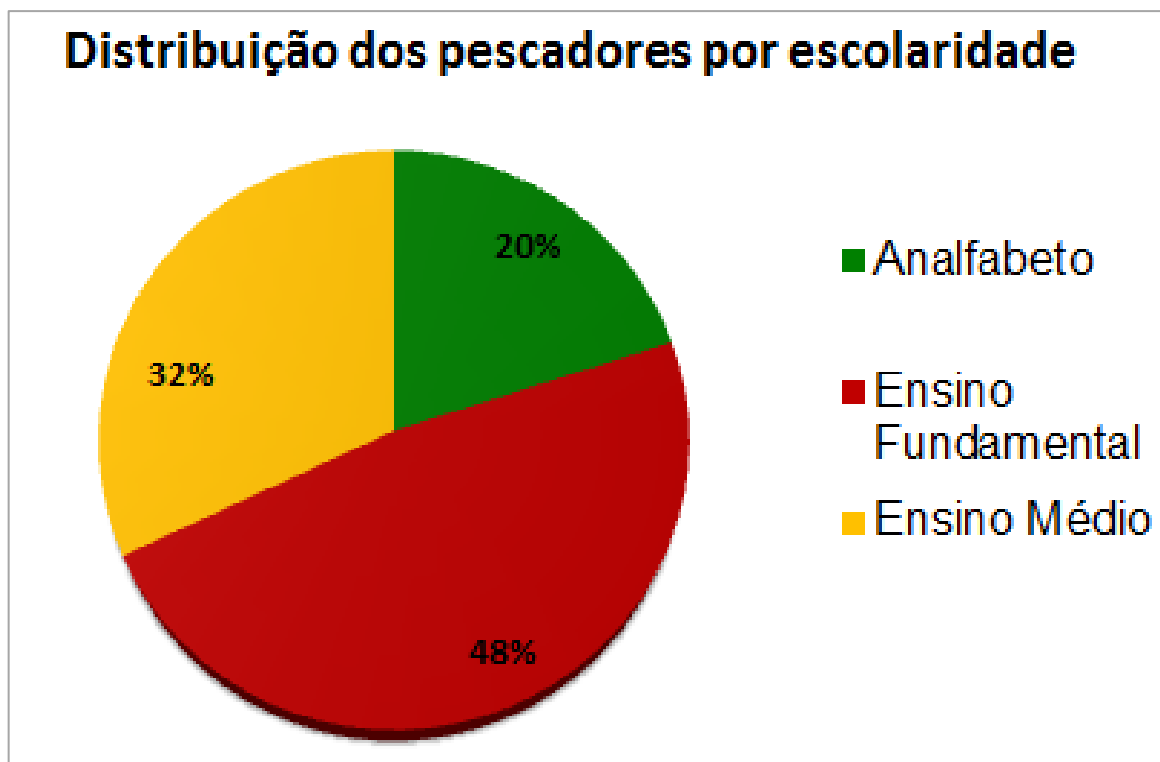
Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Segundo o Censo 2010, a população residente no município é composta por 68,5% de pardos, 18,43% de brancos, 10,75% de pretos e 2% amarelos. Portanto, a distribuição racial dos pescadores do município se aproxima da distribuição racial geral de Praia Norte.

Com relação à escolarização dos pescadores de Praia Norte, os resultados apontam que quase metade dos associados da colônia Z26 possuem apenas ensino fundamental (48%), seguidos por aqueles que possuem o ensino médio (32%), e por fim, os que são analfabetos (20%).

Os referidos dados são apresentados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Caracterização por escolaridade dos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

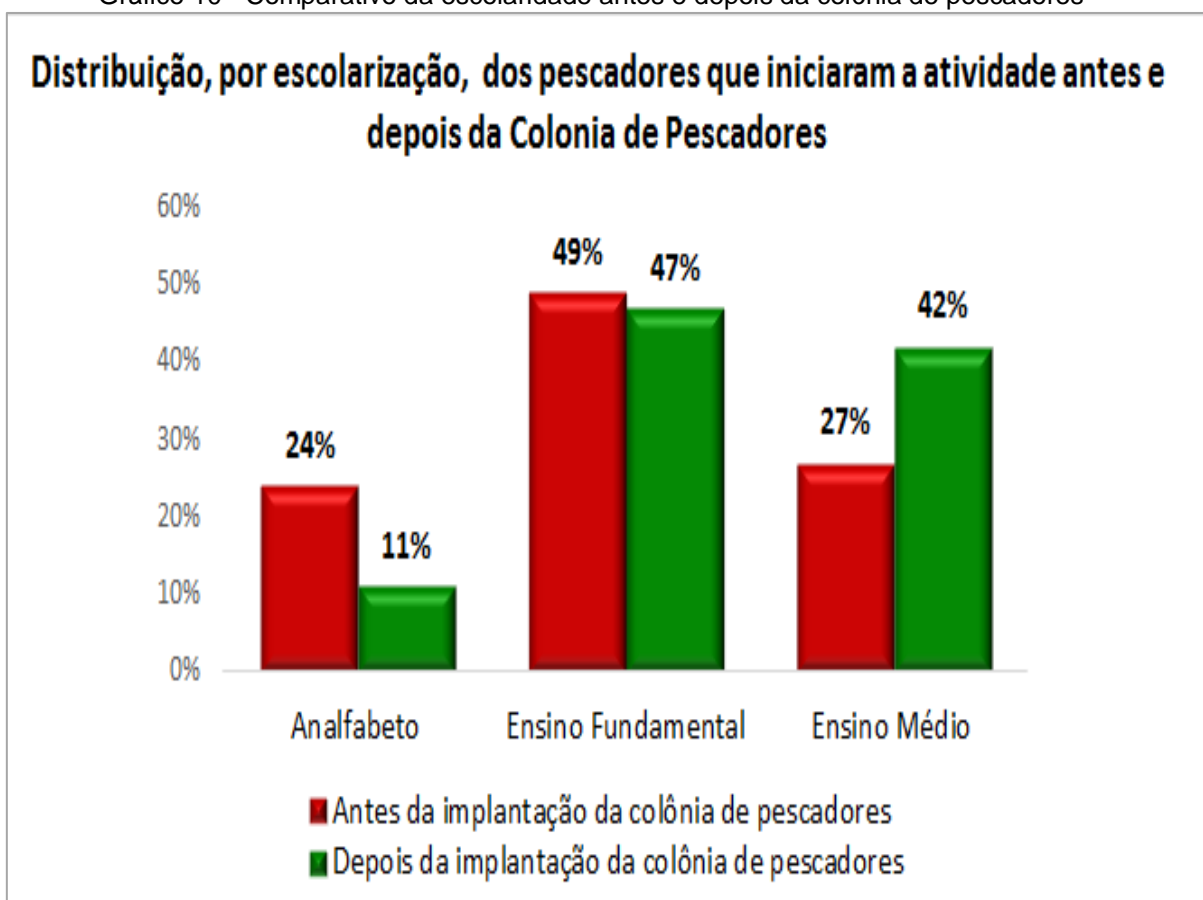
O Gráfico 9 apresenta a frequência relativa a todos os associados, e verifica-se que, apesar dos analfabetos aparecerem em minoria, constituem quantidade expressiva dentro da amostra pesquisada, indicando a baixa escolarização dos pescadores. Mas a avaliação do grau de escolarização dos pescadores distribuídos entre os que iniciaram a atividade antes e depois da implantação da colônia apresenta resultados positivos, indicando que houve melhoria no indicador.

O Gráfico 10, diferentemente do gráfico anterior, não apresenta médias gerais, demonstrando apenas as frequências específicas para cada grupo, apresentando comparação quanto ao grau de escolarização entre os pescadores que exercem a atividade desde antes da implantação da colônia e os que passaram a pescar após sua implantação.

Comparando os dois grupos, observa-se uma redução expressiva no número de pescadores analfabetos, e no sentido contrário, houve elevação do número de pescadores que completaram o ensino médio. Assim, a quantidade de pescadores com ensino fundamental foi imutável. O resultado indica que no período houve

transição do grupo de analfabetos para ensino fundamental, e deste grupo para os que possuem ensino médio

Gráfico 10 - Comparativo da escolaridade antes e depois da colônia de pescadores



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Tal transição só seria possível por meio da educação de jovens e adultos, visto que todos os sujeitos da pesquisa possuem mais de 18 anos. Corroborando o entendimento o fato de que nos últimos cinco anos o município teve em média 31 moradores cursando ensino para jovens e adultos, para ensino fundamental ou médio, na rede pública de educação (TOCANTINS, 2019).

Cabe destacar que a melhora nos indicadores de educação não é exclusiva dos pescadores, e sim da população de Praia Norte como um todo, principalmente no período de 2000 a 2010, em que o percentual de adultos com ensino fundamental completo, no município, foi de 14,49% para 34,33%. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2019).

O fator educação é um importante indicativo do desenvolvimento humano. Assim, percebe-se que o município de Praia Norte teve leve desenvolvimento a partir desse indicador. Tal evolução pode influenciar o desenvolvimento da atividade

pesqueira de forma positiva, como por exemplo, incentivando os pescadores a buscarem por apoio técnico.

Ante o exposto, é possível concluir que os pescadores artesanais da colônia Z26 são em sua maioria homens, porém com participação feminina expressiva, com idade entre 30 e 40 anos, casados, pardos, e de baixa escolarização.

No período pós-implantação da colônia, houve a alteração significativa de indicadores sociais entre os pescadores. E, apesar do baixo nível de escolarização entre eles, o aumento no número de pescadores alfabetizados indica desenvolvimento quanto ao aspecto social.

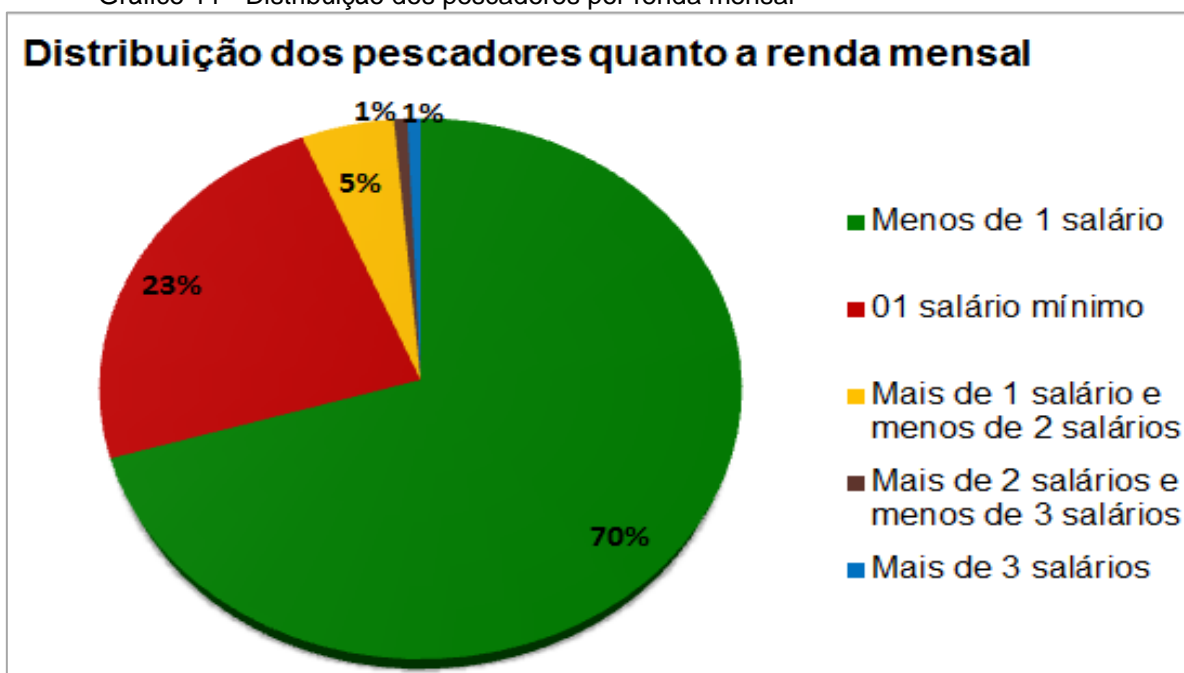
Dentre os resultados apresentados, o que mais expressa o impacto social da formação da entidade é a inclusão produtiva das mulheres na pesca, que antes, apesar de exercerem atividades essenciais à cadeia produtiva, não eram registradas como pescadoras.

#### **4.3.2 IMPACTOS PERCEBIDOS NA RENDA DOS PESCADORES**

Para avaliação dos impactos econômicos da implantação da colônia de pescadores Z26, os dados referentes à renda foram utilizados como indicadores.

Segundo dados do IBGE Cidades (2019), no município de Praia Norte a renda mensal é de 1,7 salários mínimos em média, sendo que 51,4% da população tem renda *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Gráfico 11 - Distribuição dos pescadores por renda mensal



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em se tratando da renda mensal dos pescadores, a pesquisa aponta que 70% destes percebem menos de 01 salário mínimo por mês. A distribuição dos pescadores, segundo a faixa de renda, é apresentada no Gráfico 11.

O resultado aponta um cenário extremamente preocupante, pois um percentual tão elevado (70%) de associados vivem com menos de 1 salário mínimo por mês, e isso indica a vulnerabilidade das pessoas que vivem com menos do que o mínimo necessário.

Claudino (2016, p. 1) ressalta que “o salário mínimo foi instituído no Brasil na década de 30, através da Lei nº 185/36 e do Decreto-Lei 399/38, com a finalidade primordial de garantir condições mínimas de existência aos trabalhadores e suas famílias”. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante, em seu artigo 7º, inciso VI, aos trabalhadores urbanos e rurais o salário mínimo necessário:

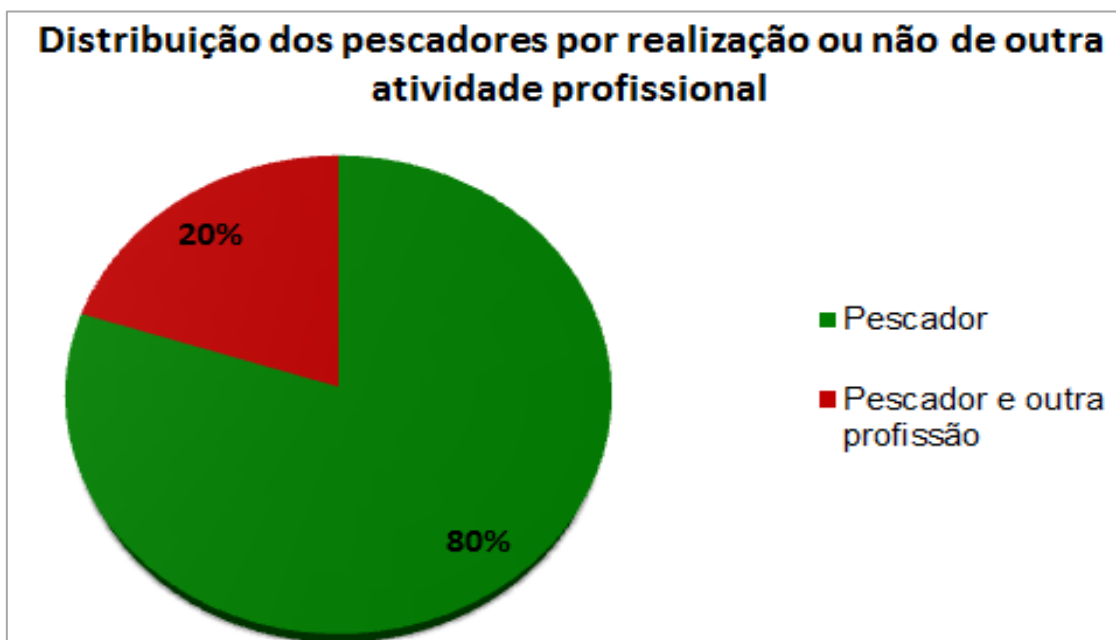
[...] salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Diante do exposto, percebe-se que a colônia não está oferecendo aos seus associados condições que garantam uma renda mensal suficiente para sobrevivência,



demonstrando a ineficiência da Colônia de Pescadores Z26 em executar as diretrizes da economia solidária.

Gráfico 12 - Caracterização dos pesquisados por profissão.



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A economia solidária tem na democracia um de seus princípios. Dessa forma, não é coerente com ela uma realidade em que o empreendimento não é capaz de fornecer o mínimo existencial, como se percebe nos resultados apresentados.

Para complementação da renda familiar, alguns pescadores realizam outras atividades econômicas. Os dados demonstram que cerca de 80% dos pescadores tem a atividade pesqueira como atividade econômica exclusiva, e 20% exercem outras atividades para acrescer a renda mensal.

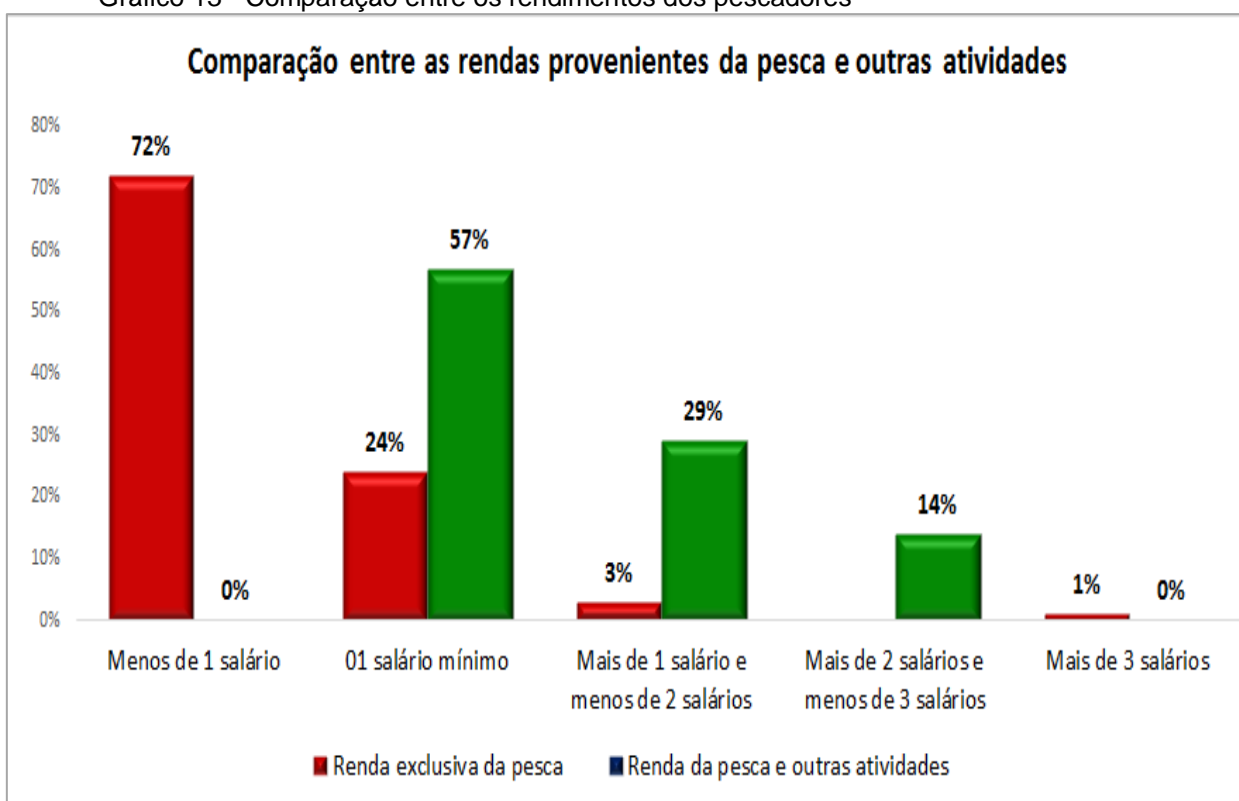
Para 80% dos pescadores, a atividade pesqueira é a principal fonte de renda, mas para 20% deles a pesca se trata de atividade complementar à renda de outras atividades econômicas. Os pescadores que exercem mais de uma atividade econômica alegam complementar a renda, em grande parte, através de atividades de agricultura familiar, geralmente com o plantio de arroz, feijão e hortifrúteis.

A prática também é comum em outras regiões do país, em que comunidades pesqueiras recorrem à agricultura de subsistência em períodos de escassez (SOARES; MARQUES, 2017). Além da agricultura, a renda das famílias dos pescadores é comumente complementada através de benefícios sociais, como o programa Bolsa Família (SANTOS et al. 2018).

Comparando a renda mensal dos que têm a pesca como única atividade econômica com os que executam outras atividades, verifica-se que os do segundo grupo concentram rendimentos melhores que os primeiros. Os dados da pesquisa apontam que a maior parte dos que são apenas pescadores, 80%, recebe menos de um salário mínimo. Em contrapartida, verifica-se que os que possuem outras fontes de renda recebem no mínimo um salário. Ademais, os pescadores que ultrapassam a renda de um salário, em sua maioria, são os que exercem outras atividades. Os dados estão no Gráfico 13.

Observa-se no Gráfico 13 que existe 1% de pescadores que manifestam extrair da atividade pesqueira renda mensal superior a 3 salários mínimos. A pesquisa compreende o resultado como possível erro. É provável que o entrevistado não tenha compreendido corretamente a questão, ou ainda, que ele possua uma família com vários membros em idade economicamente produtiva, e a resposta informada se refira à renda mensal familiar. A conclusão pelo possível erro se deve em razão de que não se vislumbra na realidade social pesquisada tamanha desigualdade, em que 70% dos pescadores sobreviva com menos de um salário mínimo, e a renda de 3 salários esteja concentrada em 1% da população pesquisada.

Gráfico 13 - Comparação entre os rendimentos dos pescadores



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Analisando os Gráficos 11 e 13 em conjunto, verifica-se que há uma distribuição desigual na renda dos pescadores associados. Com isso, conclui-se que a colônia não está aplicando corretamente os princípios da economia solidária, principalmente no que tange aos princípios da solidariedade e da democracia.

Pelo princípio da solidariedade, exige-se que empreendimento solidário faça a distribuição igualitária dos lucros e dos prejuízos. Percebe-se que caso a colônia aplicasse corretamente as normas que regem a economia solidária, a renda extraída da pesca artesanal seria distribuída de forma mais equânime, evitando distorções sociais como as apresentadas nos gráficos 11 e 13.

Pelo princípio da democracia, prega-se que o empreendimento solidário promova o desenvolvimento, a valorização do ser humano e a satisfação das necessidades. Contudo, se nem o mínimo existencial o pescador alcança, conclui-se que não há desenvolvimento.

Um dos efeitos mais expressivos na renda dos pescadores, com a implantação da colônia de pescadores Z26, foi a oportunidade de recebimento de Seguro Defeso.

O seguro defeso trata-se de um benefício social, que foi instituído em 1991 pela Lei n.º 8.287/91, tendo como beneficiário o pescador artesanal profissional (ALVES; FARRANHA, 2016). É um dos eixos do programa Seguro Desemprego e visa atender as necessidades de subsistência do pescador durante o período de defeso.

O Defeso é a proibição ou restrição legal da pesca nos períodos de reprodução das espécies aquáticas, em que estas ficam mais vulneráveis à captura por estarem aglomeradas em cardumes (COSTA; COSTA, 2018). O objetivo do Defeso é garantir a exploração sustentável dos recursos naturais e a preservação da espécie.

O programa evidencia uma intersecção entre políticas públicas sociais e ambientais, pois, à medida que atua na preservação das espécies de pescado, evitando sua extinção, prover uma fonte mínima de renda para o pescador, incentivando sua permanência na atividade (PEDÓ; SANTOS, 2015).

No município de Praia Norte -TO, o defeso ocorre, anualmente, entre 1º de novembro a 28 de fevereiro, que é a época da piracema em toda a bacia hidrográfica do Rio Tocantins (BRASIL, 2011). Portanto, durante esses quatro meses do ano os pescadores não podem exercer sua atividade econômica, necessitando receber o benefício concedido pela Seguridade Social.

O Decreto nº 8.424 de 2015 dispõe que o requerimento desse benefício deve ser instruído mediante prova de inscrição do pescador no Registro Geral da Pesca e

inscrição do Regime Geral da Previdência Social como segurado especial. Nesse diapasão, verifica-se a importância da organização dos pescadores sob a forma de colônia, pois é a colônia de pescadores, em nome de seus associados, que processa as informações necessárias, apresenta-as aos órgãos públicos responsáveis pela concessão do benefício e acompanha os trâmites burocráticos. Sem a intermediação da entidade, o pescador precisaria ir diretamente ao órgão competente e fazer o requerimento, fato que pode dificultar o acesso ao benefício.

Segundo a Lei nº 10.779 e o Decreto nº 8.424/15, o pescador deve apresentar o registro como pescador artesanal profissional, a comprovação de comercialização do pescador, a condição de segurado especial, comprovação de contribuição previdenciária e não possuir renda proveniente de outras atividades econômicas.

Os citados requisitos excluem, por exemplo, os que pescam apenas para subsistência (17%), e não profissionalmente, e os que possuem outras fontes de renda (20%). O resultado explica por que ainda existem pescadores sem o recebimento do benefício.

Acerca do efetivo recebimento deste benefício social, em Praia Norte - TO ainda existe um percentual de pescadores que não o recebem, correspondendo a 6% do total. Os dados estão no Gráfico 14.

Gráfico 14 - Distribuição dos pescadores segundo o recebimento ou não do seguro defeso



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na condição de segurado especial, os pescadores artesanais passam a ter cobertura social e podem ter acesso a todos os benefícios da previdência. E sobre tais benefícios, o resultado indica que a maioria (96%) possui acesso. Gráfico 15 - Distribuição dos pescadores segundo o acesso a Seguridade Social.

A minoria sem acesso, correspondente a 4%, é compatível com os indicadores de que parte do associado à colônia Z26 não possui perfil de pescador profissional. Os dados estão no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Distribuição dos pescadores segundo o acesso a seguridade social



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Considerando os aspectos de renda que os resultados apresentam, infere-se que a implantação da Colônia de Pescadores Z26 trouxe mudanças significativas na renda familiar dos pescadores.

Gráfico 16 - Distribuição dos pescadores segundo a percepção de melhorias no desenvolvimento da pesca



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Neste sentido, em relação à distribuição dos pescadores e em relação à percepção de melhoria nos rendimentos, a pesquisa indica que parte significativa (94%) observou alteração positiva na renda. Os resultados estão no Gráfico 16.

Além da organização produtiva que a Colônia de Pescadores Z26 possibilitou, a qual será discutida adiante, verifica-se que a oportunação do recebimento do Seguro Defeso alterou o cenário econômico de Praia Norte, através de melhorias nos rendimentos das famílias de pescadores.

É possível inferir tal afirmação a partir da concepção de que antes da implantação da colônia, as famílias, cuja renda provém exclusivamente da atividade pesqueira, não recebiam benefício social durante o período da piracema e ficavam quatro meses sem qualquer renda para a subsistência da família, o que corresponde a uma redução de 33% da renda anual.

Em 2019, foi concedido Seguro Defeso a 308 pescadores em Praia Norte –TO. Com isso, foi injetado na economia local quase R\$ 1 mi, sendo que em média, cada pescador recebeu cerca R\$ 3 mil (PORTAL DA TRANSPARENCIA, 2019).

Observa-se que o número de associados que receberam o benefício no ano de 2019 foi maior que a população da pesquisa (284 pescadores). Fato que pode ser justificado em razão da livre associação, que facilita a entrada e saída de pescadores

no quadro da Colônia de Pesca. Para isso, o interessado deve apenas cumprir alguns requisitos, como ser residente no município de Praia Norte – TO. Dessa forma, esse quantitativo é alterado constantemente.

A partir dos resultados, constata-se que a implantação da Colônia de Pescadores Z26 provocou efeitos positivos na economia local, podendo ser considerada uma importante conquista social para os seus associados e demais moradores da comunidade local.

Contudo, os benefícios ou melhorias mais importantes apontadas pelos entrevistados dizem respeito tão somente ao seguro defeso e benefícios previdenciários. Evidenciando que os impactos poderiam ter sido maiores se a Colônia de Pesca tivesse avançado na busca por melhorias para a atividade pesqueira e benefícios para a categoria de pescadores.

A cobertura pela seguridade social trata-se de avanço importante para o desenvolvimento. No entanto, considerando o tempo de existência da colônia, 14 anos, infere-se que poderiam ter sido alcançados maiores benefícios, através da execução de estratégias para crescimento da atividade econômica, bem como do melhor aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento da pesca artesanal no município.

Quanto ao desenvolvimento econômico, percebe-se grande omissão em dar cumprimento às disposições estatutárias. A solidariedade, quando utilizada no gerenciamento da atividade, requer a busca por investimentos e financiamentos, a proposição de meios para unir a classe em busca de táticas para aumentar a renda coletiva e assim beneficiar as famílias de pescadores de forma justa e igualitária.

Foi apontado anteriormente que a organização social e política é fundamental para o desenvolvimento regional. Dessa forma, os problemas econômicos destacados pela pesquisa podem ser superados com a iniciativa do pescador em se tornar protagonista desse desenvolvimento, a partir da correta execução das diretrizes da economia solidária, especialmente a democracia.

### 4.3.3 REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM PRAIA NORTE

A evolução da atividade pesqueira foi acompanhada pela evolução também na regulamentação da atividade, que vai desde a instituição das colônias e a exigência de registros no século 18, à implementação de políticas públicas de desenvolvimento da pesca (GOULARTI FILHO, 2017).

O conhecimento necessário para o desenvolvimento da atividade pesqueira compreende, dentre outros, as das técnicas de pesca e a regulamentação da atividade. O primeiro inclui saberes nativos como a forma de localização das espécies de pescados, a escolha do ponto mais adequado para a captura do peixe e os apetrechos utilizáveis para cada espécie, e o segundo, inclui os códigos e normas relativos ao uso do território e a piracema (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012).

As normas regulamentadoras da atividade pesqueira visam não apenas à proteção social do pescador, como também à realização da pesca de forma sustentável. Por isso, o conhecimento sobre a existência de tais regulamentações é indispensável.

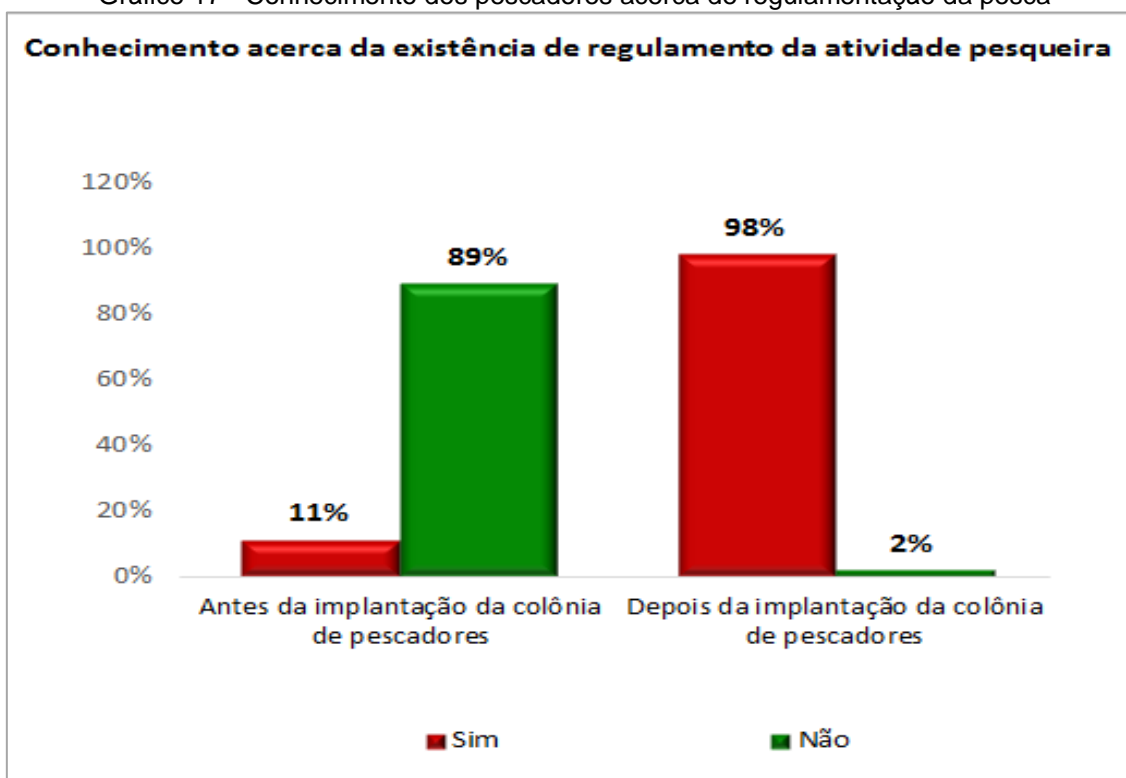
Nesse interim, observa-se que a atuação da Colônia de Pescadores Z-26 foi fundamental para que os pescadores de Praia Norte pudessem conhecer as regras que existem para o desenvolvimento da atividade.

Apesar de muitos pescadores exercerem suas atividades desde muito antes da formação da colônia, a maioria afirma que antes dela não conhecia a regulamentação (89%), e com a colônia, 98% dos pescadores passou a saber da existência da legislação relativa à atividade.

Os dados estão no Gráfico 17:



Gráfico 17 - Conhecimento dos pescadores acerca de regulamentação da pesca



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os pescadores apontam que as principais normas regulamentadoras a que conhecem dizem respeito ao período defeso e ao direito ao seguro. Apesar de a piracema ser um fenômeno de conhecimento tradicional para os que exercem a atividade pesqueira, o Defeso e seus consectários, enquanto institutos jurídicos, eram desconhecidos pela maior parte dos pescadores antes da implantação da colônia de pesca.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959/2009) e a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) são as normas legais vigentes mais relevantes para a atividade pesqueira (SILVA-JUNIOR; RODRIGUES; CARVALHO, 2019). É papel da Colônia de Pescadores Z-26, por disposição estatutária, defender a execução dessas leis, assim como todas as demais normas legais pertinentes ao desenvolvimento da atividade pesqueira.

O estatuto prevê ainda que a Colônia deve cooperar com as autoridades na fiscalização ambiental e informar aos pescadores sobre o uso de processos inadequados e contrários à legislação. A medida reforça o compromisso da entidade com o desenvolvimento sustentável.

Para o melhor desenvolvimento da atividade, a colônia de pescadores atua na promoção de ações de cunho educativo. Segundo o art. 3º, VI, do estatuto sob comento, a promoção dessas atividades objetiva o constante desenvolvimento humano e a defesa do meio ambiente.

Os pescadores adquirem conhecimentos básicos sobre a regulamentação e adquire novos conhecimentos para a realização da pesca por meio de cursos e palestras. Porém, verifica-se que a quantidade de pescadores que participam deste tipo de ação ainda é muito baixa. Os dados estão no Gráfico 18.

Gráfico 18 - Participação dos pescadores em atividades educativas



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A importância da educação ambiental para pescadores deve ser analisada sob várias vertentes. A primeira é que esta é uma ferramenta de emancipação do pescador, de forma a impulsionar o pensamento crítico. Segundo, trata-se da racionalidade ambiental com vistas à sustentabilidade ambiental e social, e, a mais relevante, é a conscientização crítica (SILVA-JUNIOR; RODRIGUES; CARVALHO, 2019). O autor defende que se trata de uma ferramenta de transformação social.

O papel da colônia de pescadores Z26 não se limita em trazer ao conhecimento do pescador as normas e regulamentações da atividade, mas incentivar o cumprimento de tais normas. Isso porque a organização dos pescadores sob a forma de colônias ou associações oportuniza ao pescador o suporte organizacional para que

este controle sua atividade e cumpra as normas legais relativas à pesca (SANTOS, 2013). A partir da colônia, os pescadores podem administrar melhor a realização da atividade, fazendo o registro da produção de pescado, o acompanhamento no pagamento das contribuições sociais e a emissão de notas fiscais de venda, dentre outros.

A organização da atividade, sob o ponto de vista da regulamentação e gestão da pesca, é um fator que agrega para o desenvolvimento local.

#### **4.3.4 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA**

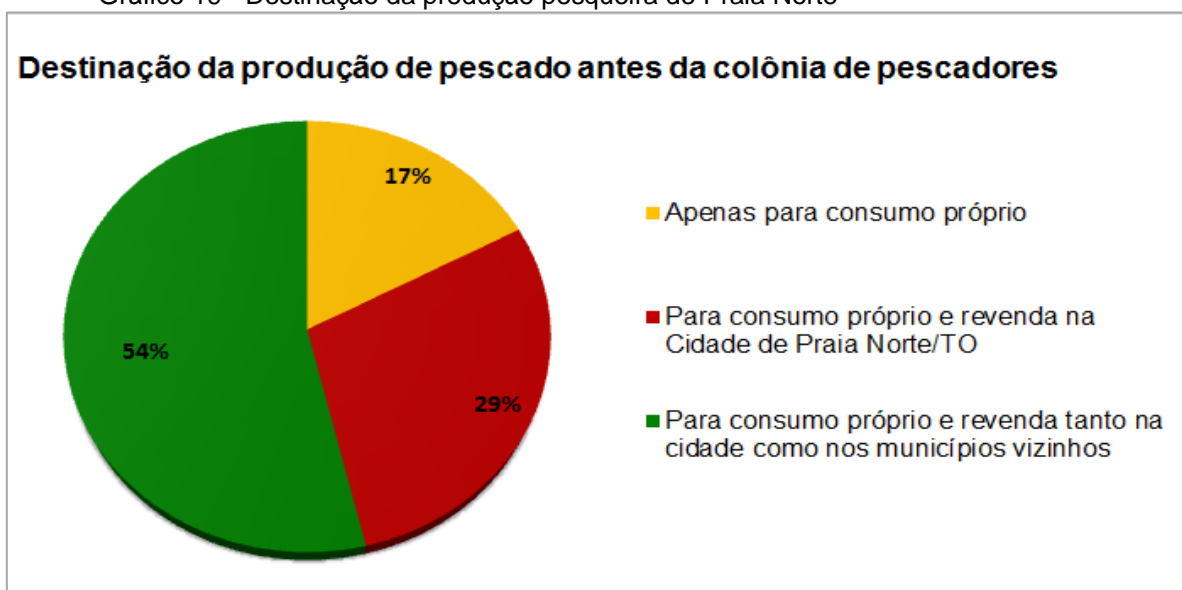
A implantação da colônia também possibilitou a organização produtiva dos pescadores de Praia Norte -TO.

Do ponto de vista econômico, as colônias de pescadores facilitaram a vida dos pescadores artesanais, visto que esta faz a intermediação na negociação da venda do pescado, tendo atuação voltada para o aumento da rentabilidade e acompanha todo o desenvolvimento da atividade pesqueira (COSTA; LOPES, 2017).

Pensando nessa organização da comercialização do pescado, a colônia de pescadores estabeleceu, através de seu estatuto social, a prerrogativa de fazer a revenda da produção, objetivando a realização da atividade pesqueira de forma autossustentável (COLONIA DE PESCADORES Z26, 2010).

Contudo, essa disposição estatutária ainda não é executada, e os associados continuam vendendo o pescado ao atravessador, ao invés de destinar à colônia. A inaplicabilidade dessa norma gera um problema de natureza econômica e social. Do ponto de vista econômico, a inserção do atravessador na cadeia produtiva reduz o poder de negociação do pescador, na hora de comercializar a produção, implicando na venda a baixo valor. Do ponto de vista social, gera distorções na renda, como visto nos Gráficos 11 e 13.

Gráfico 19 - Destinação da produção pesqueira de Praia Norte



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os pescadores que exercem a atividade somente para subsistência, legalmente não se enquadram na categoria de pescador profissional (BRASIL, 2009). Com a implantação da Colônia Z26, os pescadores que antes destinavam sua produção exclusivamente para o consumo, 17% deles, atualmente conciliam a pesca de subsistência com a pesca profissional. Infere-se, portanto, que a implantação da colônia oportunizou a profissionalização destes.

Em nível nacional, os pescadores profissionais também são maioria, correspondendo a 70% dos pescadores artesanais, enquanto que os que pescam somente para subsistência correspondem a 30% (CAMPOS; CHAVES, 2016). Os autores destacam que mesmo os pescadores profissionais também destinam parte da produção para subsistência, mas estes se diferenciam dos pescadores de subsistência por direcionarem o excedente para a comercialização.

Verifica-se, então, que a pesca em Praia Norte é congruente com o cenário nacional, pois verifica-se que mais da metade dos pescadores corresponde a essa condição de pescador de subsistência e profissional ao mesmo tempo. E, apesar da Lei nº 11.959/2009 delinear diferenças entre ambos os tipos de pesca, observa-se a coexistência delas (CARVALHO; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

A comercialização da produção dos pescadores de Praia Norte também passa pelo fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e/ou Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Apesar dos benefícios que o programa

apresenta, apenas 1% dos pescadores de Praia Norte faz o fornecimento. A princípio, o programa pode ser apontado como uma potencial política pública de desenvolvimento. Então cabe destacar quais os fatores que contribuem para a baixa adesão dos pescadores ao mesmo.

As diretrizes do PNAE determinam que pelo menos 30% de seus recursos sejam utilizados na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, através do PAA (NUNES et al. 2018). A determinação faz parte de uma política nacional de desenvolvimento rural, no qual a pesca se destaca como uma das atividades tradicionais da agricultura familiar.

Os programas viabilizam a comercialização da produção do pequeno agricultor familiar para as escolas da rede pública. Assim, a política amplia as oportunidades de comercialização para o pescador. Os programas visam à valorização da agricultura familiar, em sua diversidade, estrutura e organização coletiva (NUNES et al. 2018).

O acesso ao programa é facilitado pela organização da colônia de pesca, pois o fornecimento coletivo do pescado amplia a área de comercialização e agrega valor à atividade pesqueira.

A baixa adesão ao programa é recorrente em outras comunidades pesqueiras. Sousa et al. (2016) destaca que o principal fator que influi para esse resultado é a inconstância no fornecimento dos produtos, tanto por parte das escolas, que não compram com regularidade, quanto por parte dos produtores, que não fornecem com periodicidade.

Em relação à aquisição do pescado, os autores destacam que as maiores dificuldades apontadas pelas escolas são a dificuldade de acesso aos fornecedores, o custo elevado do pescado e a inadequação no seu armazenamento. Esses fatores podem explicar a baixa aderência dos pescadores locais a esse mercado.

A organização e coordenação dos pescadores para venda de pescado no âmbito do PNAE seria uma importante área de atuação da colônia de pesca, pois o programa mostra-se viável para o desenvolvimento da atividade pesqueira, necessitando, contudo, da Colônia como agente de articulação.

No âmbito da renda familiar, a pesquisa constatou que muitas famílias pescadoras vivem na extrema pobreza. Além disso, se a pesca não for realizada de forma sustentável, assim como outras atividades que exploram recursos naturais, pode provocar a redução gradual de espécies e até mesmo a sua extinção.

Considerando que um dos objetivos da colônia de pesca é promover ações que contribuam para o desenvolvimento social dos pescadores, como preconiza o art. 3º, inciso XII, do estatuto, a situação de pobreza dos pescadores e a degradação ambiental que a pesca pode causar requer a atuação da entidade. Nesse sentido, a piscicultura é um dos recursos que podem ser utilizados para enfrentamentos dos problemas sociais e ambientais que envolvem a atividade pesqueira.

Santos (2013) destaca que a pesca no Rio Tocantins, como é o caso do município de Praia Norte, tem sido afetada pelos impactos ambientais, como a construção de barragens e a degradação das margens do rio, ocasionando redução na produção pesqueira. O autor defende que nesse cenário os pescadores têm buscado alternativas para garantir a subsistência da família.

Apesar de ser uma participação pequena, com relação aos projetos de piscicultura, trata-se de uma participação significativa, quando considerados os contornos sociais e políticos que envolvem o processo de transição do pescador artesanal para o piscicultor.

Por isso, através da Colônia de pescadores Z26, os pescadores de Praia Norte se inclinaram à piscicultura como uma alternativa à renda proveniente da pesca. Atualmente, um número pequeno de pescadores, 16% do total de associados à colônia, participa de projetos de piscicultura.

Gráfico 20 - Participação dos pescadores em projetos de piscicultura



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como visto na revisão bibliográfica, a pesca não é apenas uma atividade econômica, mas uma forma de reprodução social das comunidades ribeirinhas. Nesse contexto, a inserção da piscicultura nessas comunidades não é apenas a adoção de uma nova forma de atividade, mas representa uma mudança no nível cultural e social. Pesquisas apontam que o processo de mudança de pescador para piscicultor importa em transformações na forma de produzir, que conseqüentemente impacta na sua identidade de pescador, provocando uma mudança social e cultural (CARVALHO; OLIVEIRA; FONSECA, 2017).

Para a redução dos efeitos dessa mudança cultural provocada pela atuação do pescador no cultivo de peixes, os projetos que discutem o assunto devem considerar o saber tradicional nos métodos e técnicas aplicados à piscicultura (COSTA, 2016). Muitos projetos contam com a participação ativa do pescador não apenas na execução da atividade, mas principalmente na tomada de decisões, considerando que ele detém conhecimento sobre o ambiente em que o cultivo dos peixes será realizado.

No caso do Tocantins, Sousa et al. (2018) destaca que entre os principais desafios para o desenvolvimento da pesca artesanal e da piscicultura está a falta de inspeção sanitária e o acesso ao crédito.

Quanto a este último, o número de pescadores que já recebeu algum tipo de financiamento para o desenvolvimento de sua atividade revela-se pequeno, somente 25%, contra 75% que nunca recebeu financiamento. O acesso ao crédito é precário, tanto para a pesca artesanal quanto para o desenvolvimento da piscicultura.

Os dados estão no Gráfico 21.

Gráfico 21 - Pescadores com financiamento da atividade



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

É importante ressaltar a existência do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que é um programa do Governo Federal “criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família”. (CEPLAC, 2019)

O Pronaf apoia “agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, silvicultores, ribeirinhos e indígenas. Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva”. (SEAGRO, 2019)

Percebe-se que o programa alcança os pescadores artesanais. Porém, observar-se-á no Gráfico 21 que apenas 25% dos entrevistados conseguiram acesso ao crédito.

Com a aplicação dos formulários, foi possível extrair a informação de que o programa tornou-se de difícil acesso, porque os pescadores não possuem o documento designado como DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), indispensável para a concessão de crédito no âmbito do PRONAF. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário:



A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas (BRASIL, 2020).

A DAP pode ser emitida para o pescador, pessoa física, ou para o empreendimento, a Colônia de Pesca neste caso. O que significa que é possível a obtenção de recursos, via PRONAF, de modo individual e de modo coletivo.

Ainda segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2020), a DAP pode ser emitida por sindicatos rurais e colônias de pescadores, entre outros. Entretanto, a Colônia de Pescadores Z26 não está cadastrada e devidamente autorizada a emitir tal documento, limitando o acesso ao crédito pelos seus associados. Os poucos pescadores que conseguiram a emissão do documento obtiveram-no através de entidades instaladas em municípios vizinhos.

Ante o exposto, verifica-se que a falta de conhecimento técnico e jurídico dentro da colônia, para auxiliar os pescadores no alcance do programa, é um fator limitativo para o desenvolvimento da atividade econômica, no âmbito da economia solidária, corroborando com Gadotti (2016), quando trata da dificuldade em manter o empreendimento solidário, e afirma que a pouca educação dos associados se torna uma barreira.

Outro problema que limita o acesso ao crédito é a alta inadimplência dentre os associados que já foram beneficiados com o programa. Esse fator impede a liberação do crédito aos demais pescadores. Trata-se de fenômeno intimamente ligado à solidariedade existente neste tipo de empreendimento.

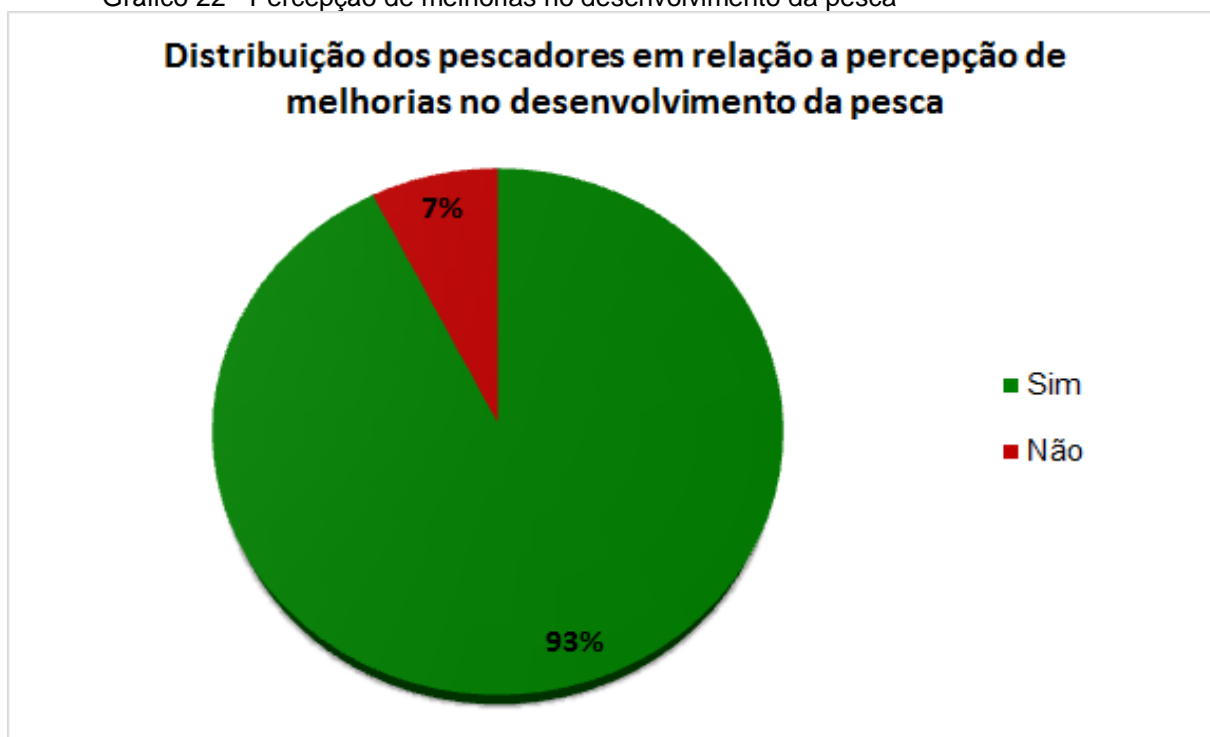
O exercício da pesca artesanal mediante a falta de financiamento para a aquisição dos insumos pode por em risco o desenvolvimento da atividade de maneira socialmente sustentável. Pois, como apontado na literatura, na ausência de financiamento público, os pescadores são financiados pelos agentes intermediadores, a quem ficarão vinculados e venderão sua produção, ainda que este venha a pagar um preço menor do que a concorrência (MALDONADO; DOS SANTOS, 2006).

Esses agentes intermediários são chamados de “Atravessador” dentro da colônia de pescadores Z26. Eles compram o pescado e revendem aos supermercados, feiras etc. Insta ressaltar que esse tipo de ação acaba fortalecendo o monopólio, visto que os pescadores são muitos, enquanto que os atravessadores

são em pouca quantidade. Dessa forma, o comprador (atravessador) determina o preço do produto.

Com a atuação da colônia de pesca, é possível observar que muitas mudanças ocorreram na realização da atividade. A existência de mudanças positivas é indicada pela distribuição dos pescadores quanto à percepção de melhorias no desenvolvimento da pesca, como apresentado no Gráfico 22:

Gráfico 22 - Percepção de melhorias no desenvolvimento da pesca



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

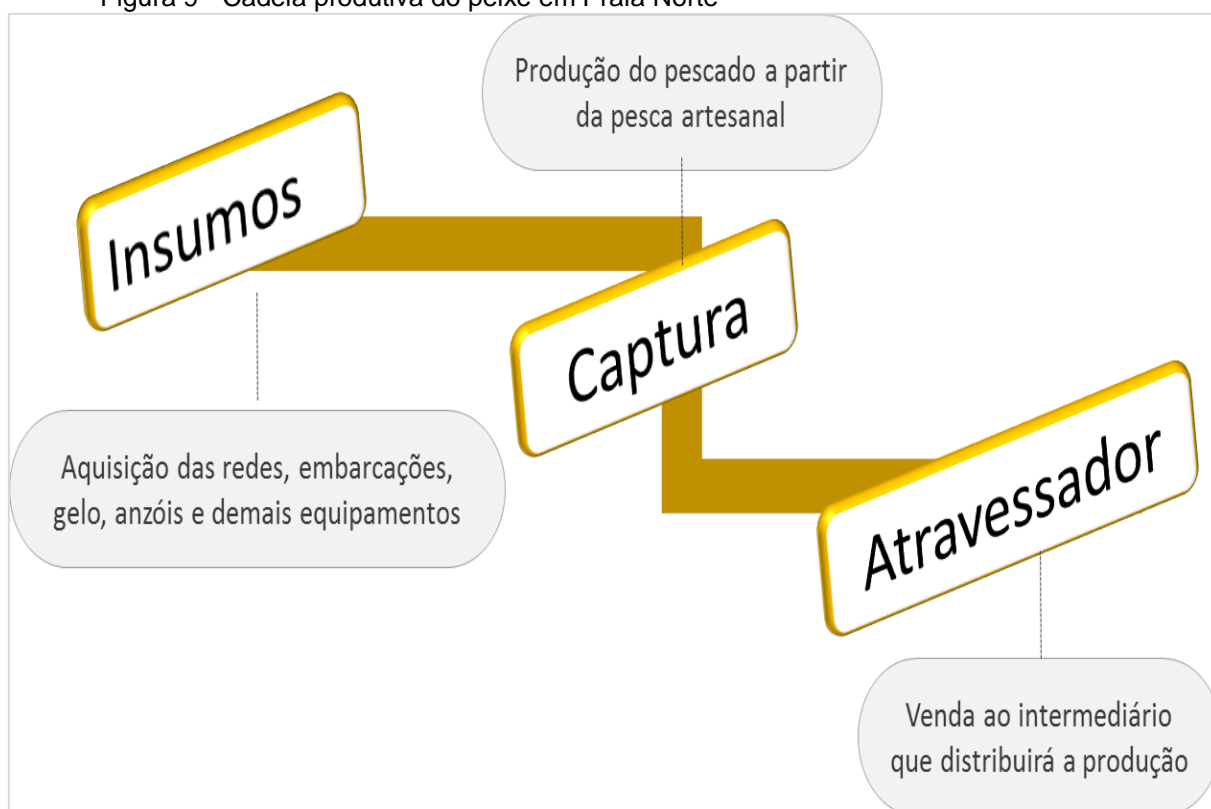
As melhorias evidenciadas no desenvolvimento da atividade pesqueira estão diretamente ligadas à formação da colônia de pescadores (SANTOS, 2013). A autora defende que a organização dos pescadores, de forma representativa e participativa, contribui para o desenvolvimento local das comunidades em que se inserem.

#### 4.4 CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z26

Como exposto anteriormente, a Colônia Z26 foi fundada no ano de 2005, totalizando em 2019 quatorze (14) anos de existência. Durante todo esse período, os pescadores associados têm trabalhado para que ela cresça e aumente sua lucratividade.

Hoje, a colônia de pescadores Z26 trabalha com uma cadeia produtiva simples, que se inicia com os insumos necessários para realizar a pesca. Posteriormente, esse pescado é vendido direto ao atravessador, momento em que a colônia já finaliza seu ciclo de produção, e este segue com a distribuição do pescado para o atacado ou varejo, seguindo para feiras, supermercados, peixarias e restaurantes, e assim chega ao consumidor final.

Figura 9 - Cadeia produtiva do peixe em Praia Norte



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Barcelos e Maciel (2018, p.4) e Pinheiro (2014).

Observa-se que o ciclo percorrido pela cadeia produtiva da colônia Z26, objeto de estudo desse artigo, é bem curto, totalizando apenas três fases: insumos, produção e atravessador. É indiscutível a necessidade de um estudo dessa cadeia, no sentido de averiguar quais os problemas enfrentados e como podem ser resolvidos.

Dessa forma, o estudo apresenta a seguir uma análise de SWOT, onde se pretende apontar os pontos fortes e fracos enfrentados pela cadeia produtiva da colônia Z26, bem como conhecer as ameaças e oportunidades.

#### **4.4.1 ANÁLISE DE SWOT DA CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA Z26**

A análise foi realizada na colônia de pescadores Z26, objeto de estudo nesta pesquisa. É importante ressaltar que a pesca dessa colônia é artesanal, realizada no Rio Tocantins, que segundo a ANA – Agência Nacional de Água, “possui 2400km de extensão e é o segundo maior curso d’água 100% brasileira. Ele nasce no estado de Goiás, atravessa os estados de Tocantins e Maranhão e tem sua foz no Pará, perto da capital Belém”.

Para obter sucesso com a análise, o estudo utilizou-se de duas etapas, para assim aplicar a SWOT. Primeiro, fez-se visitas *in loco*, a fim de conhecer toda a atividade desenvolvida dentro do ambiente estudado. Posteriormente, fez-se um estudo aprofundado do estatuto que rege a colônia de pescadores Z26. Vencidas as duas etapas traçadas anteriormente, foi possível identificar com maior segurança os pontos fortes e oportunidades, que podem ser entendidos como fatores positivos, bem como os pontos fracos e ameaças tidos como negativos dentro da Colônia Z26 da cidade de Praia Norte/TO.

Dutra (2014, p. 50) escreve que traçando esses pontos dentro de uma organização é possível ter subsídios para tirar proveito das oportunidades e pontos fortes.

Dividida essencialmente em Análise do Ambiente Interno e Análise do Ambiente Externo, a ferramenta de Análise SWOT propõe que, a partir do mapeamento dos Pontos Fortes e Fracos Internos e também das Oportunidades e Ameaças Externas, os responsáveis pela criação de estratégias organizacionais tenham os subsídios necessários para tirar proveito ao máximo das Oportunidades e Pontos Fortes, minimizando ou até mesmo eliminando os Pontos Fracos e Ameaças que impedem a organização de prosperar.

Com essa conceituação apresentada, é possível entender que essa ferramenta de análise possibilita aos gestores o conhecimento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que sua empresa possui.

Ante o exposto, segue uma figura que representa as quatro vertentes da Matriz SWOT.

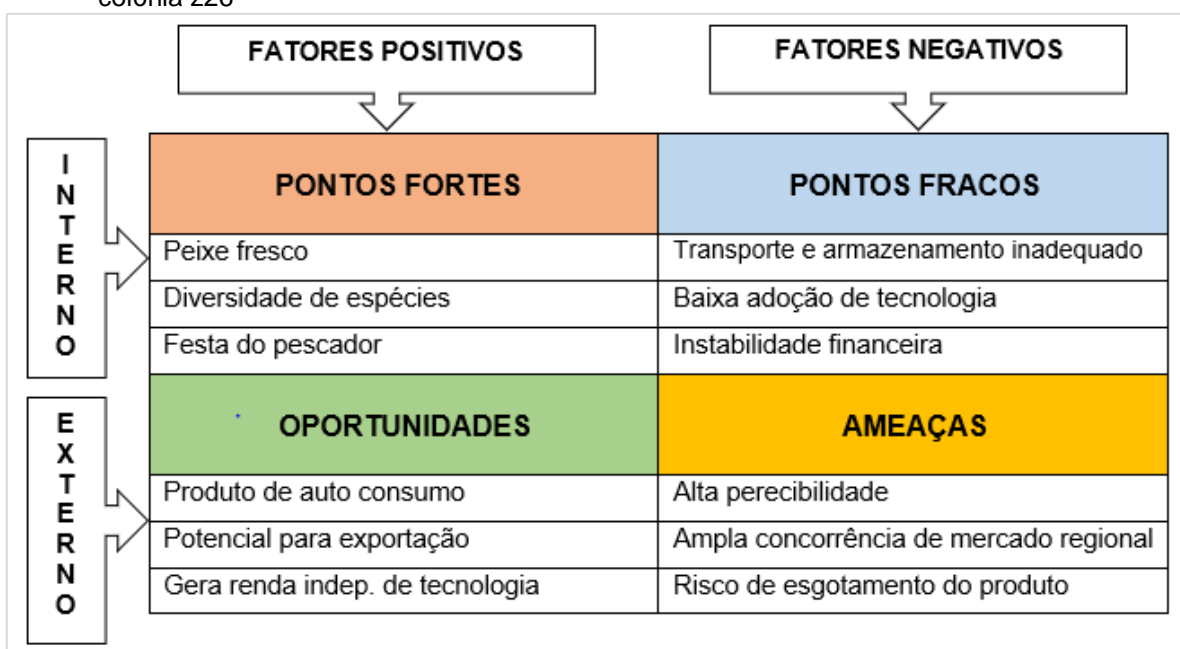
Figura 10 - Análise de SWOT com suas quatro vertentes.



Fonte: Dutra (2014, p. 57) Adaptado de Chiavenato e Sapiro (2003).

Pensando no estudo realizado na colônia e observando cada orientação da matriz, foi possível identificar os fatores que determinam as vertentes da colônia estudada. Conforme exposto a seguir:

Figura 11 - Pontos levantados para execução da análise de SWOT da cadeia produtiva da colônia z26



Fonte: Adaptado de Ferreira, E. P., et al. 2019, apud Chiavenato e Sapiro (2003).

Dutra (2014, p. 56) escreve que a importância da aplicação da matriz está na combinação dos resultados, de maneira a aplicá-las umas com as outras a fim de gerar estratégias que potencializem as Oportunidades e Forças e ao mesmo tempo neutralizem ou eliminem as Ameaças e Fraquezas.

A verdadeira chave para o sucesso da aplicação da Análise SWOT está na combinação dos resultados obtidos e não na própria coleta de informações. A ferramenta auxilia a construção de um diagrama que propicia a visualização das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças de maneira a aplicá-las umas com as outras a fim de gerar estratégias que potencializem as Oportunidades e Forças e ao mesmo tempo neutralizem ou eliminem as Ameaças e Fraquezas. Ao aplicar-se essa ferramenta para adquirir informações que subsidiarão a construção do DNA faz-se imprescindível focar a coleta de informações no sentido de ponderá-las, dando mais importância a características que influenciam mais diretamente o branding empresarial.

Para que esse cruzamento de informações aconteça, é preciso definir o grau de importância que cada item representa para a colônia. Dessa forma, o estudo utilizou-se de graus de influência que varia entre baixo, razoável e alto, com escore de 1 a 3.

Quadro 2 - Graus de influência.

INFLUÊNCIA	ESCORE
Baixo	1
Razoável	2
Alta	3

Fonte: Adaptado de Velloso, V. F. (2014, p. 161) apud Meirelles (2001)

Ultrapassada essa etapa da análise, passou-se ao cruzamento dos dados. Esse cruzamento é feito pela multiplicação de cada item com os diferentes fatores, para assim chegar aos fatores de maior influência dentro da colônia.

Com o cruzamento entre os fatores internos e externos da colônia, foi possível identificar um cenário para possíveis ações estratégicas. Do mesmo modo, foi possível visualizar os pontos que podem comprometer ou prejudicar o crescimento da organização.

Para determinar o grau de influência dos pontos levantados para execução da análise, o estudo considerou o impacto que cada fator possui sobre a colônia, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 2 - Grau de influência de cada fator

FATOR	ESCORE
<b>PONTOS FORTES</b>	
a. Peixe	3
b. Diversidade das espécies	2
c. Festa do pescador	2
<b>PONTOS FRACOS</b>	
a. Transporte e armazenamento inadequados	3
b. Baixa adoção de tecnologia	2
c. Instabilidade financeira	2
<b>OPORTUNIDADES</b>	
a. Produto de alto consumo	3
b. Potencial para exportação	2
c. Gera renda independentemente do nível tecnológico adotado	2
<b>AMEAÇAS</b>	
a. Periodicidade baixa	3
b. Ampla concorrência no mercado regional	2
c. Esgotamento do produto	2

Fonte: Adaptado de Velloso, V. F. (2014, p. 162) apud Meirelles (2001)

Com isso, foi possível identificar quatro vertentes importantes que influenciam diretamente no crescimento do negócio, quais sejam: vulnerabilidade, limitações e os problemas que ela encontra, bem como a alavancagem, que seriam os pontos favoráveis da organização.

Como bem apresentado na tabela acima, por meio da análise de SWOT foi possível identificar o que tem de vulnerável, de limitações e de problema que vêm impedindo o crescimento da colônia Z26, e com essas informações, passamos à matriz de GUT, para conhecer o que tem de gravidade, urgência e tendência.

Figura 12 - Resultado da Análise de SWOT.

		ANÁLISE EXTERNAS	
		AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
ANÁLISE INTERNA	FORTES	<u>VULNERABILIDADE</u> Peixe fresco/ Periodicidade baixa	<u>ALAVANCAGEM</u> Peixe fresco/ Produto de alto consumo
	FRACOS	<u>PROBLEMA</u> Transporte e armazenamento inadequado / Periodicidade baixa	<u>LIMITAÇÕES</u> Transporte e armazenamento inadequado / Produto de alto consumo

Fonte: Autora.

#### 4.4.1 MATRIZ DE GUT DA CADEIA PRODUTIVA DA COLÔNIA Z26

A matriz de GUT pode ser conceituada como uma ferramenta usada nas empresas e demais organizações que desejem tratar os problemas, levando em consideração suas gravidades, urgências e tendências. Esse método ajuda na formação de estratégias, gestão de projetos e também na coleta de dados (levantamento de informações) (BASTOS, 2014).

Segue abaixo um demonstrativo da matriz de GUT, que foi utilizada no estudo para chegar à gravidade, urgência e tendência da colônia estudada.



Quadro 3 - Análise de GUT

VALOR	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	G*U*T
5	EXTREMAMENTE GRAVE	EXTREMAMENTE URGENTE	AGRAVAR RÁPIDO	
4	MUITO GRAVE	MUITO URGENTE	PIORAR EM CURTO PRAZO	
3	GRAVE	URGENTE	PIORAR EM MEDIO PRAZO	
2	POUCO GRAVE	POUCO URGENTE	PIORAR EM LONGO PRAZO	
1	SEM GRAVIDADE	SEM URGÊNCIA	SEM TENDÊNCIA DE PIORAR	

Fonte: Adaptado de Velloso, V. F. (2014, p. 161) apud Meirelles (2001)

A partir dos resultados da análise de SWOT, fez-se a identificação da pontuação de cada item dentro da Matriz de Gut. Isso possibilita uma visão das prioridades de interface.

Tabela 3 - Matriz de GUT da cadeia produtiva da colônia z26

	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	G*U*T
<b>PROBLEMA</b> Transporte e armazenamento inadequado/periodicidade baixa	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>125</b>
<b>LIIMITAÇÕES</b> Transporte e armazenamento inadequado/produto de alto consumo	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>36</b>
<b>VULNERABILIDADE</b> Peixe fresco/periodicidade baixa	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>8</b>

Fonte: Adaptado de Velloso, V. F. (2014, p. 162) apud Meirelles (2001).

Como bem exposto na figura acima, o problema encontra-se no transporte e armazenamento inadequado do pescado, que por ser autoperecível, estraga rápido e causa prejuízo à Colônia.

Outrossim, tem-se a vulnerabilidade que está no próprio pescado, que é altamente perecível.

Já as limitações da colônia consistem no fato de que o transporte e armazenamento utilizado pelos pescadores é inadequado e o peixe se decompõem muito rápido.

Por outro lado, o pescado é de alto consumo e a colônia não pode deixar faltar no mercado.

#### **4.4.1 PROPOSTA ESTRATÉGICA PARA AMPLIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO PEIXE DA COLÔNIA Z26**

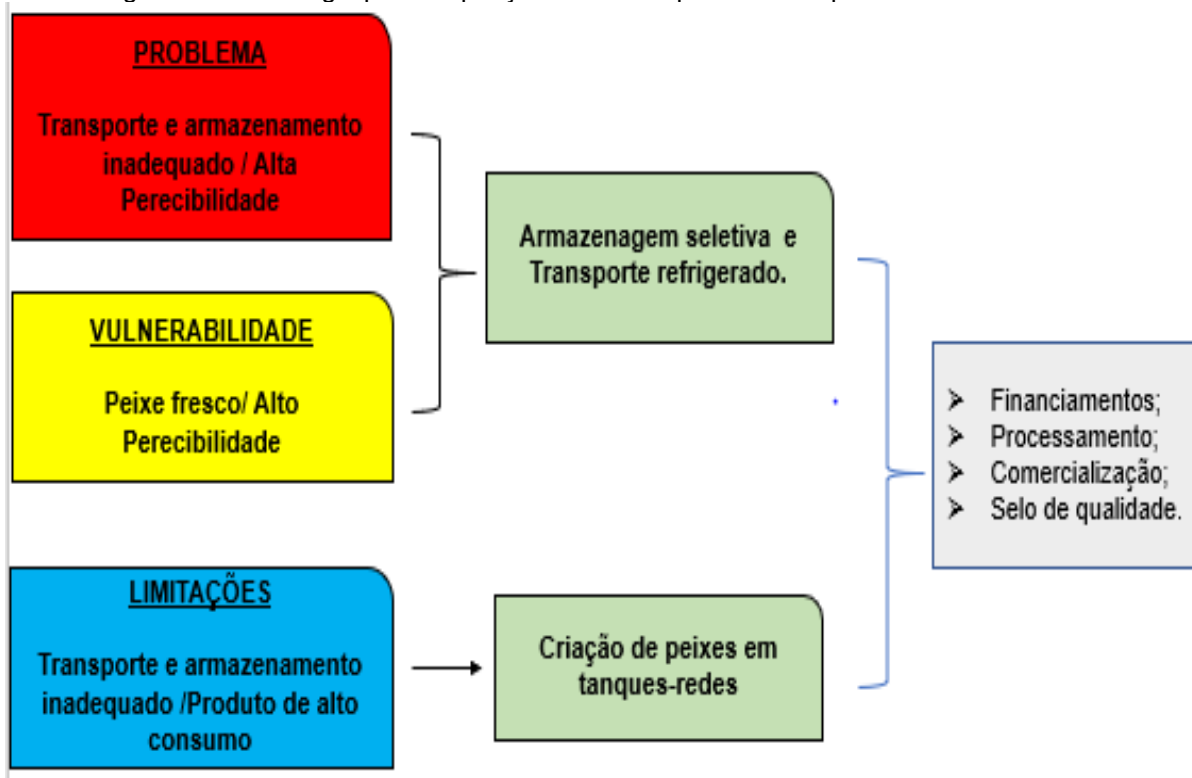
Após as análises realizadas e apresentadas anteriormente, foi possível a identificação de alguns dos problemas que vêm impedindo a colônia Z26 de crescer e alavancar seus negócios. Dessa forma, passa-se a apresentar estratégias para ampliação da cadeia produtiva do pescado dessa colônia.

Para o problema e vulnerabilidade da colônia Z26, o estudo apresenta como estratégia inicial a ideia de que a armazenagem do pescado seja realizada de forma seletiva e que a colônia utilize transporte refrigerado para fazer o traslado do pescado.

Já quanto às limitações, o estudo propõe inicialmente a criação de peixes em tanques-redes, para evitar que o pescado venha a faltar no mercado consumidor. Para a consolidação de ambas as estratégias, faz-se necessário que a colônia busque financiamento para a atividade e faça alterações em sua gestão, em especial quanto à comercialização, bem como a adoção de ações mais solidárias e democráticas no âmbito da economia solidária.

Vejamos a figura a seguir:

Figura 13 - Estratégia para ampliação da cadeia produtiva do peixe da colônia Z26.



Fonte: Autora.

Quando se escreve sobre a armazenagem seletiva, o estudo propõe que o pescado seja guardado em caixas separadas, de acordo com a pesca, dia por dia. A medida é necessária em razão de o pescado ser altamente perecível, e através da armazenagem seletiva haverá o retardamento do seu perecimento, além de evitar a confusão entre produtos frescos e já perecidos.

Quanto ao transporte refrigerado, o estudo propõe que a colônia Z26 passe a utilizar um caminhão refrigerado, que possa ir ao encontro dos pescadores e realizar esse traslado do pescado com segurança, evitando que os peixes pereçam.

Ambas as medidas são inaplicáveis se forem implementadas individualmente, em razão da baixa produção, a nível individual. Contudo, com a interveniência da Colônia de Pescadores, as mudanças são possíveis e necessárias. Mostra-se, dessa forma, a relevância da cooperação nos empreendimentos solidários.

Tratando agora das limitações da cadeia produtiva do pescado, o fator limitante de maior destaque é a inconstância no fornecimento do produto frente ao alto consumo do pescado.

Informações do JD1 Notícias.com (2013), demonstram que:

O país possui um enorme potencial para a produção de pescado, com uma das maiores reservas de água doce do mundo, com cerca de 8,2 bilhões de metros cúbicos de água em rios, lagos, açudes e represas, além da extensa faixa litorânea, sua produção anual de pescado gira em torno de 1,5 milhão de toneladas, mesmo que ainda pequena em relação ao seu potencial.

Além da quantidade de água e do potencial para produção, o país ainda possui grande diversidade de espécies de peixes e também possui uma grande quantidade de grãos que podem ser utilizados na fabricação de rações (FLORA, et al., 2010), tudo para que a produção seja em grande escala.

A região Norte é a que mais consome carne de peixe no país, devido aos hábitos culturais adquiridos de povos indígenas, diversidade de espécies e grande variedade de receitas para preparar estes alimentos (MANGAS, et al., 2016). Os autores afirmam que, em 2013, o consumo de pescado no Tocantins foi de 17,54 kg/hab./ano, sendo maior que a média nacional, e que o Estado do Amazonas representa o maior consumo per capita do país, com 30 kg/hab./ano.

Diante deste cenário, sugere-se que o potencial que o mercado de pescado possui seja explorado com a adoção da piscicultura, como fonte para fornecimento de peixe o ano todo. Percebe-se no gráfico 20 que apenas 16% dos pesquisados já participaram em projetos de piscicultura, restando 84% que não participaram. Dessa forma, o estudo também visualiza essa ferramenta como positiva e que pode ser explorada pelos pescadores da colônia Z26 para alavancar a atividade.

Neste sentido, a Colônia de Pesca, de forma cooperativa e solidária, articularia a produção piscicultura entre os associados, através de tanques-redes, para evitar a escassez do pescado que abastece o mercado consumidor.

A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2009) conceitua tanques-rede como sendo:

São estruturas de várias formas e tamanhos, constituídas por redes ou telas que permitem a livre circulação da água. Podem ser instalados em ambientes aquáticos por meio de flutuadores, em locais onde há oscilação periódica no nível da água ou por meio de estacas fixas, em ambientes onde o nível d'água não oscila

Ainda de acordo com a Embrapa, a finalidade dos tanques-rede é o confinamento dos peixes, onde lhes proporcionam crescimento e proteção dos ataques de predadores.

A opção por esta técnica de piscicultura se deve especialmente ao fato de que os tanques-redes aproveitariam o potencial hídrico local e os conhecimentos que os pescadores possuem quanto às condições para criação de espécies nativas.

Percebe-se, que com a instalação de tanques-redes a colônia vai possuir peixe de boa qualidade, em baixo custo, e também evitará que o pescado venha a faltar na mesa do consumidor final, visto que na pesca artesanal, existe o período de reprodução dos peixes (piracema) que os pescadores são proibidos de pescar. Então, a utilização dos tanques-rede para a criação de peixes seria capaz de fornecer pescado para atender o mercado de modo satisfatório, o ano todo, e proporcionaria melhorias na renda básica dos pescadores.

As propostas para armazenagem seletiva, transporte refrigeração e criação de peixes em tanques-rede dependem de mudanças expressivas no desenvolvimento da atividade pesqueira, especialmente no que diz respeito a: financiamentos, processamento do pescado e a própria forma de comercialização desse pescado.

O financiamento é visto como positivo, porque garante um investimento na atividade e os pescadores podem comprar novos insumos e conservar um capital para que deixe de existir a figura do atravessador na cadeia produtiva da colônia Z26. A pesquisa constatou que a principal barreira de acesso ao crédito é a falta de conhecimentos técnicos e jurídicos na colônia de pesca.

Dessa forma, faz-se necessário que a colônia busque parcerias com órgãos de apoio tecnológico à atividade rural, bem como com as universidades locais, a fim de sanar essa deficiência. Tais recursos estão disponíveis na região, visto que o Bico do Papagaio possui seis universidades públicas, as quais podem, através de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, subsidiar inovações na atividade pesqueira.

O processamento do pescado, ainda na Colônia de Pesca, agregaria valor ao produto, tornando-o mais rendável. Além disso, muitas técnicas de processamento podem ser utilizadas para melhor aproveitamento do pescado, como redução dos resíduos e prolongamento da validade do produto, que é altamente perecível.

Além do processamento, outra estratégia que poderia vir a ser utilizada, como forma de agregar valor ao pescado, seria a utilização de selos de certificação de qualidade, que são selos que evidenciam a singularidade de produtos ou serviços, a partir da indicação de certos atributos, como a qualidade, a origem, a sustentabilidade, a técnica de produção etc.

Dentre os diversos selos existentes, para o caso da Colônia de Pesca, destaque-se o selo de Indicação Geográfica (IG). Segundo Maiorki e Dallabrida (2015), “a Indicação Geográfica constitui um processo, como o próprio nome diz, de identificar um produto ou serviço de determinado território”. Em outros termos, o IG é um selo que certifica a qualidade de determinado produto, segundo a sua origem geográfica.

O mercado de certificações na agricultura tem crescido devido à necessidade de garantir a qualidade dos alimentos a um consumidor cada vez mais exigente e atento às questões de segurança alimentar ocorridas como a doença da vaca louca, a gripe aviária, a produção de alimentos transgênicos, a gordura trans e outros eventos. (STAUDT et al., 2009). Assim, a Identificação Geográfica é apontada como medida importante para o crescimento da atividade pesqueira.

A IG é capaz de agregar valor ao produto, fazendo com que o consumidor pague mais para ter a certeza de que vai consumir um produto com origem garantida. Staudt et al., (2009, p. 5) explica que quando o consumidor conhece as qualidades de um produto, ele avalia seu custo-benefício, ou seja, paga mais por um produto de qualidade.

Quando o consumidor é informado com transparência sobre o processo produtivo das mercadorias, ele avalia seu custo-benefício com mais consciência. E, em geral, uma parcela da população lê com atenção os rótulos de produtos antes de decidir a compra. Quando um produto é garantido por um selo de qualidade, a imagem da logomarca do selo é exibida no rótulo.

A IG acresce valor ao produto, ao mesmo tempo em que atribui valor à região em que ele é produzido. O produto passa a carregar uma identidade, que o qualifica dentre os demais produtos, dando-o notoriedade e relevância dentro do mercado competitivo. Ao mesmo tempo, valoriza a região geográfica que o produz, sua cultura e tradição e promove o desenvolvimento social

Maiorki e Dallabrida (2015) defendem que o IG pode gerar impactos diretos no desenvolvimento regional, a partir da valorização da cultura local e do estímulo ao turismo.

O registro deve ser feito pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), nos termos da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9279/96), invocando novamente que a colônia busque apoio técnico para implementação de melhorias na atividade pesqueira.

Quanto aos meios de comercialização, a colônia de pescadores poderia intermediar a venda do pescado ao consumidor, de modo que se excluiria o atravessador da cadeia produtiva. Com isso, um novo mercado ficaria disponível para o pescador, que é o cliente que compra grandes quantidades, que ele sozinho não poderia atender, mas, com a cooperação de outros pescadores, conseguiriam a quantidade desejada.

Além disso, o valor de comercialização do produto seria negociado direto com o pescador, proporcionando-lhe rendimentos mais justos e equânimes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo de estudo analisar a colônia de pescadores Z26, segundo a ótica da economia solidária, e sua contribuição para o desenvolvimento econômico da atividade pesqueira na cidade de Praia Norte/TO.

As motivações que levaram ao desenvolvimento deste estudo surgiram do cenário social que a colônia desenvolve dentro do município, visto que a atividade da pesca artesanal é desenvolvida na localidade desde antes de sua emancipação, e a colônia só foi implantada no ano de 2005, e desde então, ouvem-se indagações quanto à contribuição dessa associação para o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Em visitas realizadas na colônia de pescadores Z-26, coletaram-se dados a partir de análise do contexto em que a associação se encontra, estatuto e formulário, para então conseguir alcançar os objetivos propostos.

Antes da implantação da colônia de pescadores Z-26, a atividade pesqueira era desenvolvida sem nenhum acompanhamento ou orientação, os ribeirinhos praticavam a atividade da pesca artesanal para sobreviver, o pescado servia de alimento para sua mesa e também para revenda, tanto no município como nas cidades circunvizinhas.

Ante o exposto, contempla-se o objetivo específico, que buscou conhecer de que forma a atividade pesqueira era desenvolvida antes da implantação da colônia.

A partir da fundação da colônia, que ocorreu em setembro de 2005, as pessoas que trabalhavam na pesca, dentro do município, puderam associar-se, receberam carteira de pescador e hoje exercem uma atividade reconhecida legalmente e são conhecidos como pescadores profissionais.

Essa colônia é uma organização de representação de classe, formada pelos pescadores artesanais do município, hoje sediada na Avenida Beira Rio, nº 1099, no centro da cidade sob comento. Através dela foi possível colocar o pescador como contribuinte junto a Seguridade Social, passando estes a usufruírem de seus benefícios, sendo garantido ao pescador contribuinte o acesso a benefícios, como o seguro defeso, o auxílio doença, o auxílio acidente, o salário maternidade e a aposentadoria.



Quando fundada, a colônia passou a gerenciar a atividade da pesca artesanal já desenvolvida na cidade. Esse gerenciamento se deu por meio de estatuto próprio, o qual prever toda a forma de funcionamento e gestão da organização.

Insta mencionar que a colônia de pescadores Z-26 tem uma residência adequada, onde funciona a secretaria da associação, que oferece suporte aos associados.

A colônia é administrada por uma diretoria composta de seis membros, a seguir relacionados: Presidente; Vice-Presidente; Primeiro e Segundo Secretários; Primeiro e Segundo Tesoureiros, todos eleitos a cada três anos pela Assembleia Geral Eleitoral, mais um Conselho Fiscal, o qual é composto por três membros, com igual número de suplentes, e é-lhes permitida a reeleição.

Os associados manifestaram satisfação quanto à implantação da colônia. Através dos formulários, foi possível identificar que a atividade melhorou, houve aumento na renda e expansão da atividade. Percebe-se que a comunidade de pescadores possui uma associação, permitindo que haja uma estrutura organizacional na localidade.

Dados da Firjan - IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, identificaram que a renda e o emprego do Município de Praia Norte/TO nos 05 (cinco) anos após a fundação da colônia Z-26 apresentaram crescimento de 32%.

Assim, contempla-se a pretensão do objetivo específico, que buscou avaliar os impactos econômicos na atividade pesqueira após a implantação da colônia de pescadores.

Com a pesquisa, foi possível ainda conhecer a cadeia produtiva do peixe na colônia Z-26. Por meio dos resultados obtidos pela pesquisa *in locu*, identificou-se a rotina de trabalho dos pescadores associados para capturar o pescado no Rio Tocantins.

Insta ressaltar que a cadeia produtiva ainda é pequena, inicia-se com os insumos, passa à captura do peixe e logo em seguida finaliza-se com a venda do pescado ao atravessador.

Quando se conheceu toda a atividade desenvolvida dentro da colônia Z-26, o estudo aplicou a análise de SWOT e, posteriormente, utilizou-se o método GUT para identificar meios para melhoria dessa cadeia produtiva.

Através dos métodos foi possível identificar como problema que o transporte e a armazenagem do peixe estão inadequados e o pescado é autoperecível, o que

leva à obrigatoriedade de venda direto ao atravessador, quando poderia voltar para a colônia, passar pelo processamento e só depois ir ao consumidor final, o que possibilitaria uma maior renda.

Para que isso aconteça, o estudo propõe como estratégia que a armazenagem seja seletiva e que o trajeto seja feito por caminhão refrigerado.

Ante o exposto, contempla-se a intenção de conhecer a cadeia produtiva do pescado da colônia de pescadores Z-26, bem como de aplicar os métodos SWOT e GUT.

Assim, pode-se afirmar que a Colônia de Pescadores Z-26 faz-se participativa e organizada, trabalhando em busca de políticas públicas para melhoria da atividade, respeitando os critérios de sustentabilidade, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do município.

Foi possível identificar que a comunidade possui núcleo familiar e o perfil dos associados é, em sua maioria, homens com idade entre 30 e 40 anos, casados, pardos, com ensino fundamental, e exercem apenas a atividade pesqueira. A pesquisa também concluiu que quase sempre a atividade é exercida por toda a família (pai, mãe e filhos), demonstrando que até hoje essa atividade é repassada de geração para geração.

A pesquisa concluiu ainda que a atividade pesqueira poderia estar mais desenvolvida e oferecer aos associados mais e maiores benefícios. Com o estudo e aplicação dos formulários, foi possível visualizar que os pescadores trabalham individualmente e não em conjunto, visando a um objetivo comum, como rege o tipo de economia previsto no estatuto da colônia.

A economia solidária se desenvolve através da autogestão, fundamentada nos princípios da solidariedade, cooperação e democracia. Os associados deveriam dividir lucros e prejuízos, e a colônia Z26 não está funcionando nessas condições, o que vem impedindo o crescimento da organização.

Com a conclusão do estudo, pretende-se viabilizar à comunidade pesqueira oficinas e palestras, para oferecer acesso aos resultados da pesquisa, possibilitando o conhecimento das estratégias para alavancar a atividade desenvolvida.

## REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso: 29 ago 2018
- ALVES, Marco Antonio; FARRANHA, Ana Cláudia. Mecanismos de controle econômico e social para o Programa Seguro-Desemprego Pescador Artesanal. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 2, n. 14, 2016. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/34>. Acesso em 13 out 2019.
- ALVES, Taise dos Santos. A Pesca Artesanal em Baiacu - Vera Cruz (Ba): das contradições a produção do espaço. **In Anais do XI – Encontro Nacional da AMPEGE**. 2015.
- AMANAJÁS, Viviane V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. Confins. **Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 37, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/15619>. Acesso em 10 de junho de 2019
- ANA – Agência Nacional de Água. 2018. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Acesso em: 25 de agosto de 2018. Acesso em 11/06/2019.
- ARAÚJO, Ismael Xavier de et al. **Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na Paraíba: realidade e desafios**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/handle/tede/9805>. Acesso em 10 de junho de 2019
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PISCICULTURA (PEIXE BR). **Anuário Peixe BR Da Piscicultura 2019**. São Paulo-SP: 2019. Disponível em: <https://www.peixebr.com.br/anuario-peixe-br-da-piscicultura-2019/>. Acesso em 21 fev 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. [recurso online]. 2019. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/praias-norte-to](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/praias-norte-to). Acesso em 21 out 2019.
- BARCELOS, L. G; GOMES, V. S; MACIEL, C. P. **Caracterização Da Cadeia Produtiva Da Pesca Artesanal Do Camarão Em Farol De São Thomé/ Rj**. 2018. Disponível em: <http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/166/1/Artigo-%20Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20cadeia%20produtiva%20da%20pesca%20artesanal%20do%20camar%C3%A3o%20em%20Farol%20de%20S%C3%A3o%20Thom%C3%A9-RJ.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2018.
- BASTOS, Marcelo. **Matriz GUT: Do Conceito A Aplicação Prática**. Portal administração, tudo sobre administração. 2014. Disponível em: <http://www.portal-administracao.com/2014/01/matriz-gut-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

BECK, Ana Maria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, v. 7, n. 10, p. 8-24, 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23752>. Acesso em 13 out 2019.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Desenvolvimento territorial rural sustentável – tendências, desafios e perspectivas**. In: Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental. Luiz Carlos Beduschi Filho et al. (orgs.) – São Carlos: Editora Cubo, 2014

BONFÁ NETO, Dorival. **Pesca artesanal e conflitos socioambientais na comunidade da Ilha Diana (Santos-SP)**. TCC. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2017. Disponível em: [http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021101/tce-15082017-185508/publico/2017\\_DorivalBonfaNeto.pdf](http://www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/8/8021101/tce-15082017-185508/publico/2017_DorivalBonfaNeto.pdf). Acesso em 05 de junho de 2019.

BORGES, Julio César Lopes. A pesca em Santa Catarina/Brasil: regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 a 1989. **II Encontro de Economia Catarinense: Área Temática: Economia Rural e Agricultura Familiar**, v. 2008, p. 114-124, 2008. Disponível em: [http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes\\_tematicas/Rural/Artigo3.pdf](http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Rural/Artigo3.pdf). Acesso em 03 de junho de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acessado em 30 de abril de 2018

BRASIL. LEI nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.779compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779compilado.htm) Acesso em: 03 out 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.699, DE 13 DE JUNHO DE 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8o da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm) Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009. Altera as Leis nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11958.htm) Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm) Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.844, DE 18 DE JUNHO DE 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm) Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL. LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Revogado pela Lei nº 13.502, de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm). Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. [recurso on line]. Disponível em: <http://smap4.mda.gov.br/ConsultaCED/Interfaces/FormPesquisaPorRegiao>. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

BRASIL. Produção de pescado no País cresce incentivada por políticas de fomento. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/03/28/producao-de-pescado-no-pais-cresce>>. Acesso em: 20 Março 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Conceito histórico de desenvolvimento econômico. In: **Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV-EESP**. 2006.

CAMPOS, André Gambier; CHAVES, José Valente. Perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil: insumos para o Programa Seguro Defeso. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6625>. Acesso em 13 out 2019.

CANÇADO, Airton Cardoso; GHIZONI, Liliam Geisy. ITCP/NESol/UFT ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos. **NAU Social**, v. 4, n. 6, p. 19-33, 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31240>. Acesso em 08 out 2019.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1698>. Acesso em 03 de junho de 2019.

CARVALHO, N. F.; OLIVEIRA, MLR; FONSECA, B. C. De pescadores artesanais a piscicultores: a mudança nos meios de vida entre os pescadores atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica do Funil. **Revista Extensão Rural, Santa Maria**, v. 24, n. 1, p. 79-99, 2017.

CENTENARO, Andressa; LAIMER, Claudionor Guedes. Relações de cooperação e a competitividade no setor supermercadista. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios-RBGN**, v. 19, n. 63, p. 65-81, 2017.

CEPLAC. **PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF**. 2019. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CIDADE BRASIL. Município de Praia Norte. 02 Maio 2019. Disponível em: <a href="//www.cidade-brasil.com.br/municipio-praia-norte.html" title="Município de Praia Norte">Município de Praia Norte</a>. Acesso em 20 de junho de 2019.  
COLÔNIA DE PESCADORES Z-26. **Estatuto da Colônia de Pescadores Z – 26**. Praia Norte/TO. 2010.

CORAGGIO, José Luis. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 15, n. 2, p. 11-24, 2013.

COSTA, Cairo Mateus Correa; COSTA, Vinícius Rodrigues da. PERÍODO DEFESO E OS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS. 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1206>. Acesso em: 03 out 2019.

COSTA, D. P; LOPES, A. P. O Papel da Colônia de Pescadores na Cidade de Babaçulândia (TO): O Trabalho e Vida das Comunidades Ribeirinhas. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/FAM%C3%8DLIA%20DE%20DEUS/Downloads/3243-193-16579-1-10-20170222%20(2).pdf>. Acesso em 04 de maio de 2018.

COSTA, Raimundo Bezerra et al. Participação do pescador (a) artesanal no policultivo da curimatã comum (*Prochilodus cearaensis*) com tilápia do Nilo (*Oreochromis niloticus*). **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 10, n. 4, p. 556-571, 2016.

COSTA, Reinaldo Corrêa; NUNEZ, Cecilia Verônica. **Biodiversidade e Cadeias Produtivas: potencialidades sinérgicas**. In: Cadeias Produtivas & seus ambientes. NUNEZ, Cecilia Verônica; COSTA, Reinaldo Corrêa (Org.). Manaus: Editora INPA, 2017.

CLAUDINO, Luan Francisco Magalhães; Salário mínimo digno: a Constituição Federal o garantiu, mas o Brasil, não!. **Jus.com.br**. 2016. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/37969/salario-minimo-digno-a-constituicao-federal-o-garantiu-mas-o-brasil-nao>. Acesso em 08 jan 2020.

DE ALMEIDA, Evenise Ribeiro; DE ARAÚJO MENDES, Soraya Helena. Criação de peixe no Tocantins: a contribuição da piscicultura para o desenvolvimento local. **Revista São Luis Orione**, v. 9, n. 9, p. 20-33, 2016. Disponível em: <http://seer.catolicaorione.edu.br:81/index.php/revistaorione/article/view/12>. Acesso em 08 out 2019.

DE FÁVERI, Rafael; DA SILVA, Alexandre. Método GUT aplicado à gestão de risco de desastres: uma ferramenta de auxílio para hierarquização de riscos. **Revista Ordem Pública**, v. 9, n. 1, p. 93-107, 2016. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/112>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

DORIA, Carolina Rodrigues Da Costa et al. A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 3, p. 163-188, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2499>. Acesso em 13 out 2019.

DUTRA, D. V. (2014). A análise SWOT no Brand DNA Process: um estudo da ferramenta para aplicação em trabalhos em Branding (Dissertação de mestrado). Curso de Design e Expressão Gráfica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128970/328680.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em 18/09/2019.

ECONOMIA SOLIDÁRIA. Estud. av., São Paulo , v. 22, n. 62, p. 289-314, Apr. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020>. Ed. Campus, 2002)

EMBRAPA. 2018. **Superintendência Federal De Pesca E Aquicultura No Tocantins**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/5697089/superintendencia-federal-de-pesca-e-aquicultura-no-tocantins-lancou-edital-para-concurso-de-redacao>>. Acesso em: 10 de Maio de 2018.

EMBRAPA. Piscicultura em tanques-rede. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 120 p. il. – (Coleção Criar, 6)

ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, Economia Solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. Cadernos EBAPE. BR, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3232/323252763006.pdf>. Acesso: 29 ago 2018.

FARIA, Maurício Sardá de; SANCHEZ, Fábio José Bechara. **A Economia Solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação Internacional**. In: BENINI, Édi et al. Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, v. 2, 2012.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO TOCANTINS – FIETO. **Boletim de Conjuntura do Tocantins 2016**. Palmas – TO: 2016. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/DownloadArquivo.aspx?c=8cc29428-fdd6-47dc-a2e0-4f652e324f6f> Acesso em 26 fev 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO TOCANTINS – FIETO.

Psicultura: plano estratégico para as cadeias produtivas do agronegócio no Estado do Tocantins: 2018 – 2027. Palmas -TO: Sistema FIETO, 2018. Disponível em: <http://www.industriadotocantins.com.br/cadeiasprodutivas/>. Acesso em 02 mar 2019.

FERREIRA, E. P., GRUBER, C., MERINO, E. A. D., MERINO, G. S. A. D., & VERGARA, L. G. L. (2019). Gestão estratégica em frigoríficos: aplicação da análise SWOT na etapa de armazenagem e expedição. *Gestão & Produção*, 26(2), e3147. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530X-3147-19>. Acesso em: 15 out 2019.

FILHO, J. A. 2019, DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO EM UM AMBIENTE FEDERALISTA. Disponível em file:///C:/Users/Kamila/Downloads/129-410-1-PB.pdf. Acessado em 03 de outubro de 2019.

FLORA, et al. Biologia e Cultivo do Dourado (*Salminus brasiliensis*). *Acta Veterinaria Brasilica*, v. 4, n. 1, p. 7–14, 2010.

FONSECA, Dante Ribeiro da. A Pesca na Amazônia: Da Pré-Colônia ao Mundo Colonial (Séculos XVII ao XIX). **Saber Científico**, v. 1, n. 2, p. 201-222, 2008. Disponível em: <http://www.revista.saolucas.edu.br/index.php/resc/article/view/31>. Acesso em 03 de junho de 2019.

FONSECA, Marília et al. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras, RJ, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 16, n. 2, p. 231-241, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1646-88722016000200010&script=sci\\_arttext&tIing=es](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1646-88722016000200010&script=sci_arttext&tIing=es). Acesso em 13 out 2019

FRANÇA, Anderson Antonio De Oliveira; COSTA, Kenia Gonçalves. **A construção do território tocantinense por meio da cartografia das microrregiões**. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 5, n. 8, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/2415>. Acesso em 20 fev 2019.

FREITAS, Clodoaldo Oliveira et al. DESAFIOS DOS PESCADORES ARTESANAIS AMAZÔNICOS DO GUAPORÉ, RONDÔNIA-RO, BRASIL. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 8, n. 2, p. 144-161, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1568>. Acesso em 10 de junho de 2019

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GERMER, Claus. A economia solidária: uma crítica marxista. In: Estudos de direito cooperativo e cidadania. José Antônio Peres Gediel (Org.) – Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, n. 14, p. 193-214, 2007. Disponível em: [http://www.academia.edu/download/8134260/revista\\_direito\\_cooperativo\\_.pdf#page=52](http://www.academia.edu/download/8134260/revista_direito_cooperativo_.pdf#page=52). Acesso em 10 de junho de 2019



GOIS, Camila Bomfim de. Aprendizagem social de jovens rurais em ambientes do Baixo São Francisco sergipano. 2019. Disponível em: <https://teses.ufs.br/handle/riufs/11831>. Acesso em 13 out 2019.

GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. Economia Solidária: Um Caminho para a Geração de Renda e Inclusão Social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 3, n. 2, p. 100-124, 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides. Da Sudepe à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 49, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/763>. Acesso em 03 de junho de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS: PRAIA NORTE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**. Palmas – TO (2017). SEPLAN-TO. Março/2017

HOMMEL, Thierry; GODARD, Olivier. Contestação social e estratégias de desenvolvimento industrial: aplicação do modelo da gestão contestável à produção industrial de OGM. **Organismos geneticamente modificados. Belo Horizonte: Del Rey**, p. 251-284, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas por cidade e estado: Praia Norte – TO. [on line]. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/praias-norte.html?>. Acesso em 10 de maio de 2019.

INSTITUTO GIA. 2018. Disponível em: <<https://gia.org.br/portal/cadeia-produtiva/>> acesso em: 22 de maio de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). 2018. **Instituto Nacional do Seguro Social**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA No - 13, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011

LEAL, Kamila Soares et al. OS IMPACTOS PERCEBIDOS NA RENDA DO MUNICÍPIO DE PRAIA NORTE/TO APÓS A IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-26. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 6, p. 330-339, 2018.

LEFEBVRE, Henri. Problemas teóricos da autogestão. *GEOgraphia*, Niterói, vol. 19, n. 41, 2017: set./dez. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/1241>. Acesso: 02 set 2018.

LEWIS, W. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

LIMA, Maria Alice Leite; DORIA, Carolina Rodrigues da Costa; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 73-90, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000200005&script=sci_arttext). Acesso em: 10 de junho de 2019.

LIMA, Monalita Correia. Monografia: **a engenharia da produção acadêmica**. 2.ed.rev. e atualidade – São Paulo: Saraiva, 2008.  
MAIORKI, G.J.; DALLABRIDA, V.R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n1/1518-7012-inter-16-01-0013.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2020.

MATOS, R. A et al. 2019. **Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução**. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AO-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf>. Acesso em 14 de outubro de 2019

MALDONADO, Fabiana; DOS SANTOS, Antônio Carlos. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 8, núm. 3, 2006, pp. 323-333 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87880304>. Acesso em 03 de junho de 2019.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. atual./pelo Prof. Miguel Alfredo Malufe Neto. São Paulo: Saraiva, 1999.

MANGAS, et al. Caracterização do perfil dos consumidores de peixe no município de Belém, estado do Pará, Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 4, p. 839-857, 2016.

MASSAMBA, Sandra Fazenete Picardo. A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos distritos de Icoaraci - Belém (PA) - Brasil e Vilankulo - Inhambane - Moçambique. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9563>>. Acesso em: 10 de junho de 2019

MENDONÇA, Bruna SESCO de, CASSETTA, Jaísa, LEWANDOWSKI, Vanessa. Fatores Que Afetam O Consumo De Peixe No Brasil. **II Simpósio Produção Sustentável e Saúde Animal**. Maringá – SP. 2017.

MENDONÇA, Jocemar Tomasino et al. Utilização da Matriz SWOT pelos participantes do painel de discussão do CIAIQ-2018: Emprego de métodos participativos, qualitativos e mistos na pesquisa voltada para a gestão pesqueira no

Brasil. **CIAIQ2019**, v. 3, p. 411-419, 2019. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2283>. Acesso em: 15 out 2019.

MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira et al. Governança Dos Recursos De Uso Comum E Desenvolvimento Territorial Sustentável: Análise Dos Arranjos Institucionais Da Pesca Na Grande Florianópolis. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 10, n. 1, p. 22, 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (BRASIL). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Bico Do Papagaio – TO**. Brasília-DF: Novembro – 2006. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_territorio022.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio022.pdf). Acesso em 21 fev 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (BRASIL). **Mini Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior: Cadastro e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 26 fev 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Caderno da região hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Brasília: MMA, 2006.

MORAES, Sérgio Cardoso. **Colônias de Pescadores e a Luta Pela Cidadania**. Bragança: Mestrando em Educação na UFRN, 2018.

MOREIRA JUNIOR, Wilson. Alguns aspectos da cadeia produtiva pescado artesanal na região lindeira ao estuário da baixada santista/sp. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 6, n. 11, 2010. Disponível em: [http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum\\_ambiental/article/viewFile/32/34](http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum_ambiental/article/viewFile/32/34). Acesso em 20 de junho de 2019.

NAIME, Roberto. Meio ambiente e economia solidária. **Revista eletrônica EcoDebate**. 2015. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2015/09/23/meio-ambiente-e-economia-solidaria-artigo-de-roberto-naime/>. Acesso em 08 jan 2020.

NUNES, Emanuel Márcio et al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como mecanismo de política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista Grifos**, v. 27, n. 45, p. 114-139, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4454>. Acesso em: 15 out 2019.

OLIVEIRA, Francisco Pereira de; VIEIRA, Norma Cristina; JÚNIOR, Sebastião Rodrigues. As Famílias do Mangue e Suas Práticas Holísticas: Um Estudo no Nordeste Paraense, Amazônia, Brasil. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 9, n. 1, p. 316-337, 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5493>. Acesso em 13 out 2019

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins. Palmas/TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2019

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 6, n. 3, p. 32-61, 2016.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 1, p. 3-20. 2019.

PAULA, Cristiano Quaresma de. A Pesca Artesanal na Geografia Brasileira: Proposta de Constituição de uma Rede Acadêmica e Social. **ENANPEGE**, v. 11, p. 5980-5991, 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/21/567.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2019

PEDÓ, Jane Cláudia Jardim; SANTOS, Ulícia Angela Fernandes dos. Concessão do seguro defeso: uma influência na vida do pescador. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, v. 2, n. 3, p. 183-194, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/1960>. Acesso em: 03 out 2019.

PIACENTI, Carlos Alberto. **O desenvolvimento endógeno das regiões**. In: Economia e desenvolvimento regional, Lucir Reinaldo Alves (Org.). Foz do Iguaçu, PR: Ed. Parque Itaipú, 2016.

PINHEIRO, M. L. S. **Cadeia Produtiva Do Pescado No Estado Do Pará: Estudo Do Segmento De Distribuição Em Um Empreendimento De Captura**. (2014). Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2994> Acesso em 03 de maio de 2018.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Consulta de benefícios [online]. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios>. Acesso em 03 out 2019.

PRAIA NORTE. 2019. Prefeitura Municipal de Praia Norte. Disponível em: <http://praianorte.to.gov.br/praianorte/historico>. Acesso em: 05 de maio 2018.

PROCHNIK, Victor. **CADEIAS PRODUTIVAS E COMPLEXOS**. Seção do capítulo FIRMA, INDÚSTRIA E MERCADOS, do livro HASENCLEVER, L. & KUPFER, D. ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL, Ed. Campus, 2002.

Produção de pescado no país cresce incentivada por políticas de fomento. **JD1NOTÍCIAS**. 29 março 2013. Disponível em: <https://www.jd1noticias.com/economia/producao-de-pescado-no-pais-cresce-incentivada-por-politicas-de-foment/7350/>. Acesso em: 10 set 2019.

RABELO, Yohanna Gabriely Sousa; VAZ, Elizabete De Matos; ZACARDI, Diego Maia. Perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de dois lagos periurbanos de Santarém, Estado do Pará. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins**, v. 4, n. 3, p. 73-82, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3856>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 24, n. 2, 2008. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/viewFile/1409/1129>. Acesso em 03 de junho de 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia dos. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 2, p. 256-268, 2018. Disponível em: [http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2018.54.2.12](http://www.revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2018.54.2.12). Acesso em 13 out 2019

RAMIRES, Milena; BARRELLA, Walter; ESTEVES, Andréia Martucci. Caracterização Da Pesca Artesanal E O Conhecimento Pesqueiro Local No Vale Do Ribeira E Litoral Sul De São Paulo. **Revista Ceciliana** Jun 4(1): 37-43. 2012. Disponível em: <[http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao\\_07/1-2012-37-43.pdf](http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_07/1-2012-37-43.pdf)> Acesso em 10 de maio de 2018.

REIS, Dércio Luiz. **Juta e Pescado como vetores de desenvolvimento situado na Região Metropolitana de Manaus e entorno**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2013. Tese - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.producao.ufrj.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/doutorado/2013-1/80--71/file>. Acesso em 21 fev 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. Atlas – São Paulo. 1999.

RODRIGUES, Waldecy; NEVES, Renan Pereira. **Capital Social e Desenvolvimento Regional no Tocantins**. In: Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (2017). Santa Catarina: UNISC, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16209>. Acesso em 21 fev 2019.

SANTOS, Adriani Cristina Monteiro dos et al. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PROBLEMATIZAÇÕES NA PÊÇA: RELATOS DOS PESCADORES ARTESANAIS DA LOCALIDADE DO IGARAPÉ DA FORTALEZA, MACAPÁ - AMAPÁ - BRASIL. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 174-190, out. 2018. ISSN 2238-8753. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao\\_ambiental/article/view/6948/4057](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6948/4057)>. Acesso em: 03 out. 2019.

SANTOS, Ediana di Francco Matos da et al. Estudo da cadeia produtiva do pescado da colônia dos pescadores de São Miguel do Tocantins Bela Vista (TO). 2013. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br:8080/jspui/handle/20.500.11874/538>. Acesso em: 15 out 2019.

SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. **A Cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no Nordeste Paraense**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 1, n. 1, jul. /dez. 2005.

SÃO PAULO. **Código de Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo, 2000**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2002/lei-11165-27.06.2002.html>>. Acessado em 29 de abril de 2018

SCORVO FILHO, João Donato et al . A tilapicultura e seus insumos, relações econômicas. **R. Bras. Zootec.**, Viçosa , v. 39, supl. spe, p. 112-118, July 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-35982010001300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-35982010001300013&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-35982010001300013>.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (TO). **Diagnóstico da Pesca (2005)**. Palmas -TO. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/aquicultura-e-pesca/artigos/>. Acesso em 21 fev 2019.  
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA – **SEAGRO**. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/noticia/2011/1/25/pronaf-amplia-beneficios-de-linhas-de-credito-para-os-agricultores-familiares/>. Acesso em 08 jan 2020.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (TO). **Situação atual da aquicultura tocantinense (Dez/2018)**. Palmas -TO. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/aquicultura-e-pesca/artigos/>. Acesso em 21 fev 2019.  
SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. **Companhia das Letras**: São Paulo, 1999.

SILVA, Adriana Sousa; SILVA, Mary Dayane Souza. A Importância das Redes de Cooperação Solidária como Fator Competitivo em Empresas Autogestionárias. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, João Pessoa, 2014. Anais... Joao Pessoa: 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/42120480.pdf>. Acesso: 31 ago 2018.

SILVA, Andréia Aparecida et al. A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica—um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, v. 8, 2011.

SILVA, Edilma Fernandes da. Et al. Conhecimento Ecológico Local (CEL) na pesca artesanal da reserva de desenvolvimento sustentável estadual ponta do tubarão-RN, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 40, n. 3, p. 355-375, 2014.

SILVA, J. Amado da; AMADO, Luís; IONG, Celeste. **Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Económico e Social**. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto: Príncipia Editora, 2007.

SILVA, Marciclei Bernardo da; COSTA, Reinaldo Corrêa. **Relações camponesas e formas espaciais**. In: Cadeias Produtivas & seus ambientes. NUNEZ, Cecília Verônica; COSTA, Reinaldo Corrêa (Org.). Manaus: Editora INPA, 2017.

SILVA-JUNIOR, Antonio Rodrigues; RODRIGUES, Suzi Carolina Moraes; CARVALHO, André Cutrim. Pesca predatória do mapará (*Hypophthalmus spp.*) no município de Limoeiro do Ajuru (PA) e Educação Ambiental como instrumento mediador de interesses e conflitos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**

(RevBEA), v. 14, n. 1, p. 81-100, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7326>. Acesso em: 15 out 2019.

SIMONSEN, Mario H. e CAMPOS, Roberto de O. **A Nova Economia Brasileira**. Editora Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1975.

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. Fundação Perseu Abramo, 2002. SOARES, Danyela Carla Elias; MARQUES, Ricardo Rios. CARACTERIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL DA LAGOSTA E PERFIL SOCIOECONÔMICO DO PESCADOR NO LITORAL DO PIAUÍ. **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, v. 10, n. 2, p. 130-139, 2017.

SOBRINHO, Mário Vasconcellos. **Notas Introdutórias Sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial**. In: Desenvolvimento local e direito à cidade na floresta amazônica. MITSCHKEIN, Thomas Adalbert et al. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

SOUSA, Diego Neves et al. Inovação e inclusão produtiva na agricultura familiar do Tocantins. **Revista Grifos**, v. 27, n. 45, p. 204-224, 2018. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4332>. Acesso em: 15 out 2019.

SOUSA, Diego Neves et al. Transferência de tecnologia e estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar para a alimentação escolar: a experiência da Embrapa no Estado do Tocantins. In: **Embrapa Pesca e Aquicultura-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54., 2016, Maceió. Desenvolvimento, território e biodiversidade. MACEIÓ: UFAL: SOBER, 2016., 2016. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1065455>. Acesso em: 15 out 2019.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, P. A. R. et al. Estratégias Competitivas Na Cadeia Produtiva Do Peixe Da Região De Douradoms. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

STAUDT, N. P et al. 2009. **PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE PARA PRODUTOS AGROALIMENTARES: o selo produto São Paulo**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec7-0309.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2020.

SZUL, Karoline Dutra; MOURA, Reidy Rolim de. Os desafios da autogestão em um empreendimento econômico solidário: o caso da Associação de Recicladores Rei do Pet (ARREP) – Ponta Grossa/ PR. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Florianópolis, 2017. Anais... Florianópolis: 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180045>. Acesso: 02 set 2018.

TINOCO, P. B. A cadeia produtiva do pescado em Manaus. **Embrapa Amazônia Ocidental-Outras publicações técnicas (INFOTECA-E)**, 2001.

TOCANTINS. **Censo Escolar da Educação Básica** [ON LINE]. 2014-2018. Disponível em: <https://educ.to.gov.br/estatisticas/censo-escolar/>. Acesso em: 05 out 2019.

TSAKANIKI, Aikaterini; CLAUZET, Mariana; MAY, Peter Herman. Envolvendo os pescadores artesanais no desenvolvimento sustentável urbano e periurbano no Brasil. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 28, p. 0001-20, 2018. Disponível em: < Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/21/567.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2019>. Acesso em: 10 de junho de 2019  
VELLOSO, V. F. 2014, A interação de tecnologias da informação e comunicação no alinhamento das melhores práticas empresariais.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIEIRA, Andréa Dos Santos; OLIVEIRA, Matheus de. **A PESCA PREDATÓRIA EM GOIÁS**. Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, v. 1, p. 849-860, 2018.

VIEIRA, Edson Trajano. **Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis**. In: Desenvolvimento Rural: Desafios do Planejamento Econômico e Ambiental. Luiz Carlos Beduschi Filho et al (orgs.) – São Carlos: Editora Cubo, 2014

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012.

VIEIRA, Ricardo Sérgio Gomes; BEZERRA, Francisco Ricardo. O Sensemaking como Ferramenta Estratégica para o Desenvolvimento de Redes de Relacionamentos de Negócios no Contexto das Empresas de Base Tecnológica. **IV Encontro de Estudos é Estratégias**. Disponível em: Fonsêca<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es463.pdf>. Acesso em 26/10/2018.

WEICK, K. E. Cosmos vs. Chaos: Sense and Nonsense **In Electronic Contexts. Organizational Dynamics**, v.14, n.2, Autumn, p.51-64. 1985.

WILLERS, Ednilse Maria. **Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local**. In: Economia e desenvolvimento regional, Lucir Reinaldo Alves (Org.). Foz do Iguaçu, PR: Ed. Parque Itaipú, 2016.



## APÊNDICE A – FORMULÁRIO I

### ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores do município de Praia Norte/TO.

#### INFORMAÇÕES PESSOAIS:

##### 1. SEXO:

Masculino  Feminino

##### 2. IDADE

- menos de 20 anos  
 20 a 25 anos  
 25 a 30 anos  
 30 a 35 anos  
 35 a 40 anos  
 40 a 45 anos  
 45 a 50 anos  
 mais de 50 anos  
 mais de 60

##### 3. ESTADO CIVIL

Casado  Solteiro  
 Divorciado  Viúvo

##### 4. COR

Branco  Pardo  Negro

##### 5. ESCOLARIDADE

Analfabeto  Ensino Fundamental  
 Ensino Médio  Ensino Superior

##### 6. PROFISSÃO

Pescador  Pescador e outras  
 Quais outros \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESCA E COLÔNIA DE PESCADORES Z26

7. Sua maior renda é da pesca ou de outras atividades econômicas?  
 Pesca  Outras atividades

##### 8. A renda da pesca corresponde a quantos salários mensais?

- menos de 1 salário  
 1 salário  
 mais de 1 salário  
 mais de 2 salários

mais de 3 salários.

##### 9. E a renda das outras atividades, corresponde a quanto?

- menos de 1 salário  
 mais de 1 salário  
 mais de 2 salários  
 mais de 3 salários.

##### 10. Há quanto tempo você trabalha como pescador artesanal?

- menos de 1 ano  
 entre 1 a 5 anos  
 entre 5 a 10 anos  
 entre 10 a 15 anos  
 entre 15 a 20 anos  
 20 ou mais

##### 11. Antes da fundação da Colônia de Pescadores Z-26 existia algum regulamento ou acompanhamento na atividade pesqueira da Cidade?

Sim  Não

##### 12. Antes da fundação da Colônia de Pescadores Z-26 como você desenvolvia a pesca artesanal?

- Apenas para sobrevivência.  
 Para sobrevivência e revenda na Cidade de Praia Norte/TO.  
 Para sobrevivência e revenda tanto na cidade como nos municípios vizinhos.

##### APÓS A IMPLANTAÇÃO DA COLÔNIA Z-26:

##### 13. Existe regulamento a ser seguido para praticar a atividade da pesca?

Sim  Não

14. Você recebe Seguro Defeso no período de reprodução dos peixes, piracema?

Sim  Não

15. Você recebeu carteira de pescador e agora usufrui dos benefícios da Seguridade Social?

Sim  Não

16. Você percebeu melhorias no desenvolvimento da atividade pesqueira do município após a implantação da colônia de pescadores Z-26?

Sim  Não

17. Você ocupa algum cargo dentro da colônia?

Sim  Não

18. Quanto a sua situação econômica, como ficou a partir da implantação da colônia Z26?

Não melhorou  melhorou

ficou pior

19. Você participa de algum projeto de piscicultura?

sim  Não

20. Você já participou de cursos, palestras ou oficinas sobre a atividade da pesca artesanal?

sim  Não

21. Suas atividades têm financiamento?

sim  Não

Público  privado

22. Você é fornecedor do PNAE ou do PAA?

sim  Não

## APÊNDICE B – FORMULÁRIO II

### ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores do município de Praia Norte/TO.

#### INFORMAÇÕES PESSOAIS:

##### 1. SEXO:

Masculino  Feminino

##### 2. IDADE

- menos de 20 anos  
 20 a 25 anos  
 25 a 30 anos  
 30 a 35 anos  
 35 a 40 anos  
 40 a 45 anos  
 45 a 50 anos  
 mais de 50 anos  
 mais de 60

##### 3. ESTADO CIVIL

Casado  Solteiro  
 Divorciado  Viúvo

##### 4. COR

Branco  Pardo  Negro

##### 5. ESCOLARIDADE

Analfabeto  Ensino Fundamental  
 Ensino Médio  Ensino Superior

##### 6. PROFISSÃO

Pescador  Pescador e outras  
 Quais outros \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESCA E COLÔNIA DE PESCADORES Z26

7. Sua maior renda é da pesca ou de outras atividades econômicas?

Pesca  Outras atividades

8. A renda da pesca corresponde a quantos salários mensais?

menos de 1 salário

1 salário

mais de 1 salário

mais de 2 salários

mais de 3 salários.

9. E a renda das outras atividades, corresponde a quanto?

menos de 1 salário

mais de 1 salário

mais de 2 salários

mais de 3 salários.

10. Há quanto tempo você trabalha como pescador artesanal?

menos de 1 ano

entre 1 a 5 anos

entre 5 a 10 anos

entre 10 a 15 anos

entre 15 a 20 anos

20 ou mais

#### COM A COLÔNIA Z-26:

11. Existe regulamento a ser seguido para praticar a atividade da pesca?

Sim  Não

12. Você recebe Seguro Defeso no período de reprodução dos peixes, piracema?

Sim  Não

13. Você recebeu carteira de pescador e agora usufrui dos benefícios da Seguridade Social?

Sim  Não

**14. Você ocupa algum cargo dentro da colônia?**

**( ) Sim ( ) Não**

**15. Você participa de algum projeto de piscicultura?**

**( )sim ( )Não**

**16. Você já participou de cursos, palestras ou oficinas sobre a atividade da pesca artesanal?**

**( )sim ( )Não**

**17. Suas atividades têm financiamento?**



**( )sim ( )Não**

**( )Público ( )privado**

**18. Você é fornecedor do PNAE ou do PAA?**

**( )sim ( )Não**

## ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

 <b>CEP</b>	Professor Robison Baroni	<b>UNITAU - UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ</b>											
<b>PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>													
<b>DADOS DO PROJETO DE PESQUISA</b>													
<b>Título da Pesquisa:</b> ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores da Cidade de Praia Norte/TO.													
<b>Pesquisador:</b> KAMILA SOARES LEAL													
<b>Área Temática:</b>													
<b>Versão:</b> 1													
<b>CAAE:</b> 10199719.0.0000.5501													
<b>Instituição Proponente:</b> Universidade de Taubaté													
<b>Patrocinador Principal:</b> Financiamento Próprio													
<b>DADOS DO PARECER</b>													
<b>Número do Parecer:</b> 3.265.881													
<b>Apresentação do Projeto:</b>													
A apresentação é clara e bem objetiva.													
<b>Objetivo da Pesquisa:</b>													
Os objetivos estão escritos de forma clara. Porém os dados coletados na pesquisa não possibilitarão identificar a contribuição da atividade estudada para o desenvolvimento do município. Apenas será possível atender parte dos objetivos com os dados a serem coletados.													
<b>Avaliação dos Riscos e Benefícios:</b>													
Como especificado, o questionário não oferece riscos. As perguntas são de fácil compreensão e não impõem potenciais riscos de constrangimentos aos participantes, salvo melhor juízo dos colegas da CEP.													
<b>Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:</b>													
A pesquisa é interessante e possibilitará acompanhar o processo de evolução da atividade pesqueira no município. Entretanto, não possibilitará avaliar os impactos dessa atividade no desenvolvimento do município.													
<b>Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:</b>													
Os termos são satisfatórios.													
<b>Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:</b>													
Não há.													
<table border="0"> <tr> <td><b>Endereço:</b> Rua Visconde do Rio Branco, 210</td> <td><b>CEP:</b> 12.020-040</td> </tr> <tr> <td><b>Bairro:</b> Centro</td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>UF:</b> SP</td> <td><b>Município:</b> TAUBATE</td> </tr> <tr> <td><b>Telefone:</b> (12)3635-1233</td> <td><b>Fax:</b> (12)3635-1233</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>E-mail:</b> cepunitau@unitau.br</td> </tr> </table>				<b>Endereço:</b> Rua Visconde do Rio Branco, 210	<b>CEP:</b> 12.020-040	<b>Bairro:</b> Centro		<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> TAUBATE	<b>Telefone:</b> (12)3635-1233	<b>Fax:</b> (12)3635-1233		<b>E-mail:</b> cepunitau@unitau.br
<b>Endereço:</b> Rua Visconde do Rio Branco, 210	<b>CEP:</b> 12.020-040												
<b>Bairro:</b> Centro													
<b>UF:</b> SP	<b>Município:</b> TAUBATE												
<b>Telefone:</b> (12)3635-1233	<b>Fax:</b> (12)3635-1233												
	<b>E-mail:</b> cepunitau@unitau.br												
Página 01 de 02													



UNITAU - UNIVERSIDADE DE  
TAUBATÉ



Continuação do Parecer: 3.265.881

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 12/04/2019, e no uso das competências definidas na Resolução 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1293701.pdf	12/03/2019 09:31:01		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	12/03/2019 09:26:36	KAMILA SOARES LEAL	Aceito
Outros	Carta_Anuencia.pdf	19/02/2019 20:26:42	KAMILA SOARES LEAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	19/02/2019 20:03:41	KAMILA SOARES LEAL	Aceito
Outros	TermodeCompromissodopesquisador.pdf	19/02/2019 19:41:40	KAMILA SOARES LEAL	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	19/02/2019 19:40:38	KAMILA SOARES LEAL	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

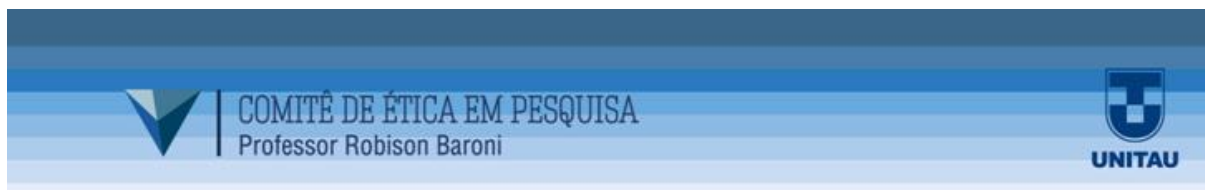
**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

TAUBATE, 15 de Abril de 2019

Assinado por:  
José Roberto Cortelli  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210  
Bairro: Centro CEP: 12.020-040  
UF: SP Município: TAUBATE  
Telefone: (12)3635-1233 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cepunitau@unitau.br



### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores da Cidade de Praia Norte/TO”. Nesta pesquisa pretendemos “Identificar como a colônia de pescadores contribuiu para o desenvolvimento da atividade pesqueira do município de Praia Norte/TO”.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos; “a pesquisa será de caráter quantitativo e qualitativo, pois pretende estudar a natureza da colônia de pescadores da cidade de Praia Norte/TO, apontando como se realizada a pesca antes e depois da sua implantação e quais os impactos que a colônia apresentou na renda do município. Quanto ao delineamento a pesquisa será documental e de campo do tipo estudo de caso”. Esta pesquisa apresenta baixos riscos para os participantes, pois atende a todos os requisitos da resolução CNS nº 510/2016. Esta pesquisa não trará benefícios para seus participantes e/ou instituições envolvidas, no entanto contribuirá para a ampliação do conhecimento sobre a economia solidária implantada na colônia de pescadores do município de Praia Norte/TO.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

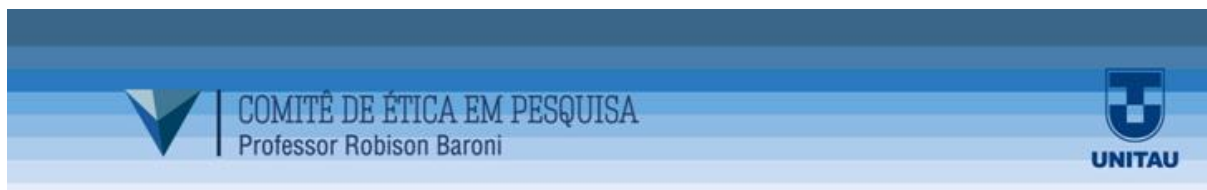
O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor.

**KAMILA SOARES LEAL**

**TELEFONE: (63)9 9262-6044 “INCLUSIVE LIGAÇÕES À COBRAR”**

**E-MAIL: Kamila.ksl@hotmail.com**



Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ELEMENTO DE DESENVOLVIMENTO: Estudo de caso da Colônia de Pescadores da Cidade de Praia Norte/TO”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 .

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Participante